



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ EUGÊNIO DAS NEVES

**A PRESENÇA DE ESTRATÉGIAS DE DESCOLONIZAÇÃO
NA OBRA DE LIMA BARRETO**

Londrina
2012

JOSÉ EUGÊNIO DAS NEVES

**A PRESENÇA DE ESTRATÉGIAS DE DESCOLONIZAÇÃO
NA OBRA DE LIMA BARRETO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Adolfo.

Londrina
2012

JOSÉ EUGÊNIO DAS NEVES

**A PRESENÇA DE ESTRATÉGIAS DE DESCOLONIZAÇÃO NA OBRA
DE LIMA BARRETO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte
Ufmg – Belo Horizonte - MG

Prof. Dr. Thomas Bonnici
UEM – Maringá - PR

Prof. Dra. Regina H. M. Aquino
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Frederico A. Fernandes
UEL – Londrina - PR

Londrina, 24 de outubro de 2012.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço ao meu orientador pela condução segura desse trabalho, sugerindo rumos, mas, ao mesmo tempo, dando liberdade para que fizesse as minhas escolhas.

Aos professores Luiz Carlos Santos Simon e Regina Aquino, do Programa de Pós-graduação em Letras, por suas generosas sugestões oferecidas no Seminário de Dissertação e que auxiliaram bastante na confecção desse trabalho.

A todos os demais professores do programa que, de uma forma ou outra, deram sua contribuição para nos auxiliar em nossa tarefa.

À professora Leoné Astrid Barzotto, pelo auxílio na confecção do resumo em língua inglesa.

Aos funcionários da Biblioteca Central e do CCH, que sempre se mostraram prestimosos e gentis no atendimento.

À minha família pela paciência e compreensão.

NEVES, José Eugênio das. **A presença das estratégias de descolonização na obra de Lima Barreto**. 2012. 178 f. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

As teorias pós-coloniais demonstram que o colonialismo é um domínio de dupla face: física e intelectual. Enquanto a primeira é ostensiva, manifestando-se por meio de ocupação militar e tutela política e econômica; a segunda tem como característica a imposição da língua e da cultura europeia. Enquanto há certo grau de libertação no que tange à primeira (independência política), persiste uma dominação quase que total na segunda. É necessário, então, uma descolonização no campo intelectual e os escritores oriundos das ex-colônias exercem papel importante nessa tarefa. Um exame dos escritos de Lima Barreto nos mostra que foi um dos escritores brasileiros que se ocupou desse trabalho. Para comprovar essa afirmação, dividimos nossa tese em três capítulos. O primeiro trata do colonialismo e de sua dupla face de dominação, com destaque para o intelectual, demonstrando que influência esse domínio tem na literatura das ex-colônias. Além disso, traça um breve histórico das teorias pós-coloniais, destacando as estratégias de descolonização. O segundo retrata um perfil do contexto histórico em que Lima Barreto produziu a sua obra, descrevendo como se comportavam seus colegas da “cidade letrada” em relação à dominação cultural europeia e fazendo uma contraposição entre seu comportamento e o de nosso pesquisado. Em acréscimo a isso, investiga em que fontes teóricas bebeu o autor carioca para construir sua visão literária e de mundo, que se mostra avançada em relação à maioria de seus colegas. No terceiro, por fim, comprovamos através de exemplos a presença, quer na linguagem, quer na temática, de elementos que demonstram que a literatura limana desempenha um relevante papel no campo da descolonização.

Palavras-chave: Pós-colonialismo. Descolonização. Estratégias. Lima Barreto. Literatura.

NEVES, José Eugênio das. **The presence of decolonization strategies in Lima Barreto's literature.** 2012. 178 p. Doctoral (thesis in Literature) – State University of Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

Postcolonial theories reveal that colonialism is a double-bind domain with physical and intellectual nuances. Whereas the first one is ostensive and manifested by military occupation and by political and economical tutelage, the second is characterized by the imposition of language and European culture. Although a certain degree of freedom exists with regard to the first point (political independence), there is a persistent and complete domination in the second one. Decolonization in the intellectual field by authors from former colonies is mandatory. In fact, they have a relevant role in this singular task. Current investigation on Lima Barreto's writings shows that he was one of the above within the multitude of Brazilian writers. Current thesis is divided into three chapters. The first chapter deals with colonialism and its double-bind of domain, focusing on the intellectual subject and showing the influence this domain has on the literature produced in the ex-colonies. Furthermore, it presents a brief panorama of postcolonial theories, highlighting decolonization strategies. The second chapter deals with the historical context in which Lima Barreto wrote his books and describes how his colleagues from 'the literate city' behaved with regard to European cultural domination. This behavior is contrasted with that in Lima Barreto. The chapter arguments too on the the author's sources to build his literary vision as well as his world perspective. In fact, these issues were advanced for his times when compared to those of his colleagues. Finally, the third chapter employs examples to prove the presence of elements, either in the language or in the theme, which demonstrate that Barreto's literary texts have a relevant role in terms of decolonization.

Keywords: Postcolonialism. Decolonization. Strategies. Lima Barreto. Literature.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	COLONIALISMO E LITERATURA: UMA RELAÇÃO DE DUPLA FACE	9
2.1	DA COLÔNIA AO COLONIALISMO: O UNIVERSO SEMÂNTICO DA COLONIZAÇÃO	9
2.2	O COLONIALISMO EUROPEU E SUAS PRÁTICAS	12
2.3	COLONIZAÇÃO EUROPEIA: A PALAVRA COMO ARMA.....	13
2.4	PÓS-COLONIALISMO: UMA RELEITURA DAS OBRAS LITERÁRIAS DAS EX-COLÔNIAS	25
2.5	DESCOLONIZAÇÃO: A PALAVRA COMO INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO.....	33
2.6	ESTRATÉGIAS DE DESCOLONIZAÇÃO: O CAMINHO DA LIBERDADE PELA PALAVRA	35
2.7	PÓS-COLONIALISMO E LITERATURA BRASILEIRA	40
3	LIMA BARRETO: UM FORASTEIRO NA CIDADE LETRADA	69
3.1	UM HISTÓRICO DA “CIDADE LETRADA” LATINO-AMERICANA	69
3.2	UM RETRATO DA “CIDADE LETRADA” DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX	75
3.3	LIMA BARRETO, A VOZ DISSONANTE NA CIDADE LETRADA DA <i>BELLE ÉPOQUE</i>	94
4	A DESCOLONIZAÇÃO NA OBRA BARRETIANA	110
4.1	INTRODUÇÃO	110
4.2	A DESCOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA	111
4.3	A DESCOLONIZAÇÃO MENTAL	
	CONCLUSÃO	168
	REFERÊNCIAS	171

1 INTRODUÇÃO

Por ocasião da pesquisa para nossa dissertação de mestrado, tivemos a oportunidade de nos aprofundar no estudo da obra de Lima Barreto. Ao mesmo tempo, estudamos o pós-colonialismo e seus pressupostos, dentre os quais as estratégias de descolonização. Ao analisar os escritos limanos, pareceu-nos que continham muitas dessas estratégias. Na época, no entanto, não nos foi possível um estudo mais elaborado que comprovasse com certeza essa hipótese.

Quando apresentamos o projeto para o doutorado, escolhemos outro tema e escritor. Mais tarde, optamos por uma troca, tendo em vista que possuíamos um vasto material de pesquisa sobre o autor carioca e quase nada sobre o novo escritor selecionado. Pretendemos, então, comprovar como o autor ocupava um “entrelugar” na Literatura Brasileira, servindo-nos da teoria de Silviano Santiago. Ocorre que, durante o primeiro Seminário de Dissertações do qual participamos, recebemos uma sugestão da Professora Regina Aquino para que mudássemos o objeto de nossa pesquisa. Segundo nossa arguidora, teríamos uma verdadeira tese se provássemos que Lima Barreto havia sido um escritor pós-colonial *avant la lettre*. Meditamos sobre sua proposta e concluímos que tinha a ver com aquilo que havíamos observado quando de nosso trabalho de mestrado. Assim, resolvemos transformar aquela constatação em tema da tese.

Dessa forma, pretendemos provar que a obra do autor carioca utiliza, quer em nível de linguagem, quer de temas e de seu tratamento, estratégias de descolonização apregoadas pelas teorias pós-coloniais.

Com esse fito, dividimos nossa tese em três capítulos.

O primeiro capítulo traça um breve histórico do colonialismo, realçando sua dominação de dupla face: física e mental. Concentrando-nos na segunda, dissertaremos sobre como se processa essa dominação e que papel a literatura exerce nela. A partir de então, verificaremos quais são as estratégias possíveis para que ocorra uma libertação do domínio colonialista. Ele tratará ainda da periodização literária segundo a visão pós-colonial e como essa periodização se aplica à literatura brasileira.

Para a construção desse capítulo, contaremos com os estudos teóricos de Thomas Bonnici, Frantz Fanon, Albert Memmi, Gayatri Spivaki, Bill Ashcroft, Gareth Griffiths, Helen Tiffin, Homi K. Bhabha, Ania Loomba, dentre outros.

No segundo capítulo, apresentaremos uma descrição da Belle Époque carioca, demonstrando como, nesse período, era forte o desejo de uma europeização cultural da capital do país e como reagiam os intelectuais da “cidade letrada” ante esse desejo, deixando-se seduzir por ele. Em contrapartida, apresentamos o posicionamento rebelde e marginal de Lima, que, ao contrário da maioria de seus colegas, não se deixou cooptar e nem intimidar pelo poder das elites, mantendo um posicionamento independente. Verificaremos também que efeitos provocou essa proximidade intelectuais/elite na literatura de então e como Barreto, percebendo os malefícios que trazia, propõe uma mudança nela, mudança essa que incluía o povo, então alijado pelos intelectuais que bebiam na fonte europeia. Trataremos ainda de descobrir a partir de que formação teórica o escritor carioca formou sua noção de literatura e de mundo e como essa formação auxiliou-o a ter uma visão um pouco mais avançada que a de seus colegas.

Para dissertarmos acerca desse assunto, utilizaremos um arsenal teórico composto das obras de Edward Said, Angel Rama, Nicolau Sevcenko, Sérgio Micelli, Antônio Cândido, Beatriz Resende, dentre outros.

Finalmente, comprovaremos através de exemplos retirados da obra do autor, a presença de algumas das estratégias de descolonização apregoadas pelas teorias pós-coloniais. O capítulo contempla duas divisões quanto às essas estratégias. Na primeira, dissertaremos sobre a descolonização no campo linguístico, através do emprego da ab-rogação e da apropriação; enquanto que, na segunda, falaremos sobre o combate às ideias constantes na chamada “ideologia do colonialismo”.

Além do uso de algumas obras do autor estudado, utilizaremos o apoio teórico, dentre outros, de Robert J. Oakley, Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, Dino Preti, Antônio Houaiss, Antônio Arnoni Prado, Osman Lins, Silviano Santiago.

2 COLONIALISMO E LITERATURA: UMA RELAÇÃO DE DUPLA FACE

2.1 DA COLÔNIA AO COLONIALISMO: O UNIVERSO SEMÂNTICO DA COLONIZAÇÃO

Atribui-se a Mao Tse-tung, com variações, uma frase que diz que uma longa caminhada começa com um pequeno passo. Nosso pequeno passo inicial é conceituarmos algumas palavras que estão ligadas ao processo de colonização. Tal conceituação faz-se necessária para melhor compreendermos o que está envolvido nele.

Iniciaremos essa pesquisa a partir do termo “colônia”, que gera ou origina, posteriormente, a expressão “colonialismo”.

Um estudo sobre o significado dessa palavra nas principais línguas europeias revela-nos uma notável semelhança (inglês – *colony*, francês – *colonie*, alemão – *Kolonie*, holandês – *colonie*, espanhol – *colonia*, português – colônia). A comparação mostra-nos que, à parte de uma pequena variação, mantém semelhança com a expressão latina *colonia* (ou compartilhando a mesma raiz (*colon*) ou apresentando uma variante que se assemelha muito (*kolon*)).

Empregando-se a análise etimológica, chegamos à conclusão de que a raiz latina está ligada ao verbo *colo*, que significa, dentre outras coisas, “eu moro, eu ocupo a terra” e, por extensão, “eu trabalho, eu cultivo o campo”.

Ligadas à palavra *colo*, temos também as expressões *incola* e *inquilinus*. A primeira designa o habitante nativo, enquanto que a segunda refere-se a aquele que reside em terra alheia. Como sinônimo de *inquilinus*, temos o *colonus*, aquele que ocupa o lugar dos *incolae* e atua na *colonia*, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar. (BOSI, 1992, p. 11).

Os romanos, no entanto, não foram os primeiros a empregar esse termo, retirando-o, na verdade de uma expressão grega, *κολ* (*col-*), cuja tradução é podar, que foi empregada, possivelmente, para se referir à primeira atividade de cultivo, tanto humano, como vegetal. A expressão envolve, portanto, o cuidar seja da terra, seja da mente humana.

Como variantes do presente *colo*, temos o passado *cultus* e o futuro *culturus*. *Cultus* denota o campo que já foi plantado por muitas gerações, destacando a qualidade obtida com esses sucessivos plantios. A palavra também está ligada ao culto dos mortos, isto é, à lembrança dos antepassados que

ocuparam a terra. (BOSI, 1992, p. 13).

Culturus, por outro lado, traz à ideia de futuro, aquilo que se pretende trabalhar ou cultivar. O termo aplica-se tanto ao trabalho realizado no solo quanto no ser humano desde a sua infância. Denomina o conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de consciência social. (BOSI, 1992, p. 16).

As três palavras que estão extremamente ligadas têm como ponto de partida o presente. É no presente que se prepara o futuro, valendo-se dos conhecimentos ou experiências do passado, tanto no que concerne à terra quanto à questão do homem.

Em nossa língua, a palavra “colônia” possui muitos significados, todos, entretanto, se referem ora a um lugar, ora a um conjunto de pessoas que o habitam, seja no próprio país ou fora dele. Dessa forma, mantém relação com a expressão latina que a originou.

Feitas essas considerações a respeito da palavra *colonia* e dos termos que orbitam em torno dela, podemos agora nos dedicar à expressão “colonialismo”.

Uma análise inicial nos revela que essa palavra é formada através do processo de derivação por meio do emprego de um sufixo (“ismo”). Suprimindo o sufixo, localizamos a palavra primitiva (“colonial”), adjetivo que significa “da colônia” ou “pertencente à colônia”.

A respeito do sufixo “ismo”, Houaiss (2011) nos informa que se origina do grego *-ismós,ou*, que era empregado como formador de nome de ação de verbos em *-ízo* e, às vezes, em *-ió*. Esse sufixo, posteriormente, foi incorporado pelo latim (*-ismus,i*), com o mesmo significado. Já na língua portuguesa, o sufixo “ismo” foi empregado, primeiro na medicina, para denominar uma intoxicação de origem tóxica (absentismo, alcoolismo, ergotismo, eterismo, hidrargirismo, iodismo). Durante o século XIX e com mais intensidade no século XX, passou a designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos ou personativos.

Quanto à data do surgimento do termo “colonialismo”, de acordo com Houaiss (2011), a expressão surgiu, em língua portuguesa, no século XVII. Com relação ao significado da palavra, ele lista os seguintes, que parafraseamos abaixo:

1- A prática, o processo histórico de estabelecer colônias. Ex.: O colonialismo grego no mar Egeu.

2- A época colonial. Ex.: Essas práticas são do tempo do colonialismo.

3- O interesse ou paixão pelas colônias ou uma especialização no assunto colônias e/ou colonos. Ex.: Seu colonialismo apaixonado pode virar tema de doutorado.

4- Na área da economia e da política: orientação política ou sistema ideológico de que uma nação lança mão para manter domínio, total ou parcial sobre outra, submetendo-a nos setores econômico, político e cultural.

5- Inferioridade ou sujeição de uma comunidade, território, país ou nação dominada por outra; a condição de colonizado. Ex.: Do colonialismo à autodeterminação, o país logrou um salto qualitativo.

6- O traço linguístico próprio de uma ou mais colônias.

7- Uma atitude, teoria ou doutrina favorável à colonização. (HOUAISS, 2011).

Das informações acima, pode-se inferir que, inicialmente, em língua portuguesa a palavra “colonialismo”, embora tenha muitos significados, gira em torno de dois eixos. O primeiro atém-se à origem grega do sufixo “ismo”, denotando o processo de ocupação da terra; já o segundo apresenta um teor político, econômico e cultural, destacando a dominação nesses campos.

Isso se verifica também no caso da palavra “colônia”, de acordo com o testemunho de Casanova (2002, p. 87), que acentua que, originalmente, o termo “colônia” era empregado para designar um território ocupado por pessoas oriundas de uma pátria-mãe, caso das colônias gregas. Ele chama a atenção para o fato de que esse significado preponderou até quase os tempos modernos, quando uma característica acentuada da colonização europeia, que teve início no século XV sob os auspícios de uma economia capitalista, atraiu o olhar atento de alguns: o domínio exercido sobre as populações nativas pelos emigrantes e um novo significado ligado a essa dominação passou a predominar. Assim, segundo o autor, termos como “colônia” ou “colonialismo” estão ligados, na atualidade, a um domínio violento exercido por determinado povo sobre outros.

Verificamos, então, que o termo “colonialismo” é associado com maior frequência à colonização europeia e suas práticas.

2.2 O COLONIALISMO EUROPEU E SUAS PRÁTICAS

Como vimos anteriormente, a expressão “colonialismo” é associada, na atualidade, à investida colonialista europeia, que ocorre a partir de fins do século XV e início do século XVI.

Uma das motivações dessa empreitada ligava-se ao desejo de enriquecer rapidamente, através do estabelecimento de relações comerciais com outros povos. Além disso, não se pode descartar também, uma motivação religiosa, como sugeriu Camões, ao atestar que as viagens colonialistas portuguesas tinham por objetivo propagar a Fé e o Império. (SANTIAGO, 2002, p. 221). O mesmo se poderia dizer das viagens espanholas. Na concepção de Rama (1984, p. 24), primava por um “capitalismo expansivo [...], ainda carregado do missionarismo medieval.”

Segundo Bonnici (2009, p. 262), a colonização europeia apresenta um caráter diferenciado das anteriormente praticadas por conta do contexto histórico. Ela desenvolveu-se na época do surgimento de um moderno sistema capitalista de trocas econômicas, que requereu uma quantidade maior de matérias-primas que não poderiam ser obtidas em terras do velho continente. Logo, a solução seria obtê-las em novas terras. A implantação de colônias surge, então, como solução para esse problema. As colônias serviriam como fontes exclusivas de longo prazo de matérias-primas, que poderiam enriquecer e sustentar o poder central da metrópole. Esse interesse foi documentado em textos informativos como a *Carta de Pero Vaz de Caminha* ou *Cultura e opulências do Brasil*, de André João Antonil, que detalharam os recursos econômicos que se ofereciam à exploração e que práticas poderiam ser empregadas nela, só para se mencionar o caso do Brasil.

Recém-chegados à nova terra, os europeus se depararam com um novo problema: a falta de mão de obra. A solução foi aprisionar os nativos e empregá-los como mão de obra barata. Ironicamente, o *colonus* lançará mão do *incolae*, isto é, do nativo, a quem encarregará de saquear a si mesmo.

Em alguns lugares, porém, os nativos ou foram eliminados ou não se prestaram às exigências do colonizador, o que originou a importação de escravos da África, acrescentando novos personagens à história do colonialismo e cujo papel não foi previsto na nomenclatura latina.

Por outro lado, com o desenvolvimento da indústria, as metrópoles

necessitavam de novos consumidores para seus produtos. Assim, as colônias constituíam-se em um novo mercado, aliás, exclusivo, para os seus produtos manufaturados, ou seja, um monopólio, que garantia exclusividade de lucros à nação colonizadora. Esse monopólio é extensivo ao campo da cultura e da informação, o que gerou um isolamento do colonizado, cujo único contato com o mundo exterior se processava por meio do colonizador, sujeitando-o, portanto, às escolhas desse nesses campos. (CASANOVA, 2002, p. 91).

Em resumo, conforme nos mostra Roland Corbisier, no prefácio da obra de Albert Memmi intitulada *Retrato do colonizado precedido pelo do colonizador* (1977, p. 6-7), os interesses econômicos do colonizador eram: a exploração dos recursos naturais do país e da mão de obra nativa e a manutenção da colônia como área produtora de matérias-primas e importadora de manufaturas.

Até agora, tratamos de falar, prioritariamente, sobre a ocupação e domínio da terra. Mas isso só se tornou possível através da sujeição de sua população nativa. Uma mera ocupação física não seria capaz de garantir tal sujeição. Era preciso garantir o domínio da mente e, nesse aspecto, a palavra exerce um importante papel.

2.3 COLONIZAÇÃO EUROPEIA: A PALAVRA COMO ARMA

A palavra “verdade” remete-nos a uma ideia ou versão de fatos que não pode ser contestado. Ela se reveste de um caráter de unicidade, pois é empregada no singular, ou seja, dentre muitas opções, apenas uma está correta ou é digna de confiança.

Nietzsche (apud BONNICI, 2009, p. 257) afirma que a verdade e o conhecimento objetivo não existem, mas que podem ser apropriados pelos sistemas de poder para atenderem aos seus interesses. Dessa forma, podem criar sua própria “verdade”.

Um cidadão poderia construir sua própria “verdade”, mas como faria para que outros a aceitassem? Para Foucault (apud BONNICI, 2009, p. 257-258), essa “verdade” só seria aceita se houvesse a adesão subjetiva do sujeito. Para atingir esse objetivo, a utilização da palavra seria imprescindível. Através dela se construiriam os mais variados tipos de discursos para atender ao gosto daqueles a quem se dirigiam. O sistema educacional, em especial, seria um meio de divulgação

de tais discursos. Um detalhe importante é que essa oferta, supostamente, apresentaria os mais variados tipos de discursos, alguns dos quais contraditórios, dentro de um clima de aparente liberdade de escolha. Gramsci (apud LOOMBA, 1998, p. 28) ilustra isso ao citar que em contrapartida aos discursos que mantêm a coesão social e atendem aos interesses das classes dominantes, há também aqueles que expressam o descontentamento ou protesto dos dominados. Essa liberdade de escolha, no entanto, mostra-se relativa, já que o poder exerce grande pressão para a seleção de determinados discursos em detrimento de outros. Essa pressão é exercida por meio da geração de efeitos desagradáveis naqueles que optam pelos discursos que contrariam o poder como a marginalização (a atribuição do rótulo de “louco”, por exemplo) ou o emudecimento.

No caso do colonialismo, a “verdade” a ser aceita pelo colonizado era a da suposta superioridade do colonizador, o que lhe outorgaria o direito de domínio. Antes disso, porém, era necessário que os próprios europeus fossem convencidos disso.

O meio empregado para esse convencimento eram os discursos de negativização dos povos não-europeus. Como o próprio termo sugere, tais discursos listavam apenas fatos negativos em relação àqueles a quem se referiam. Um exemplo desse tipo de discurso pode ser encontrado na já citada obra *O Orientalismo*, de Edward Said. Nela, o ensaísta analisa que tipo de imagem dos povos orientais foi ofertado aos europeus por seus estudiosos e como essa imagem foi moldada de acordo com os interesses de dominação colonial. Os instrumentos para a divulgação dessa moldagem foram as obras de pesquisadores e literatos dos mais variados períodos históricos, ou seja, uma grande variedade de discursos. Por meio da desconstrução textual, Said comprova como essa imagem se baseou exclusivamente nos testemunhos de europeus e como, simbolicamente, o conquistado foi amordaçado para que sua voz silenciasse.

Além de Said, a pesquisadora indiana Gayatri Spivak (apud BONNICI, 2009, p. 265) também questiona a forma como a imagem de outros povos é apresentada aos europeus. Ela destaca como a descrição dos povos colonizados processou-se somente através de escritos dos colonizadores, denominando tal processo de *worlding*. O termo refere-se ao meio através do qual o espaço do colonizado é trazido para dentro do “mundo”, isto é, torna-se parte do mundo construído pelos europeus. (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2001, p. 241). Esse

processo envolvia grande quantidade de textos, mapas, pinturas e outros meios empregados para construir no imaginário europeu um conjunto de ideias sobre os povos não-europeus e para inscrever o discurso imperial sobre o espaço colonizado. O *worlding* emprega, portanto, discursos verbais e não verbais. Para Spivak, ele divide-se em três tipos. O primeiro consistia na formulação de um mapa do local colonizado com a nomeação dos acidentes geográficos na língua do colonizador, para indicar o conhecimento e o controle exercidos sobre a nova terra. O segundo tipo abrangia a representação, via gravuras, do passeio do europeu pelo terreno dominado. Isso visava demonstrar ao nativo quem realmente mandava nas terras. Por fim, a terceira modalidade envolvia a degradação ou negativização da imagem do nativo, realizada por meio de gravuras ou escritos que destacavam coisas como: sua nudez, ateísmo, preguiça, selvageria, sensualidade e ignorância. Tais escritos transformaram-se em um importante meio de produção de diferenças do europeu em relação ao resto do mundo. (LOOMBA, 1998, p. 57).

As palavras entram, portanto, na terceira fase do *worlding* e a descrição de Spivak aproxima-se bastante do pensamento de Said, que já analisamos.

Mas como se dá ou como se processa essa negativização?

A resposta a essa questão é fornecida por Memmi (1977, p. 69). O autor tunisiano alista três etapas.

A primeira etapa consiste no levantamento das diferenças entre o colonizador e o colonizado. Para isso atuam o douto ou o explorador, viajantes que recolhiam dados geográficos e hábitos culturais dos habitantes da nova terra. No caso do Brasil, exemplos desses levantamentos encontram-se na “literatura dos viajantes”, cujo exemplar mais famoso é, sem dúvida, a carta escrita por Pero Vaz de Caminha comunicando ao Rei de Portugal a “descoberta” da nova terra e fornecendo informações sobre seus espaços geográficos, suas riquezas e seus habitantes. Vale ressaltar que o uso da palavra “descoberta” remete-nos ao conceito de *worlding* de Spivak, pois cria a impressão de que a terra a que se aplica esse termo só veio a fazer parte do “mundo civilizado” graças aos europeus. É como se tais terras nunca tivessem existido antes da chegada dos colonizadores.

A segunda etapa é a valorização das diferenças que comprovam aparentemente a inferioridade do nativo em relação ao colonizador. Em outras palavras, somente as comparações vantajosas aos europeus são apresentadas.

Essa seleção denota um extremo maniqueísmo. Bonnici (2009, p. 259) demonstra como esse maniqueísmo é construído. Atribui-se a um dos lados um construto do tipo negativo (esperteza, ócio, irracionalidade, rudeza, sensualidade, crueldade, entre outras). Um exemplo de negativização de povos não-europeus encontra-se na resposta dos monges da ordem de São Jerônimo a uma enquete que indagava se os índios com quem tratavam na América eram capazes de se cuidarem sozinhos, como os camponeses de Castela. Em resposta, declaram que talvez seus netinhos pudessem fazer isso. Ressalvam, porém, que os indígenas estavam de tal modo entregues ao vício que se poderia ainda duvidar de sua capacidade. Como poderiam provar isso? Para endossar seu discurso, mencionam o fato de que os nativos evitam os espanhóis, recusam-se a trabalhar sem remuneração e chegam ao ponto de se presentear com seus próprios bens. Além disso, não repudiam os companheiros que tinham as orelhas cortadas pelos espanhóis. Em outras palavras, não têm o comportamento esperado pelos espanhóis, o que é considerado negativo por esses. A constatação final é devastadora. Diante desse comportamento, era melhor que fossem escravos que animais livres. (SANTIAGO, 2000, p. 11-12). Através da generalização, cria-se a impressão de que tais qualidades eram parte do caráter de um povo. No polo totalmente oposto, localiza-se um ‘construto’, do tipo positivo e superior (racional, democrático, progressivo, civilizado, etc.). Assim, o mundo foi dividido em duas partes: o *centro* europeu, hierarquicamente superior, e a *periferia* colonizada, em um patamar inferior. No centro, encontram-se os sujeitos (os agentes), enquanto que na periferia se localizam seus objetos (os subalternos). Com relação ao termo “subalterno”, mais um empréstimo de Gramsci, é bom destacar que ele não faz referência apenas aos colonizados. Pode ser empregado para se referir também a trabalhadores rurais, operários e outros grupos aos quais se nega o acesso ao poder. (BONNICI, 2009, p. 264-265). Conforme veremos abaixo, o estigma de “subalterno” pairava sobre o povo que habitava os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX e esse povo se tornará alvo da defesa de Lima Barreto. O autor brasileiro também combaterá a imagem superior atribuída aos estrangeiros através de seus escritos.

A terceira etapa envolvia descrever essas diferenças como definitivas e agir para que isso ocorresse. A princípio, os dominadores socorreram-se da ideia aristotélica de que alguns homens são “naturalmente” inferiores a outros. Essa afirmação forneceu base para a formação de um conceito que sustentasse o

direito de manter a dominação de tais homens. (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 33). Era uma excelente justificativa para a escravidão. Típico exemplo desse raciocínio é o caso dos monges acima mencionados.

Mas, que critério poderia determinar a inferioridade de um ser humano em relação a outro?

Mais uma vez, é Pétré-Grenouilleau (2009, p. 33-34) quem nos fornece a resposta. Para ele, existem dois tipos de racismos que atuam para essa determinação: um baseado em características físicas, como a cor da pele, e outro cultural. Eles podem ocorrer isoladamente ou de forma combinada.

O termo raça, conforme nos mostra Bonnici (2009, p. 275), possui vários significados. Na concepção fenotípica, constitui-se em traços físicos que identificam determinado grupo (raça negra; raça amarela). Na concepção geográfica, é sinônimo de subespécie e denota uma população geneticamente diferente (raça europeia; raça africana). Na Biologia, é sinônimo de subespécie. Em outras palavras, refere-se a uma população geneticamente diferente.

Comentando sobre o racismo associado à cor da pele, Pétré-Grenouilleau (2009, p. 33) destaca que:

Ele atingiu sobretudo as populações da África negra. Como disse muito tempo atrás Eric Williams, uma figura intelectual importante do movimento terceiro-mundista, esse tipo de racismo desenvolveu-se sobretudo a partir do momento em que surgiu um comércio em grande escala de escravos negros, tanto em direção à África do Norte e do Oriente Médio quanto às ilhas do Atlântico, do Oceano Índico e das Américas. Portanto, tal racismo foi uma das consequências do que chamamos de tráfico negreiro – sem dúvida, a mais grave e mais duradoura –, porque, nas Américas, a escravidão instituiu-se a partir da cor, no sentido de que, pouco a pouco, praticamente só os africanos negros continuaram escravos.

Mas, se a ideia de inferioridade de certos homens tinha por base uma especulação filosófica, a inferioridade do negro se socorria também de outra fonte. Como o discurso religioso fosse forte em determinada época, foi ele quem forneceu a base para tal afirmação. Tal base envolvia o caso da maldição de Noé sobre seu filho Cam. Pétré-Grenouilleau (2009, p. 48) nos fornece a seguinte descrição do caso:

Noé, o lavrador, começou plantando a vinha. Tendo bebido vinho, embriagou-se e desnudou-se em sua tenda. Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai e avisou seus dois irmãos, que estavam do lado de fora. Mas Sem e Jafé pegaram o manto, colocaram-no ambos sobre os ombros e, andando de costas, cobriram a nudez de seu pai; seus rostos estavam virados e não viram a nudez de seu pai. Quando Noé acordou da embriaguez, soube o que fez seu filho mais novo. E disse: 'Maldito seja Canaã! Que seja para os seus irmãos o escravo dos escravos'.

Eis como a Bíblia (Gênesis, 9) conta a chamada maldição de Cam, que na verdade, pesa não só sobre ele, que cometeu o 'erro' de ver o pai bêbado e nu, mas sobre Canaã, seu filho (no Antigo Testamento, acontece várias vezes de os filhos e sua descendência serem punidos pelos erros de seus pais). Foi sobre essa base mais do que vaga que alguns comentadores afirmaram ter se apoiado para legitimar, muito tempo depois, o comércio de escravos negros tanto para o mundo muçulmano como para a América Colonial.

O relato em si não afirma qual era a cor da pele de Cam ou de Canaã, mas certos comentadores, interessados em empregá-lo como justificativa para a escravidão negra, afirmaram que, sem sombra de dúvidas, Cam era negro e visto que a maldição incluía seu filho Canaã, era extensiva a todos os seus descendentes, portanto, a todas as pessoas de pele negra. Como se vê, um típico caso nietzschiniano de construção de sua própria verdade a partir de um discurso de autoridade na época, o religioso. Valendo-se de certas partes da Bíblia, principalmente do Velho Testamento, em que a escravidão está presente e é praticada pelos hebreus, o povo "eleito" de Deus, os escravagistas escolhiam os textos que mais lhes interessavam e, às vezes, davam a eles sua própria interpretação, como no caso do episódio de Cam. Mas, se a Bíblia se prestava à construção da verdade dos escravagistas, também servia para a construção da verdade do outro lado, o dos abolicionistas. Esses se valiam de passagens do Novo Testamento, que enfatizavam o amor e a igualdade entre os homens para apoiar sua reivindicação. (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 30).

Mas logo a máscara religiosa caiu e como é próprio do poder necessitar de alguma forma de ideologização para se legitimar, ele logo lançará mão de outros discursos. (RAMA, 1984, p. 26). O racismo buscou, então, criar um novo discurso que o justificasse. Era necessário erigir uma nova "verdade".

Essa verdade veio através do que Sodré (1988, p. 49-50) chama de "ideologia do colonialismo", ou seja, um conjunto de preconceitos, cujo objetivo era, através de suportes científicos, justificar a dominação e a exploração colonialista. O mais divulgado deles foi, sem dúvida, o da superioridade racial: a dominação colonialista era algo natural que correspondia à superioridade dos homens das raças

europeias sobre os homens das demais raças.

Exemplos desses preconceitos podem ser encontrados em intelectuais de grande reputação como Kant e Hegel, por exemplo.

Kant (1993, p. 75-76), em sua obra *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*, publicada em 1764, faz a seguinte declaração sobre os negros:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojaram-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos esconjuros. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas.

Hegel (1999, p. 83-86), na obra *Filosofia da História*, originalmente publicada em 1821, apresentava opinião semelhante sobre a raça negra:

A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma idéia geral de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a idéia do caráter humano[...] A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato inexistentes.

Um pouco mais adiante, na mesma obra, Hegel (1999, p. 88) alega que não irá mais falar sobre a África, sob a justificativa de que “não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar”. Comentando a respeito do Egito, ele destaca que embora se situe no norte da África, constitui-se em uma “[...] transição do espírito humano do Oriente para o Ocidente, mas ele não pertence ao espírito africano.” (HEGEL, 1999, p. 88).

Assim, com base em tais ideias, era possível concluir que os brancos “superiores” estavam naturalmente destinados a dominar; enquanto que, os negros, por exemplo, eram destinados, ao trabalho físico, para o qual necessitavam de compulsão pela violência.

Tal justificativa, segundo Leite (1983, p. 19) era perfeita para os europeus, pois não chegavam a sentir conflito ideológico com seus ideais democráticos e liberais. Afinal, não foram eles que intencionalmente estabeleceram as diferenças entre as raças, isso era determinado pela natureza. O mesmo se pode dizer quanto aos norte-americanos e seu sistema de segregação racial.

A mistura de raças também foi alvo de intensas críticas, como se pode verificar, por exemplo, nos escritos de Louis Agassiz e do Conde de Gobineau, que exerceram influência no ideário brasileiro a respeito do tema do princípio do século XX.

Surgia, então, a questão: onde buscá-la em meio a tantas teorias científicas diferentes?

No século XIX, a teoria darwiniana da evolução e da sobrevivência do mais forte foi selecionada como fonte de origem para essa construção. Tratava-se de uma falácia dos neo-darwinistas, isto é, daqueles que faziam uma interpretação particular das obras do cientista inglês. Nesse sentido, alguns cientistas realizaram estudos, visando comprovar a existência de diferenças raciais através da medição e comparação dos crânios de indivíduos de raças diferentes. A inferioridade não seria mais de origem divina, mas sim anatômica. Essa crença, por incrível que pareça, perdurou entre alguns até o século XX. Fanon (1990, p. 24) testemunhou tal ocorrência, citando como exemplo o que presenciou em certo congresso de psicanalistas em que se discutiam as propensões para o crime da população nativa da Argélia. Durante uma conversa, ouviu-se o seguinte comentário: “Essas pessoas não são normais. O córtex dos argelinos deve ser subdesenvolvido.”

O racismo atingia tanto negros como mulatos no Brasil, conforme demonstra, através de sua obra, Lima Barreto. O escritor carioca se coloca como porta-voz dos discriminados contra a tentativa de fazer com que o discurso científico desse ar de “verdade” ao preconceito racial.

Como a ideia de escravidão despertasse certa rejeição, era costume amenizá-la. Para isso, os escravocratas empregavam um sistema sobre o qual já comentamos: o de comparação positivo/negativo. Nesse caso, um povo colonizador

comparava-se com outro quanto à questão do tratamento dispensado aos escravos. Petré-Grenouilleau (2009, p. 20-21) mostra como isso era realizado. Segundo ele, bastava realçar um traço que supostamente representava uma nação ou outra e transformá-lo no único elemento determinante do resto, ou seja, torná-lo essencial. É óbvio que se realçava o traço positivo sobre si mesmo e o negativo sobre o outro. O estudioso cita como exemplo o caso do brasileiro Gilberto Freire, cuja obra procura demonstrar como a colonização portuguesa era mais amena que as demais. Outro exemplo seria a visão apresentada por certos autores ao compararem a escravidão europeia e a africana. Nesse caso, a africana parece ser menos danosa que a europeia. Ora, todo e qualquer tipo de escravidão é vil e deve ser combatido. Todos merecem ser execrados.

A crença na suposta inferioridade da raça negra é tão grande que persiste mesmo após o fim da escravidão através de políticas ou formas de discriminação. Tal afirmação pode ser facilmente comprovada quando examinamos o tratamento dado aos negros no Brasil após a abolição.

Ao tratar do segundo critério, Pétré-Grenouilleau cita como exemplo a distinção efetuada entre gregos e bárbaros por conta do uso da língua. Para os gregos, seu idioma era o meio natural para a prática da razão, considerada por eles como elemento essencial para a prática da “humanidade”. Infelizmente, o estudioso não se estende mais sobre o assunto, limitando-se a comentar a questão linguística dos gregos.

O critério cultural pode ser empregado para inferiorizar até mesmo pessoas da mesma raça. Bonnici (2009, p. 264) demonstra isso ao comentar a respeito da maneira como é construída a personagem Jerônimo do romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo. Jerônimo, inicialmente, é descrito como um sujeito forte, sem vícios, que vive ao lado da mulher e da filha. Mas, ao se misturar com o pessoal do cortiço e encantar-se com o ambiente, a música tropical e a sensualidade de Rita Baiana, termina se degradando. No final, torna-se um assassino, passa a consumir bebida e abandona sua mulher e filha para se “amigar” com Rita Baiana. Em outras palavras, enquanto tinha um comportamento à europeia, possuía apenas qualidades boas, mas quando rejeita tais características e assume as do povo da terra, apresenta apenas qualidades negativas.

Um pouco mais adiante em sua obra, Pétré-Grenouilleau (2009, p. 39), ao comentar que o escravo é sempre alguém estranho, referindo-se mais uma

vez aos gregos, cita como fatores de estranheza: diferenças físicas, religiosas, de origem, ou mesmo uma combinação desses vários fatores. Exemplo desse processo de estranhamento é a visão que os europeus possuíam dos povos do Oriente Médio e que foi tratada em detalhes na obra *O Orientalismo*, de Edward Said. Na listagem de Pétré-Grenouilleau, o que apresenta mais proximidade com a questão cultural são as diferenças religiosas. É fácil perceber, no entanto, conforme já vimos, que usos e costumes fazem parte desse critério cultural.

Mas se o discurso da suposta inferioridade dos não-brancos e, portanto, não- europeus, tinha fácil aceitação entre os colonizadores, como atuar na outra ponta? Como convencer o nativo de sua inferioridade, para que aceitasse sua dominação e não causasse muita dificuldade?

Para isso, o colonizador usa duas táticas em sequência: a despersonalização e a mistificação. A despersonalização se tornou viável graças ao “afogamento no coletivo anônimo” (MEMMI, 1977, p. 81), isto é, a atribuição de qualidades negativas a todos os nativos, deixando de reconhecer a existência de diferenças no plano individual. Isso gerou a desumanização dos colonizados, objetificando-os.

Em seguida, por meio da mistificação, o colonizado era constantemente lembrado de seus defeitos. A repetição constante desse discurso e a constatação no plano material de sua inferioridade dia após a dia acabavam por conduzi-lo, com o tempo, a questionar suas atitudes e a perguntar-se: Não serão verdadeiras essas acusações? Um exemplo da repetição constante desse discurso verifica-se no caso dos árabes:

Para Said (1990), as representações do Oriente (ou Orientalismo) feitas pelo Ocidente levam consciente e deterministicamente à subordinação. Percebe-se, de fato, um discurso etnocêntrico repressivo que legitima o controle europeu sobre o Oriente, através do estabelecimento de um ‘construto’ negativo. A esperteza, o ócio, a irracionalidade, a rudeza, a sensualidade, a crueldade, entre outros, formam esse ‘construto’, em oposição a outro ‘construto’, positivo e superior (racional, democrático, progressivo, civilizado, etc.), defendido e difundido pela cultura ocidental. [...] O Orientalismo, portanto, legitimou o imperialismo e o expansionismo para os próprios europeus e convenceu os ‘nativos’ sobre o universalismo (a mais adiantada civilização do planeta é a europeia) da civilização europeia. (BONNICI, 2009, p. 259).

No caso do plano material, podemos citar como exemplo a descrição do ambiente onde moram os colonizados realizada por Fannon (1990, p. 30), em

sua obra *The Wretched of the Earth*. Baseando-se no ambiente argelino, Fannon destaca uma cidade pobre, onde casas de qualidade inferior são construídas umas sobre as outras. Uma cidade atolada no lamaçal em que predominam a fome e a carência de sapatos, carvão e luz. Em contrapartida, a cidade onde moram os colonizadores não apresenta tais carências, o que gera um olhar de desejo no colonizado.

Com o tempo, ele se convenciu da veracidade de tais afirmações e isso fazia com que aceitasse viver a imagem de si mesmo pintada pelo colonizador, levando-o a concordar com sua própria opressão. (MEMMI, 1977, p. 83). Assim, o discurso colonialista alcançava a hegemonia que Gramsci (apud BONICCI, 2009, p. 259) definiu como a dominação com consentimento aparente do dominado. Trata-se, portanto, de uma combinação de coerção e consentimento. (LOOMBA, 1998, p. 29). O conceito de hegemonia do teórico italiano inclui mais do que uma imposição. Para ele, a hegemonia incorre na incorporação e transformação das ideias e práticas dos dominados para atender aos gostos dos dominadores. (GRAMSCI apud LOOMBA, 1998, p. 31).

Escorado em seus argumentos de superioridade, o europeu implantou uma nova ordem política, econômica, cultural e religiosa, em substituição à antiga forma de viver dos nativos. Ao implantar seu sistema, tentou, simultaneamente, apagar os traços da cultura antiga, lançando ao esquecimento a história dos povos conquistados e fazendo com que a história da nova terra fosse contada a partir da chegada dos colonizadores. Era necessário apagar o passado (*cultus*) para se estabelecer algo novo no futuro (*culturus*), que se moldasse aos objetivos do conquistador. Levando em conta o significado do verbo grego *col*, que ressalta a questão do cultivo da mente, pode-se dizer que era necessário retirar a cultura nativa da mente do colonizado, para, então, ocupá-la com a do colonizador. Realizar essa tarefa exigia, no entanto, o emprego da “ferramenta” da linguagem e, nesse caso, o europeu desejava empregar a sua própria. Daí que, na transição para essa nova fase de dominação, a imposição de sua língua destacou-se como primeiro passo para a implantação de sua cultura. A importância da língua devia-se ao fato de ser empregada como o meio através do qual uma estrutura hierárquica de poder se perpetuava e concepções de “verdade”, “ordem” e “realidade” eram estabelecidas. (ASHCROFT; GRIFFITH; TIFFIN, 1999, p. 7). Todorov (1993, p. 219) acentuou a importância dessa questão da imposição linguística ao comentar que a

língua sempre acompanhou o império. Citando como exemplo o caso dos espanhóis, destacou que temiam perder a supremacia linguística, pois julgavam, que se isso ocorresse, perderiam seu império. Temos um exemplo disso muito próximo de nós: a imposição do português como língua única em detrimento do nheengatu, o idioma geral do Brasil que misturava o tupi e o português, levada a cabo pelo Marquês de Pombal, em 1757.

Nesse campo, o projeto colonialista socorreu-se da ajuda dos religiosos, como os jesuítas, que se esforçaram para transmitir a religião católica aos nativos. Dentre esses, merece destaque José de Anchieta, que aprendeu a língua dos indígenas e, em 1595, publicou *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, obra que ajudou a preservar a linguagem tupi. Mas, ao mesmo tempo, Anchieta, assim como os demais religiosos, incumbiu-se também de transmitir-lhes sua língua e diversos aspectos da cultura europeia. Nesse sentido, em nosso país, destaca-se o caso dos autos, representações teatrais de temática religiosa, bastante empregados por Anchieta, cujo objetivo era contribuir para a catequização dos índios. Segundo Santiago (2000, p. 13-14), essas representações, inspiradas na vida dos santos, eram apresentadas, primeiro, em português, sendo, posteriormente, traduzidas para o tupi-guarani. A ordem dos idiomas é emblemática. A precedência do idioma europeu demonstrava, é claro, sua superioridade em relação ao indígena. Essas exibições escondiam uma proposta de substituição inexorável: os índios perderiam sua língua e seu sistema sagrado e receberiam, em troca, o europeu.

No rastro da língua, a literatura também contribuiu para a introdução da hegemonia cultural europeia nas novas terras. Destacando essa contribuição no que tange ao caso da colonização na Índia, Viswanathan (apud ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 1999, p. 3) descreveu como os administradores coloniais ingleses, instigados por missionários por um lado e temerosos da insubordinação nativa por outro, descobriram na literatura inglesa um aliado para apoiá-los na manutenção do controle dos nativos sob o pretexto de uma educação liberal.

Para Rama (1984, p. 37), “evangelizar” e “educar”, correspondem, respectivamente, a dominar e civilizar e, embora o primeiro esteja ligado à religião e o segundo ao leigo; ambos executam o mesmo trabalho: o de transculturação a partir da experiência europeia.

Atitudes como a de Anchieta e dos jesuítas levaram a um mergulho

e, conseqüente, absorção da cultura da metrópole, que imprimiu marcas profundas na nascente literatura do colonizado e que se transformaram em alvo de estudo da teoria pós-colonial.

2.4 PÓS-COLONIALISMO: UMA RELEITURA DAS OBRAS LITERÁRIAS DAS EX-COLÔNIAS

A primeira colônia a se libertar da dominação europeia foi os Estados Unidos, em 1776, portanto, fins do século XVIII. O século XIX assistiu à libertação de outras nações do continente americano, inclusive o Brasil. A seguir, já no século XX, uma nova onda de libertação trouxe a independência para países africanos, asiáticos e caribenhos, tendo as últimas lutas pela independência se desenrolado já na década de 1970. Durante todo esse período houve uma produção literária em todas essas ex-colônias, no entanto, somente em fins da década de 1970, concomitantemente ao encerramento das últimas lutas pela independência, é que surgirá, principalmente entre os intelectuais dessas nações, o dilema em torno da falta de instrumental teórico para ler criticamente uma obra escrita numa língua europeia por um autor oriundo de uma cultura não-europeia. Convém ressaltar que, nas nações que obtiveram sua independência antes desse período, como é o caso do Brasil, já havia discussões sobre esse tema, como se pode comprovar, por exemplo, em *História da Literatura Brasileira: Fundamentos Econômicos*, obra de Nelson Werneck Sodré, obra publicada em 1938.

Bonnici (2009, p. 262) cita algumas das questões em torno das quais girava essa discussão. Ei-las: seria justo ler obras produzidas em um contexto cultural não-ocidental através de parâmetros de abordagem ocidentais, como o estruturalismo, o pós-estruturalismo, o materialismo cultural, etc.? Qual seria o 'status' das literaturas produzidas nas ex-colônias? Se a relação entre a metrópole e a colônia sempre foi marcada pela tensão, não deveria essa literatura, escrita a partir da invasão colonial até o presente, conter as marcas das tensões inerentes aos encontros coloniais? Se a literatura da metrópole foi utilizada para enfatizar a superioridade europeia através da degradação ou aniquilamento da cultura não-europeia, que papel estaria reservado às literaturas pós-coloniais?

Buscando responder a essas indagações, certos críticos passaram a ocupar-se do estudo das influências que o domínio europeu trouxe sobre a cultura dos povos colonizados, como parte de uma tentativa para politizar e chamar a

atenção para preocupações com respeito a temas como a literatura da Comunidade Britânica e os estudos a respeito das novas literaturas em inglês, que haviam feito sua primeira aparição em fins dos anos 1960. Para denominar esses estudos, eles tomaram de empréstimo dos historiadores a expressão “pós-colonial”, empregada desde o fim da 2ª Guerra Mundial para referir-se ao período histórico que sucedeu à independência desses povos. (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 1999, p. 186).

O uso dessa expressão não conseguiu unanimidade, gerando muitas controvérsias. Para alguns, o uso do prefixo “pós” indicaria o fim cronológico do colonialismo, o que não se verifica na prática, quando se analisa com profundidade o período pós-independência das ex-colônias. Nesse caso, associa-se o prefixo “pós” a uma questão meramente temporal. Deve-se ressaltar, no entanto, que a teoria pós-colonial direciona suas análises a determinado tipo de colonialismo específico, o europeu, que teve início no século XVI. No entanto, ela não deixa de lançar um olhar sobre as novas formas de controle colonialista que ainda assolam as ex-colônias, ou seja, sobre o neocolonialismo. (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 1999, p. 187-188).

Um dos enganos recorrentes no que concerne à descolonização é imaginar que ela ocorra simultaneamente ao processo de independência. (BONNICI, 2009, p. 272). Memmi (1977, p. 126) recorda que o fim da estrutura material do colonialismo não implica na eliminação do domínio por ele exercido. A recuperação da liberdade total, segundo ele, está atrelada à recuperação do domínio do colonizado sobre si mesmo. Fanon (1990, p. 143) também alertou para a continuação da dominação colonialista no período pós-independência. Em sua visão, as condições econômicas numa ex-colônia são as de uma burguesia estrangeira. A burguesia nacional é, depois da independência, um ramo da burguesia do país mãe, da qual deriva sua legitimidade, sua força e sua estabilidade. Ela alimenta um permanente desejo de identificação com a burguesia do país mãe. Esse desejo é extensivo aos intelectuais nativos.

Casanova (2002, p. 83-84) é outro que chama a atenção para a permanência de traços colonialistas. Ele assevera que a independência assinala apenas uma mudança de dominadores, com a saída dos estrangeiros e a entrada da elite nativa. Com isso, desapareceriam apenas os problemas decorrentes da dominação estrangeira, mas a opressão continuaria e se tornaria ainda mais intolerável. Loomba (1998, p. 12) recorda que o fim da dominação política do

colonialismo não trouxe melhoras para as mulheres, os trabalhadores e os camponeses.

Se o europeu julgava-se no direito de governar devido ao fato de fazer parte de uma civilização mais “adiantada”, as classes altas pressupunham ter um “direito divino” para mandar, por serem mais educadas. Hoselitz (apud CASANOVA, 2002, p. 84) asseverou que essas classes, dentre as quais se incluíam os intelectuais do governo, manipulavam as massas de forma semelhante aos senhores estrangeiros. Esses intelectuais recusavam-se, muitas vezes, a rejeitar a cultura importada, pois adotá-la significava, simbolicamente, assumir uma postura de superioridade ante o povo comum, o que se nota, por exemplo, na época de Lima Barreto, como veremos mais adiante. De forma que, a independência marca meramente um corte de laços formais com o poder colonial, que continua a exercer sua dominação de forma indireta através de um “testa de ferro”, a elite nativa. Trata-se do “neocapitalismo”. Diante deste cenário, que perdura até hoje, é necessário manter-se constante vigilância contra tais formas contemporâneas de colonização. A luta, portanto, é longa e árdua, especialmente nas colônias de colonizadores, onde a predominância cultural branca dificulta o corte dos laços com a Europa. (BONNICI, 2009, p. 272).

Já para Aijaz Ahmad, a elasticidade da aplicação desse termo a qualquer tipo de dominação político-cultural, seja no passado, seja no presente, poderia transformá-lo numa coisa transhistórica, que sempre estará ocorrendo em alguma parte da Terra e que, portanto, não terá fim. Outra espécie de questionamento está ligada a certos grupos que, devido ao nacionalismo cultural e econômico pretendem lançar ao esquecimento o passado de dominação estrangeira. (BONNICI, 2000, p. 10). Esquecer esse passado, porém, pode ser perigoso, pois contribui para obscurecer a compreensão de certos fenômenos contemporâneos, que são frutos da influência do período colonial e pode-se criar a falsa impressão de que o colonialismo está totalmente extinto, quando, ainda na atualidade, uma nação pode ser pós-colonial, em termos políticos, e neocolonial, no que concerne à questão econômica e cultural. (LOOMBA, 1998, p. 7).

É nesse sentido que Loomba (1998, p. 12) sugere que o termo *postcolonialism* seja empregado não para acentuar a questão temporal, mas sim como contestação dos domínios e dos legados do colonialismo.

Com relação ao instrumental teórico empregado na crítica pós-

colonial, Samuel (2002, p. 140) lembra que a teoria pós-colonial parte de numerosas suposições, porém, não adota um único método ou teoria. Os teóricos pós-coloniais usam uma variedade muito grande de métodos ou teorias, fazendo a junção ou colagem deles, com preferência por aqueles que se afastam bastante das totalizações europeias.

Para exemplificar essa característica que se faz presente na teoria pós-colonial, Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1999, p. 31) chamam a atenção para a importância das análises de Tzvetan Todorov e de Edward Said para elucidar os encontros dialéticos entre a Europa e o Outro. Por outro lado, análises marxistas que acentuavam a importância da ideologia no processo de formação do sujeito colonial causaram forte impacto nas interpretações literárias e culturais do pós-colonialismo. Estudiosos como Homi Bhabha (1994) e Gayatri Spivaki (1995), dentre outros, utilizaram teorias euro-americanas em seus questionamentos a respeito dos encontros coloniais. E vale recordar também as contribuições prestadas por Frantz Fanon (1961) e Albert Memmi (1957).

O termo “pós-colonial” pode ser também aplicado à literatura, que será pós-colonial, quando o país de onde se origina esteve sob a dominação europeia, que foi do século XVI ao XIX. Assim, literaturas de países tão díspares, como o Brasil, Canadá, Índia, Angola e Moçambique são todas pós-coloniais, de vez que nasceram sob o influxo do colonialismo.

O termo, porém, não se restringe apenas às literaturas nacionais. Segundo Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1999, p. 16-37), os quatro maiores modelos críticos da literatura pós-colonial são: o nacional ou regional, que enfatiza as feições características de determinadas culturas ou regiões; o modelo racial, que identifica várias características compartilhadas entre várias literaturas nacionais, como, por exemplo, a herança racial africana na literatura produzida pelos negros em qualquer parte da Terra; o comparativo, que confronta as feições linguísticas, históricas e culturais de duas ou mais literaturas pós-coloniais e, finalmente, um modelo mais amplo que se interessa pelo estudo de aspectos como a participação do sincretismo e do hibridismo como elementos constitutivos da literatura pós-colonial. Por se constituírem mais em suposições dentro da prática crítica do que como escolas de pensamento específicas, esses modelos oferecem a possibilidade de serem operados ao mesmo tempo em qualquer discussão a respeito da escrita pós-colonial.

Dentre os temas citados acima, dois serão analisados a seguir, por se tratar de assuntos de importância no desenvolvimento de nosso trabalho: o estudo comparativo entre língua e lugar e colonizador e colonizado.

Em 1965, D.E.S. Maxwell (apud ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 1999, p. 24-25) propôs um modelo de classificação das literaturas pós-coloniais no que diz respeito à disjunção entre lugar e linguagem. Por meio desse modelo, Maxwell pretendia questionar a conveniência do emprego da língua trazida pelo colonizador para descrever a realidade da terra colonizada. Analisando essa questão, o estudioso levantou a existência de dois grupos. O primeiro grupo seria o da colônia de colonizadores, que incluiria países como os Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Brasil e Argentina. Nessas terras, os colonizadores europeus conquistaram e quase exterminaram as populações nativas, segregando-as em reservas. Em seguida, estabeleceram uma civilização transplantada de feição europeia. A língua originária do velho continente preponderou sobre a nativa e continuou a ser empregada após o processo de independência, pois esses colonizadores julgaram-na a mais apropriada para se manifestarem.

Essa classificação cria a falsa impressão de países colonizados totalmente assemelhados linguística e culturalmente ao colonizador. Isso não é verdade, tendo em vista, que não se verifica uma transferência pura e simples da cultura europeia. Ao chegar ao solo colonizado, a cultura e a língua europeias sofreram transformações que, em algumas partes são consideráveis. A título de exemplo, o português falado no Brasil está bastante distanciado daquele falado em terras lusitanas. O mesmo se verifica no aspecto cultural. O catolicismo sincrético praticado no Brasil não é o mesmo de Portugal. Além disso, a proximidade com o colonizador varia de nação para nação. Não se pode dizer, por exemplo, que essa proximidade é a mesma em países como Brasil e Argentina.

O segundo grupo era constituído por sociedades invadidas, isto é, populações colonizadas em seu próprio território, como a Índia e a Nigéria, por exemplo. Nesse caso, a população indígena preponderou numericamente sobre a do colonizador. Assim, os escritores nativos não precisaram se adaptar a um novo ambiente como seus colegas. Além disso, já possuíam tradições milenares, através das quais poderiam responder à marginalização imposta pela implantação da língua europeia. Em certas regiões, o idioma do colonizador predominou sobre o do colonizado, em outras não. De qualquer maneira, a entrada de um novo idioma

trouxe “certa ambiguidade ao texto escrito”. (BONNICI, 2000, p. 15).

Discutindo essa proposição de Maxwell, os autores Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1999, p. 25-27) apontaram duas limitações. A primeira era a de que ela não comportaria a totalidade das nações colonizadas, desconsiderando as do Caribe. Os habitantes nativos de tais ilhas foram totalmente exterminados e sua ocupação realizada através do deslocamento de imigrantes provenientes da África, da Índia, do Oriente Médio e da Europa, que preservaram fragmentos de suas culturas originais. Assim, nesse local, estabeleceu-se um mosaico cultural. Diante disso, propõem a criação de um terceiro grupo, que denominam “sociedades duplamente invadidas”, em que se enquadrariam as nações caribenhas. (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN apud BONNICI, 2009, p. 263).

Essa nova divisão dá o que pensar no caso do Brasil. Se é verdade que os indígenas não foram totalmente exterminados por aqui, é verdade também que houve deslocamento de imigrantes, alguns de forma forçada (africanos) e outros de forma livre (imigrantes europeus e asiáticos), alguns dos quais preservaram fragmentos de suas culturas originais. Nosso país, portanto, apresentaria características tanto das sociedades de colonizadores, quanto das sociedades duplamente invadidas.

A segunda limitação era de que a formulação de Maxwell poderia encorajar a ideia de que uma língua é inapropriada para utilização em local diferente de sua origem, o que impossibilitaria uma escrita diferenciada do colonizado na língua do colonizador.

Outro ponto de discussão nas teorias pós-coloniais diz respeito à relação entre colonizadores e colonizados. Nesta questão, merecem destaque os trabalhos de Frantz Fanon (1961) e Albert Memmi (1957).

A respeito de Albert Memmi, Bonnici (2000, p. 33) informa-nos que nasceu em 1920, em um bairro judeu pobre de Tunis, Tunísia. Posteriormente, estudou numa escola secundária, cuja direção encontrava-se na mão dos colonizadores franceses. Em 1956, mudou-se para a França. Sempre parte de minorias ou extratos populacionais oprimidos, o autor transformou essa experiência em assunto para a produção de obras literárias, como *Le statue de sel* (1953), *Agar* (1955), *Le scorpion ou la confesion imaginaire* (1969), *Le déserte* (1977), *Le pharaoh* (1988) e a coleção de poemas *Le mirilton du ciel* (1989). No entanto, sua maior contribuição para os estudos pós-coloniais adveio de sua obra sociológica *Portrait*

du colonisé précédé du portrait du colonisateur, publicado no ano de 1957.

Nessa obra curta, Memmi realizou uma leitura dicotômica dos comportamentos do colonizador e do colonizado, analisando as patologias do relacionamento amo/subalterno, a partir de um olhar existencialista, segundo o modelo de Sartre. (BONNICI, 2000, p. 34). Pode-se interpretar a ordem das partes como uma metáfora da situação colonial, em que os interesses do colonizador sempre predominaram sobre os do colonizado. Bonnici (2000, p. 17) descreveu o olhar sartreano, que inspirou Memmi, sublinhando que ele discursa sobre a construção do ser como sujeito em relação ao outro e, portanto, enfatiza a característica da reciprocidade. Através da percepção do próprio ser-objeto para o Outro, ele deve compreender a presença do ser-sujeito dele. Essa reciprocidade permite as relações mútuas entre o ser e o outro. Ambos podem voluntariamente ter a função de objeto para o outro.

Na primeira parte de seu trabalho, Memmi desmistificou o retrato do colonizador, construído por ele mesmo, destacando os verdadeiros objetivos que se escondiam por detrás das viagens colonizadoras: o de enriquecer e obter outras vantagens que não estavam à disposição na metrópole. Ele denunciou ainda o método racista da construção de um discurso negativo a respeito do colonizado, como forma de justificar sua dominação. Na segunda parte, demonstrou como reagia o colonizado diante da tentativa do europeu de lhe impor uma autoimagem de inferioridade, visando sua objetificação. Destacou que, alguns colonizados, por conta dessa influência, passaram a menosprezar a sua cultura, desejando adquirir a cultura de seu dominador para igualar-se a ele (assimilação). O colonizador, entretanto, recusava-se a assimilar totalmente o colonizado, isto é, permitir que se tornasse uma cópia perfeita dele. Memmi (1977, p. 70) emprega a área religiosa para exemplificar essa recusa. Ele ressaltou o fato de que, ainda que a religião tenha contribuído para a colonização, e tenha sido regamente recompensada por isso, jamais esteve nos planos do governo colonial permitir que ela obtivesse sucesso total em seu trabalho de conversão. Com o poder de que dispunha, o governo poderia ter fornecido meios para que ocorresse a conversão obrigatória de todos os colonizados. Tolerou-se, no entanto, certa resistência a essa tentativa. A motivação dessa tolerância prendia-se ao fato de que, se ela ocorresse seria uma etapa no caminho da assimilação. O colonizado teria, então, os mesmos costumes do colonizador e prosseguindo em sua caminhada poderia adquirir uma semelhança

total com o último. Com base nessa semelhança, o colonizado poderia questionar o poder do colonizador. Por outro lado, ao constatar a impossibilidade de igualar-se ao colonizador, restaria ao colonizado desiludido somente a revolta como saída para recuperar sua dignidade.

Esse processo descrito por Memmi aplica-se também no caso dos escravos trazidos de outras terras para trabalharem na colônia. Petré-Grenouilleau (2009, p. 22) destaca que não foi permitido ao negro integrar-se totalmente à sociedade em que vivia. Sua “integração” foi parcial e ainda apenas em certos casos e sob certas condições. Como se pode observar, ela foi parcial tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo.

Analisando criticamente a visão do colonialismo apresentada no *Portrait*, Bonnici (2000, p. 34) avaliou que Memmi concebia a existência de um projeto colonialista, responsável pela situação doentia em que estavam envolvidos o colonizador e o colonizado. As conclusões do tunisiano estão imbuídas de um sentimento de fracasso, conforme se pode depreender dessas declarações: “Desejávamos apenas que ela reconhecesse os nossos direitos [...], em suma, uma simples ‘acomodação’ da nossa situação e relações com a Europa. [...] descobrimos lentamente [...] que tal esperança era ilusória.” (MEMMI, 1977, p. 121). A reação inicial do colonizado estaria, assim, ligada à espera que o colonizador reconheça a necessidade de rever a situação e remediá-la. Com o tempo, porém, nasceria a desilusão. Ato contínuo, o nativo tomaria medidas para reagir contra a dominação injusta do sistema colonial. As reações sugeridas, porém, revestiam-se de brandura e de uma quase ingenuidade. Mesmo quando avançou sua proposta para a de uma revolta, ela não demonstrava ter acuidade e profundidade como as medidas propostas por Fanon em obra publicada mais tarde.

Já a respeito de Frantz Fanon, Bonnici (2000, p. 32-33) informa-nos que nasceu na colônia francesa da Martinica, em 1925. Diplomou-se em medicina na França, especializando-se em psiquiatria. Anos depois, transferiu-se para um hospital na Argélia, ocasião em que decidiu tomar o lado dos nativos daquele país. Empregando material oriundo de suas observações sobre o sistema colonial e a guerra que contra ele se travava em terras argelinas, publicou em 1961, *Les damnés de la terre*.

A dicotomia colonizado/colonizador também marcou presença na obra de Fanon tal qual na de Memmi. Essa divisão, entretanto, não transpareceu de

forma visível, como se pode constatar na obra do segundo. A análise dessa dicotomia assentava-se numa formulação maniqueísta, como se verificava em obras teóricas pró-colonialistas, invertendo, no entanto, os sujeitos a quem se aplicavam os conceitos positivos e negativos. Bonnici (2000, p. 34) detectou nessa obra uma possível influência de *História e consciência de classe*, de G. Lukács, publicado em 1923 e cuja tradução para o francês deu-se apenas em 1960. Comentando sobre as ideias lukatianas, Bonnici destacou que nelas, o capitalismo produz como resultado a fragmentação e a reificação, em que o ser humano se torna mercadoria e o trabalho encontra-se alienado de seu próprio produtor. Essa separação entre a consciência subjetiva e o mundo dos objetos poderia ser superada por um ato de vontade, através da qual a totalidade e a síntese, a comunidade e a reconciliação fecham o abismo entre os dois polos. Destrói-se, dessa forma, a reificação sujeito-objeto.

Com base neste esquema lukatiano, Fanon sugeriu uma solução para a questão da objetificação do sujeito, que já havia sido levantada por Memmi em sua obra. Sua solução passava pelo emprego da violência pelos nativos para eliminar a distância entre brancos e não-brancos. Se o colonizador empregava a força para destruir quaisquer sonhos de liberdade do colonizado, o único meio de obter a liberdade era através do uso da mesma força em sentido contrário. Poder-se-ia pensar aqui num jogo de cabo de guerra, em que os dois lados empregam suas forças e que aquele que empregá-la em maior quantidade sairá vencedor.

No que tange à escrita, tanto Fannon quanto Memmi concordavam que qualquer texto produzido num ambiente de colonização conteria marcas profundas das regras impostas pelo poder dominante. Um texto sem essas marcas só seria possível através da descolonização, que analisaremos no subtítulo abaixo.

2.5 DESCOLONIZAÇÃO: A PALAVRA COMO INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO

A descolonização implica numa negação dos valores implantados pelo colonialismo. Esta não é uma operação fácil, de vez que os traços coloniais, muitas vezes, encontram-se muito bem camuflados, sendo necessário, inicialmente, desmascará-los, para, posteriormente, eliminá-los.

Quanto aos métodos a ser empregados nessa luta, as opiniões variam bastante. Para Fanon (1990, p. 178-179), o intelectual nativo desempenharia

importante papel nesse processo, o de ajudar a despertar no povo a consciência da necessidade da luta pela liberdade. Antes de fazer isso, porém, o próprio intelectual deveria conscientizar-se dessa necessidade. Esse processo incluiria três fases. Na fase inicial, o intelectual assimilaria a cultura do poder dominante. Nessa fase, sua inspiração seria europeia e ele poderia facilmente ligar o seu trabalho às tendências definidas na literatura do país-mãe. Na segunda fase, decidiria recordar-se do que era. Mas, visto que mantém apenas relações exteriores com o povo, se contentaria em recordar sua vida somente. Acontecimentos de sua infância seriam, então, puxados para fora da profundidade de sua memória; velhas lendas relidas à luz de um esteticismo emprestado e de uma concepção descoberta em outra terra. Essa literatura se caracterizaria, algumas vezes, pelo emprego do humor e da alegoria. Por fim, na chamada fase de luta, o intelectual nativo se transformaria em um despertador do povo; gerando uma literatura de luta, revolucionária e nacional.

Assim, para Fanon a emergência de uma literatura nacional depende da descolonização mental. Mas o que estaria envolvido nessa descolonização. Seria uma volta às origens? Seria possível fazer isso, desprezando a influência cultural da colonização?

Ngugi (1986) e Huggan (1995) defendem que a descolonização envolve um retorno à cultura indígena através da recuperação dos idiomas e culturas pré-coloniais. Para os dois autores, esse retorno anularia todos os malefícios causados à cultura nativa pelo colonialismo. Outros estudiosos, como Williams (1969), no entanto, divergem desse posicionamento, afirmando que a cultura híbrida e sincrética dos povos pós-coloniais constitui-se em fator positivo e vantagem da qual recebem sua identidade e força. Nos anos 1970, houve um debate entre essas duas correntes, que envolvia, especialmente, a África e o Caribe. No campo literário, Chinweizu, autor de um livro intitulado *Towards the Decolonization of African Literature* (1983), e Brathwaite defendiam a volta às raízes africanas e condenavam a subserviência às técnicas literárias ocidentais. No campo oposto, o nigeriano Soyinka e os caribenhos Harris e Walcott defendiam o sincretismo e a pluralidade cultural. (BONNICI, 2000, p. 21-22).

Opinando a respeito do retorno à cultura pré-colonial, Bonnici (2000, p. 22) destaca que a influência da cultura eurocêntrica é tão profunda que qualquer romance produzido em língua indígena se constitui em um texto culturalmente sincrético. Portanto, avaliar que uma volta pura e simples à cultura ancestral

resultaria no apagamento dos efeitos da colonização é mera ilusão. O que está em jogo, na verdade, é assumir publicamente se essa influência existe ou não. Exemplo disso pode ser verificado, por exemplo, no indianismo, que se instalou no Brasil na época do Romantismo (século XIX). Ainda que as obras indianistas recuperassem parte da cultura indígena, elas continuam marcas claras dos efeitos da colonização, que podiam ser observados tanto no que concerne à linguagem quanto ao tratamento do tema. No primeiro caso, tomando como exemplo os romances de José de Alencar, pode-se verificar que, embora esse autor empregasse termos da linguagem indígena, sua forma de escrever está impregnada de uma linguagem lusitanizante e se baseia em técnicas literárias européias. Quanto ao tratamento dado ao tema, verifica-se, no caso das personagens nativas, que apresentam ao mesmo tempo traços da cultura indígena e portuguesa, como se pode notar, por exemplo, na personagem Peri, do romance *O Guarani*.

Vale lembrar que essa questão é tratada na primeira parte do romance Policarpo Quarema, de Lima Barreto, sobre o qual trataremos de forma mais aprofundada logo a frente.

Outro ponto de discussão foi o emprego ou não da língua do colonizador na literatura pós-colonial. Ngũgĩ (apud BONNICI, 2009, p. 273) negou-se a aceitá-la, argumentando que: “Qual é a diferença entre um político que afirma que a África não se desenvolve sem o imperialismo e o escritor que afirma que a África necessita de outras línguas”. Por outro lado, Achebe (apud BONNICI, 2009, p. 273) diverge desse pensamento, destacando que o escritor deve moldar a língua do colonizador para que essa possa transmitir a sua experiência.

A questão da utilização da língua europeia também será alvo da análise crítica de Lima Barreto em sua obra.

2.6 ESTRATÉGIAS DE DESCOLONIZAÇÃO: O CAMINHO DA LIBERDADE PELA PALAVRA

Com relação ao papel desempenhado pelos intelectuais no que se refere ao processo de descolonização, Bonnici (2009, p. 273-274) opina que, na área da literatura, a tarefa dos escritores oriundos das sociedades pós-coloniais consiste em teorizar extensivamente a problemática do poder e do estado pós-independência. A literatura descolonizada passa a ser polifônica ao invés de monocêntrica, híbrida no lugar de pura, carnavalesca em lugar de persuasiva.

Caracteriza-se, sobretudo, pela narrativa fragmentária, pelos incidentes duplicantes, pelos comentários metaficcionalis, pela cronologia interrompida, pelos gêneros mistos. Além disso, eles têm à sua disposição estratégias como a ab-rogação, a apropriação e a reescrita.

A ab-rogação e a apropriação são estratégias de descolonização empregadas para a descolonização no campo da linguagem. A ab-rogação envolve uma negação, que elege como seu alvo tudo o que se relaciona à antiga cultura imperial: sua estética, seu padrão normativo e de uso correto e sua exigência de fixar o significado das palavras. É um importante momento de descolonização do idioma europeu. (BONNICI, 2000, p. 19). Após essa rejeição, o idioma do colonizador é empregado não mais segundo a norma da metrópole e sim de acordo com o modelo de uso da cultura marginalizada. Essa subversão do idioma original constitui-se na “apropriação”. Ela efetua-se através do uso de vocábulos de formas variadas em relação ao original ou com significado destoante desse, pela alteração da estrutura sintática das orações e assim por diante. Verifica-se na obra de Lima Barreto, uma defesa de um uso da língua portuguesa de forma diferente do “caráter lusitanizante”, então em moda em sua época. Em suas obras, o mulato de Todos os Santos empregou uma escrita que não se moldava ao caráter da época, constituindo-se numa apropriação.

Passemos agora à análise da reescrita. A reescrita, conforme indica o seu prefixo “re”, refere-se a uma nova escrita paródica de textos canônicos que tratam da dominação colonial, efetuada por um escritor nativo, em que a voz dominante do colonizador é substituída pela do colonizado. Para Bonnici (2009, p. 271), a reescrita possui quatro finalidades: a substituição de textos, a conscientização das instituições acadêmicas, a formulação de uma nova listagem da hierarquia dos textos e a reconstrução através da leitura alternativa dos textos canônicos. Para exemplificar, em *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, a personagem principal, um naufrago inglês, narra a história de seu esforço para sobreviver numa ilha ao lado de um nativo que localiza e a quem dá o nome de Sexta-Feira. O relacionamento entre eles é marcadamente de subordinação do segundo em relação ao primeiro. Aliás, a obra destaca como Crusoe ensina noções de “civilidade” ao recém-encontrado. O romance representa metaforicamente a relação entre colonizador (Crusoe) e colonizado (Sexta-Feira), enaltecendo a missão civilizatória do primeiro. Como resposta a essa leitura, o sul-africano J.M. Coetzee escreveu *Foe*

(1986). Nessa obra, uma mulher, Susan Barton, narra as aventuras de Robinson Crusoe (notem que o nome é muito semelhante, mas não é o mesmo) numa ilha deserta em companhia de um escravo negro de língua cortada, Friday. O destinatário de sua narração é um escritor inglês, Daniel Foe (outro nome semelhante). As informações narradas são de Friday, que, ao contrário, do Sexta-Feira original não mostra um comportamento acomodado, mas demonstra seu inconformismo ante a situação de sofrimento e opressão em que se encontra. Por detrás de tais elementos, está o desejo de Coetzee de demonstrar a impossibilidade de um escritor branco mediar uma escrita negra e discutir o modo alternativo de expressão que precisa ser encontrado pelos povos outrora colonizados. (BONNICI, 2000, p. 42-43). Se o primeiro texto chama a atenção para a suposta missão civilizatória exercida pelos europeus em relação a outros povos, o segundo destaca a crueldade no tratamento aos nativos que se esconde sob esse pretexto aparentemente nobre, ou seja, o segundo texto dialoga criticamente com o primeiro, constituindo-se, assim, numa paródia.

Já aqueles que se dedicam à crítica literária podem lançar mão do questionamento do cânone literário e da releitura.

Vamos analisar, inicialmente, a estratégia de questionamento do cânone.

Com relação à origem do termo “cânon” ou “cânone”, Reis (1992, p. 70) acentua que:

O termo (do grego, ‘kanon’, espécie de vara de medir) entrou para as línguas românicas com o sentido de ‘norma’ ou ‘lei’. Durante os primórdios da cristandade, teólogos teólogos o utilizaram para selecionar aqueles autores e textos que mereciam ser preservados e, em conseqüência, banir da Bíblia os que não se prestavam para disseminar as ‘verdades’ que deveriam ser incorporadas ao livro sagrado e pregadas aos seguidores da fé cristã. O que nos interessa reter, mais que uma diacronia, é que o conceito de cânon implica um conceito de seleção (e exclusão) e, assim, não pode desvincular da questão do poder: obviamente, os que selecionam (e excluem) estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com seus interesses (isto é: de sua classe, de sua cultura, etc.). Convém atentar ainda mais para o fato de que o exercício dessa autoridade se faz num determinado espaço institucional (no caso, a Igreja).

No caso literário, a expressão “cânon” ou “cânone” refere-se a um conjunto de obras-primas de grandes mestres, cujo valor é inquestionável e que devem ser examinadas pelas gerações futuras.

Mas quem elabora essa lista e que critério é empregado nessa seleção?

Quanto à questão dos elaboradores do cânone literário, Reis (1992, p. 71) chama a atenção para o fato de que pode se criar a impressão de se tratar de uma supracomissão de cúpula e de alto nível, que parece infensa a condicionamentos de ordem ideológica ou de classe e dotada de um mandato “divino”, ou seja, inquestionável para realizar a tarefa de escolher as obras que contém verdades incontestáveis, atemporais e universais e um modelo a ser seguido.

Já com relação ao critério:

Os defensores do cânon possivelmente argumentariam que as obras literárias possuem qualidades ‘intrínsecas’, estão dotadas de um valor estético – a sua ‘literariedade’ (e uso o termo de um modo mais emblemático, para condensar distintas correntes que privilegiaram e continuam a privilegiar o primado do texto, acabando por instituir, ao sacramentá-lo e fetichizá-lo, a tirania do texto). Em poucas palavras, é possível detectar esse valor inato e inerente à obra, sem levar em conta nenhum elemento ‘externo’. Não é à toa, convém frisar, que a canonização abstrai esta eleita plêiade de obras de suas circunstâncias históricas. (REIS, 1992, p. 71).

Em síntese, o estabelecimento do cânone pode ostentar uma aparente neutralidade tanto em relação aos que selecionam as obras que nele entram, quanto em relação ao critério empregado.

Um exame criterioso desse assunto, no entanto, desmacara os interesses de dominação ideológica que se escondem por trás dessas escolhas. Para Bonnici (2009, p. 269):

Houve tempo em que o cânone literário estava fechado: somente um conjunto de textos, consagrados como esteticamente excelentes, era escolhido pelo grupo social e politicamente dominante, e considerado digno de ser lido, com a consequente exclusão de outros textos que não coadunavam com o ponto de vista do grupo hegemônico.

Como somente a classe dominante tivesse acesso à leitura e à escrita, a ela competia a seleção das obras que entrariam no cânone. Como se vê, não se tratava de um mandato “divino”, mas de uma condição determinada pelo pertencimento ou não a determinada classe social.

Mas que dizer do supostamente isento critério estético?

Sobre essa questão, Bonnici (2009, p. 269) destaca que:

Sabe-se, contudo, que a formação do cânone literário deu-se porque certas obras literárias em determinados períodos históricos cultuavam interesses e propósitos culturais particulares, como se fossem o único padrão de investigação literária. [...] Os romances de José de Alencar (1829-1877), o principal escritor da ficção romântica brasileira e expoente máximo do Indianismo, foram apropriados no cânone literário brasileiro porque nos períodos pós-independência e pós-república necessitava-se de alguém que mostrasse orgulho, amor, defesa da pátria, e criasse arquétipos de uma terra edênica e da unificação nacional. Na Inglaterra, as obras de Alfred Tennyson (1809-1892) naturalmente entraram no cânone literário por causa de seu enaltecimento do imperialismo britânico, da coragem de seus soldados e dos arquétipos criados no conjunto de poemas sobre os fundamentos míticos do povo inglês.

A citação de Bonnici coloca por terra dois dos “pilares” que sustentariam a isenção do critério de seleção de obras canônicas: a atemporalidade e a universalidade. O exemplo de José de Alencar e Alfred Tennyson ilustram como a seleção pode ser influenciada pelo contexto histórico e pode servir aos interesses dos grupos que estão no poder.

Prova disso é o que constata Cândido (1964b, p. 345) a respeito da investigação biográfica que levou à formação do cânone brasileiro:

A partir de informações esparsas, da tradição oral, de livros como os de Pizarro e Baltasar Lisboa, levantaram rapidamente a vida dos grandes homens. Era preciso fornecê-los à pátria como exemplos, pois todo esse movimento biográfico é animado de um espírito plutarquiano que conduzia ao embelezamento do herói. [...] Assim eram eles, esforçados e levianos, pesquisadores e crédulos, animados de um desejo que primava tudo: estabelecer um passado ilustre; dar cartas de nobreza à nossa vida mental, mesmo com sacrifício da exatidão. Tratava-se duma espécie de ritual patriótico, de ressurreição, fortalecido pela teoria vigente a respeito do gênio, que acentuava a importância, na obra, do escritor e dos fatores individuais.

Por conta desse interesse dos grupos dominantes na formação do cânone, verificou-se, durante muito tempo, a ausência quase que total de textos da autoria de mulheres, indígenas, escravos e membros de grupos socialmente marginalizados.

Nos últimos anos, tem se verificado, no entanto, o resgate dessas obras pela academia, como se pode verificar, por exemplo, no caso do resgate das obras de autoras brasileiras excluídas do cânone, que vem sendo levada a cabo pelas universidades federais do Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Santa

Catarina. (BONNICI, 2009, p. 269).

Finalmente, a releitura consiste em uma nova leitura de textos, quer das literaturas pós-coloniais, quer das metropolitanas, com o propósito de encontrar traços de influência colonialista que se fazem presentes nas obras. Bonnici (2009, p. 270) nos apresenta um exemplo da utilização dessa estratégia através da obra *A tempestade*, de Shakespeare. Ele destaca como até 1960, a personagem Próspero, um duque e mago, era visto como um homem de boa índole, vítima das maquinações maléficas de seu irmão. Essa visão sofre, no entanto, uma reviravolta quando essa personagem passa pelo crivo de uma leitura pós-colonial. Por exemplo, seus tratos com Calibã, um nativo da ilha onde vai morar após seu exílio, revelam-no como um usurpador que se apodera das terras do indígena, depois de seduzi-lo. Essa mudança de ponto de vista acerca dessa personagem ocorre também quando se analisa seu relacionamento com sua filha Miranda e seu genro Ferdinand. Por detrás do relacionamento de Próspero e Calibã pode-se vislumbrar os métodos empregados pelas nações colonialistas para escravizar os povos nativos: primeiro, a sedução e, posteriormente, a escravização.

2.7 PÓS-COLONIALISMO E LITERATURA BRASILEIRA

As literaturas pós-coloniais de língua inglesa são alvos constantes de estudos com base no Pós-colonialismo. O mesmo, no entanto, não se pode dizer com respeito à literatura brasileira. É verdade que alguns autores como Silviano Santiago (2000), Néelson Werneck Sodré (2002), Antônio Cândido (2000) e Alfredo Bosi (1992) tratam de temas relacionados à situação pós-colonial de nossa literatura, mas ainda são poucas as análises que empregam o instrumental teórico pós-colonial, como é o caso das obras do professor Thomas Bonnici. Tal dificuldade deve-se ao fato de que esse instrumental teórico é, em sua maioria, de origem europeia ou ocidental.

Seria interessante analisar nossas obras literárias sob esse prisma para verificarmos a evolução histórica de nossa intelectualidade em relação à influência estrangeira. É essa análise sintética que realizaremos mais adiante, embasando-nos no critério de evolução histórica das literaturas das ex-colônias, proposta pela teoria pós-colonial.

Antes de fazer isso, porém, é importante considerar o que Cândido

(1964a, p.9) propõe no prefácio da 1ª edição de sua obra *Formação da Literatura Brasileira*:

Cada literatura requer tratamento peculiar em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com outras. A brasileira é recente, gerou no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir.

O que é preciso levar em conta sobre a literatura brasileira para lhe dar um tratamento peculiar em uma análise pós-colonial?

Comentando a respeito da literatura latino-americana, Perrone-Moisés (1997, p. 246) afirma que:

Certos fatos devem ser considerados se se quiser compreender em que as literaturas latino-americanas se distinguem das outras literaturas coloniais e pós-coloniais. A identidade cultural desses países se constituiu, e em alguns casos está ainda em processo de constituição, não como a recuperação de uma identidade originária, autóctone (na maioria dos casos apagada pela colonização), mas como uma diferença no seio da identidade: uma relação filial. Por mais violento que seja o desejo de libertação, permanece uma ligação indissolúvel entre essas culturas, e essas literaturas, com as metropolitanas. Assim, as relações das literaturas latino-americanas com as literaturas europeias não são o enfrentamento de tradições diversas, mas constituem um “caso de família”. Doris Sommer, estudando os fundamentos da ficção latinoamericanas, usa apropriadamente a expressão ‘a family affair’.

Como parte da literatura latino-americana, de que forma processou-se a ligação entre a literatura e a cultura brasileiras e as europeias?

A resposta a esta pergunta passa pela determinação do tipo de relacionamento mantido por Portugal com as demais nações europeias no campo cultural e literário.

A respeito da relação entre Portugal e as demais metrópoles europeias, Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 227-228 e 231) afirma que:

Portugal é, desde o século XVII, um país semiperiférico no sistema mundial capitalista moderno. Essa condição, sendo a que melhor caracteriza a longa duração moderna da sociedade portuguesa, evoluiu ao longo dos séculos mas manteve os seus traços fundamentais: um desenvolvimento económico intermédio e uma posição de intermediação entre o centro e a periferia da economia-mundo [...]. [...] o colonialismo português, sendo protagonizado por um país semiperiférico, foi, ele próprio, semiperiférico, um colonialismo com características subalternas, o que fez com que as colónias fossem colónias incerta de um colonialismo certo. [...] o fato de as colónias terem estado submetidas, especialmente a partir do século XVIII, a uma dupla colonização: por parte de Portugal e, indiretamente, por parte dos países

centrais (sobretudo a Inglaterra) de que Portugal foi dependente (por vezes de modo quasi-colonial). [...] A especificidade do colonialismo português assenta, pois, basicamente em razões de economia política – a sua condição semiperiférica – o que não significa que esta se tenha manifestado apenas no plano económico. Pelo contrário, manifestou-se igualmente nos planos social, político, jurídico, cultural, no plano das práticas quotidianas de convivência e de sobrevivência, de opressão e de resistência, de proximidade e de distância, no plano dos discursos e narrativas, no plano do senso comum e dos outros saberes, das emoções e dos afectos, dos sentimentos e das ideologias.

Na afirmação acima, merece destaque a expressão “posição de intermediação entre o centro e a periferia”. Ou seja, em termos literários, Portugal importava outros modelos europeus, que eram, posteriormente, repassados ao Brasil. Assim, a literatura brasileira sofreu não só a influência da portuguesa, mas de outras literaturas europeias, sendo que esta processou-se de forma indireta (via Portugal) até a Independência e de forma direta, a partir da emancipação política como veremos mais adiante.

Feitos estes esclarecimentos necessários, passemos agora a uma breve análise pós-colonial de nossa literatura, levando em conta os fatos acima mencionados.

Analisando a diferenciação progressiva das literaturas pós-coloniais com relação às das metrópoles, Bonnici (2009, p. 268) propõem uma divisão daquelas em três etapas.

A primeira etapa envolveria os escritos produzidos durante o período colonial. Esses textos eram produzidos na língua do colonizador e seus autores faziam parte de uma elite literária que se identificava com o poder dominante. Em geral, tais autores representavam o poder colonial ou eram colonos de boa família, viajantes, aventureiros, administradores ou soldados. A temática desses escritos girava em torno de descrições da paisagem, dos costumes e da linguagem da colônia. Como seria de se esperar, tendo em vista a ligação dos escritores com o poder colonial, essas obras valorizavam aquilo que provinha da metrópole, em detrimento do que havia na colônia. A voz que se fazia ouvir era a do colonizador. Nessa etapa poderiam ser enquadradas, entre outras, a carta referente ao descobrimento, escrita por Pero Vaz de Caminha; os escritos de exploradores portugueses, como Pero de Magalhães Gândavo; as obras de religiosos, como o Padre José de Anchieta, o Padre Fernão Cardim e o Padre Antônio Vieira; bem como as obras de viajantes estrangeiros, como Hans Staden e Jean de Léry. Essas

obras não são objeto de muitas análises dentro do campo de nossos estudos literários. Elas são classificadas, em geral, como de pouco valor literário e de maior valor informativo a respeito da nova terra encontrada e seus habitantes. Tais obras, no entanto, têm grande valor para os estudos pós-coloniais. A importância de se analisar tais textos reside no fato de que, através delas, é possível levantar que tipo de visão do colonizado possuíam os europeus recém-chegados. Um estudo desse tipo da carta de Caminha, por exemplo, revelaria sua visão dos indígenas como uma espécie de “tabula rasa”, cuja mente vazia estava pronta para receber os ensinamentos salvadores do catolicismo. (SANTIAGO, 1982, p. 177). Além da questão religiosa, o escrivão preocupava-se em mencionar ou descrever acuradamente as riquezas da terra. Essa constatação mostra quais eram os objetivos dos portugueses ao desembarcar em terras brasileiras: divulgar o catolicismo e explorar economicamente seus recursos naturais. Outra produção literária interessante de se observar nesse período seria a dos autos do jesuíta José de Anchieta, usados para catequese dos indígenas. No auto *A festa de São Lourenço*, Anchieta emprega elementos da cultura indígena associados a outros de extrato cristão, para explicar a fé católica aos índios. Nessa representação de caráter pedagógico, os maus espíritos indígenas são assemelhados aos demônios. A peça narra uma luta entre santos e demônios, vencida pelos primeiros. Por detrás da tentativa civilizatória de Anchieta de ensinar a doutrina cristã, uma releitura pós-colonial revelaria detalhes tais como a demonização e a zoomorformização dos índios, que revelam o maniqueísmo (ou binarismo) de Anchieta; a objetificação dos nativos; o vilipêndio de sua cultura e a tentativa de demonstrar a superioridade da civilização europeia. (BONNICI, 2009, p. 270). Esses detalhes não são, no entanto, apreendidos numa leitura estética tradicional. Já o Padre Antônio Vieira encontra-se numa situação *sui generis*. Senão, vejamos, tratou-se de um religioso estrangeiro que escreveu sobre a nova terra. Assim, sua obra poderia, aparentemente, ser classificada como pertencente ao agrupamento que citamos anteriormente. Há, no entanto, detalhes que o fazem fugir um pouco das características desse grupo. Comentando a respeito de sua produção literária, Bonnici constata que *Os Sermões* aparentam constituir o paradigma da contestação pós-colonialista: o inferno vivido pelos escravos, os ladrões do reino, os peixes grandes que comem os peixes pequenos. Vieira, porém, é um homem preparado pela metrópole para o objetivo de explicitar o projeto colonial. A manutenção do estatuto colonial depende da pobreza,

da subjugação, do sofrimento e da espoliação do nativo e de sua terra. (BONNICI, 2000, p. 269).

Duas características diferenciam Vieira do grupo de escritos de homens ligados ao poder colonial. O primeiro é que Vieira não se preocupou em descrever detalhes exóticos da terra ou sua riqueza, sua preocupação centrou-se nas relações humanas, tratando, muitas vezes, da relação entre colonizados e colonizadores. O segundo ponto é que, ao contrário de Anchieta, não está inteiramente ocupado em explicitar o projeto colonial, que muitas vezes tornou-se alvo de suas críticas. Um exemplo desse tipo de crítica é o *Sermão da Epifania*, pregado na capela real no ano de 1662, em que o pregador condenava a escravização de indígenas catequizados pelos missionários católicos.

Inicialmente, Vieira empregou as “razões da natureza” para justificar a igualdade de todos os povos. Comparando povos de diversas etnias, ele lembra que algumas nações são mais brancas, outras mais pretas, porque umas estão mais vizinhas, outras mais remotas em relação ao sol. E declara que é um erro de juízo julgar que alguém por nascer mais perto do sol deva ser escravo de alguém que nasceu mais longe. (VIEIRA apud BOSI, 1992, p. 135).

Se não existia uma argumentação natural que justifique a desigualdade entre os povos, também não havia uma religiosa. Neste ponto, socorreu-se o religioso da Bíblia: rezava o Livro Sagrado que um dos reis magos, Belchior, tinha a pele negra e os outros dois, branca. E, no entanto, todos conseguiram se salvar das mãos de Herodes. (BOSI, 1992, p. 135). Essa atitude indicava não haver diferença de nobreza entre eles, porque todos eram filhos de Deus; nem havia diferença de cor porque todos eram brancos. (VIEIRA apud BOSI, 1992, p. 135). Nesse caso, o emprego da cor branca não visava enaltecer uma raça em relação à outra, mas simbolizar a limpeza espiritual que usufruem todos aqueles que abraçam a doutrina de Cristo.

O leitor dessas sentenças poderia presumir que, logo em seguida, o jesuíta proporia a extinção pura e simples da escravização de indígenas, mas isso não ocorreu. Continuando em seu discurso, declara que não foi sua intenção propor que não haja mais escravos, mas sugerir que se fizesse uma junta de letrados para se declarar as causas do cativo lícito. (VIEIRA apud BOSI, 1992, p. 138).

Esse posicionamento aparentemente incoerente, à primeira vista, é plenamente compreensível quando ponderamos que a defesa da libertação total dos

nativos contrariaria os interesses coloniais e colocaria em risco a sobrevivência dos religiosos dentro desse sistema.

A solução para o impasse entre o desejo de libertar os índios e a necessidade de não contrariar os interesses dos colonos situava-se no meio termo. Essa proposta conciliatória veio a público no *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma*, pregado no Maranhão. A proposta dividia os índios maranhenses em três tipos. O primeiro abrangia aqueles que serviam de forma direta aos colonos. Como estes haviam sido obtidos por má-fé, tinham o direito de escolher entre a liberdade ou continuar na condição de escravos. No caso de optarem pela primeira alternativa, eles deveriam mudar para as missões jesuíticas apoiadas pela coroa. Os indígenas que residiam nessas missões formavam o segundo tipo. Estes já eram livres e sua situação não mudaria. O último grupo era constituído pelos que viviam no sertão. Desse agrupamento, só seriam escravizados aqueles que estivessem prisioneiros de tribos inimigas e na iminência de perderem sua vida.

Vieira fazia concessão também no caso da retirada do sertão dos índios vendidos como escravos por seus inimigos, capturados em uma “guerra justa”, arbitrada pelo governador do estado, o ouvidor-geral, o vigário do Maranhão ou Pará e os prelados Carmelitas, Franciscanos, Mercedários e da Companhia de Jesus. Os julgados cativos em “guerra justa” teriam como destino a escravidão e os demais, as reduções jesuíticas. Quanto aos últimos, a proposta era que vivessem durante metade do ano nessas aldeias, tratando da lavoura e da família. (BOSI, 1992, p. 141-142).

A exemplificação acima explicita a existência de certa contestação ao regime colonial nos escritos de Vieira. O autor, porém, não a levou ao extremo, tomando cuidado para não criar zonas de atrito com o regime, que pudessem causar-lhe dificuldades. Ao invés disso, preferiu negociar, pretendendo obter avanços dentro da estrutura colonialista.

O segundo estágio de diferenciação entre a literatura colonizada e a da metrópole corresponderia às obras produzidas sob licença colonial por nativos, por exemplo, os indianos de classe alta ou os missionários africanos, para os quais se forneceu a linguagem, educação e leitura necessárias à produção desses escritos. O objetivo dessa educação foi descrito por Bhabha (1998, p. 132). Utilizando a Minuta de Macaulay (1835), um documento que propõe uma educação para os indianos nos moldes da cultura inglesa, ele mostra que a formulação de tal

política tinha como objetivo conceber um súdito imperial ‘reformado’. Para ele, Macaulay, o formulador do documento, não consegue conceber nada mais que uma classe de intérpretes entre os colonizadores e os milhões de colonizados que governam – uma classe de pessoas que são indianas no sangue e na cor, mas inglesas quanto ao gosto, às opiniões, à moral e ao intelecto. Ou seja, um imitador educado na “Escola Inglesa”.

Embora muitos dos temas abordados por tais autores tivessem enorme potencial de subversão, tais como a brutalidade do sistema, a capacidade histórica de suplantar e denegrir a cultura indígena ou a existência de uma rica herança cultural mais velha e mais ampla que a europeia, não deram a devida atenção a tais contingências, pois o discurso disponível e as condições materiais para a produção literária serviam como freio para impedir quaisquer manifestações nesse sentido. Nesse período, a literatura achava-se sob regulamentação colonial, que determinava as formas aceitáveis e controlava a publicação e distribuição das obras literárias. Logo, o autor via-se diante de um discurso e de uma prática institucional que limitavam qualquer tipo de afirmação sob uma perspectiva diferente da estabelecida. Ou aceitava as regras ou restava-lhe, automaticamente, a condenação ao emudecimento. Em outras palavras, no corpo nativo, fazia-se ouvir uma voz que imitava a do colonizador. Dentro desse modelo, se enquadrariam perfeitamente obras como a *Prosopopeia* de Bento Teixeira e *O Uruguai*, de Basílio da Gama. Ambas descreviam o nativo, mas falseavam a imagem do colonizador, enaltecendo seu suposto heroísmo.

Por fim, a terceira etapa principiaria com certa diferenciação em relação aos textos metropolitanos, até a ocorrência de uma ruptura mais forte. Algumas marcas de “brasilidade” são verificadas em textos de Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, por exemplo. (BONNICI, 2009, p. 268).

Um fato importante a destacar é que até a época dos autores acima citados, isto é, o período colonial, a literatura brasileira sofre influência indireta, ou seja via Portugal, de outras literaturas europeias como a espanhola, a italiana e a francesa. Como exemplo disso, pode-se mencionar os casos do cultismo e do conceptismo, estilos oriundos da literatura espanhola e que foram empregados na época do Barroco. Outro exemplo seria a fórmula árcade que segundo Cândido (1964a, p. 47) se constituía de “Classicismo francês + herança greco-latina + tendências setecencistas” ou, em outras palavras, uma mistura de literatura

francesa, greco-latina e italiana (o arcadismo propriamente dito).

A partir da Independência, no entanto, essa situação sofrerá uma reviravolta, que comentaremos em seguida.

Analisando a literatura brasileira praticada no momento pós-Independência, isto é, no Romantismo, Cândido (1964a, p. 309-310) observa que há nela:

[...] a vontade consciente de definir no Brasil uma literatura independente, exprimindo a seu modo os temas, problemas e sentimentos da jovem Nação. [...] foi episódio do grande processo de tomada de consciência nacional, constituindo um aspecto do movimento de independência. Afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria.

As sugestões para esse tipo de literatura vieram inicialmente de estrangeiros, como destaca Cândido (1964a, p. 310-311). O pesquisador alista três deles que merecem destaque. O primeiro é o português Garrett que, ao traçar o primeiro panorama evolutivo da literatura portuguesa no primeiro volume de sua obra *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* (1826), salienta a produção artística dos brasileiros e sugere a eles que escrevam segundo as sugestões da terra, trocando a mitologia pela realidade local. Outro estrangeiro a opinar sobre que caminho os brasileiros deveriam seguir para constituir uma literatura independente foi o francês Ferdinand Denis, que em *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826) destaca que, para se constituir realmente, a literatura brasileira deve desenvolver aspectos nacionais. Para isso, propõe a rejeição da mitologia greco-latina e sua substituição pela descrição da natureza do Novo Mundo, que deve servir de temática para nossa literatura, assim como o índio e os primeiros colonos. No mesmo rastro dos dois autores citados anteriormente, o alemão Schlichthorst, no livro *O Rio de Janeiro como é* (1829), sugere como fonte de inspiração para os autores brasileiros a tradição dos povos vencidos, isto é, os indígenas, seus hábitos e costumes.

Martins (1983, p. 124) faz uma observação bastante pertinente sobre a opinião de um deles, Ferdinand Denis:

Como francês, Ferdinand Dennis via em perspectivas de ‘exotismo’ a definição nacionalista que a literatura devia necessariamente adquirir entre nós se quisesse tornar-se brasileira. Ele nos fazia ver a nós mesmos como exóticos, refração intelectual que conservamos até hoje e que ressurgem com previsível regularidade cada vez que desejamos exprimir a nossa ‘autenticidade’.

Comentando a respeito da relação da literatura brasileira com as européias, Alckmar Santos (2001) acentua que:

A partir da visão do paraíso, pintada pelos europeus do início da colonização, as cores do país foram quase sempre matizadas pelo olhar da metrópole, mesmo depois da independência política em 1822. Com isso, instituía-se um deslocamento no mínimo curioso: estrangeiro deixava de ser o modo como o europeu olhava nossa terra, para se tornar o modo como nossa paisagem natural e cultural se dava a ver a esse mesmo europeu. [...] Assim, mesmo em instantes de euforia nacionalista, de que resultou o indianismo romântico na primeira metade do século XIX, com José de Alencar e Gonçalves Dias, a descrição da cor local ainda era embalada pela surpresa do europeu ao expor-se à paisagem do Novo Mundo.

Em outras palavras, a base do nacionalismo romântico adota uma visão européia sobre o Brasil. Essa visão será persistente em nossa literatura daí para diante, conforme destaca Cândido (1964b, p. 318):

Daí um persistente exotismo, que eivou a nossa visão de de nós mesmos até hoje, levando-nos a nos encarar como faziam os estrangeiros, propiciando nas letras, a exploração do pitoresco no sentido europeu, como se estivéssemos condenados a exportar produtos tropicais também no terreno da cultura espiritual.

Registre-se como exemplo dessa tendência de visão exótica sobre o Brasil o “ufanismo”, corrente de ideias cujo principal representante foi o Conde Afonso Celso e que esteve em voga no início do século XX. Sobre esta tendência comentaremos mais adiante.

Havia, no entanto, um problema a se superar para a constituição dessa nova literatura: como houvesse a necessidade de uma ruptura com a literatura oriunda de Portugal, qual modelo substituiria o lusitano, tendo em vista não possuímos uma tradição literária autóctone?

Ora, Portugal já havia passado por problema semelhante por ocasião da retomada de sua independência em 1640, após 60 anos de dominação espanhola. Nesse aspecto, é interessante observar a solução encontrada:

[...] o iberismo [...] fazia-nos sentir uma província cultural da Espanha. [...] a restauração de 1640 nos empurra inevitavelmente para a cultura francesa, fazendo-nos reagir à hegemonia espanhola para tentar formar a nossa própria originalidade na Península Ibérica [...]. (MACHADO, 1983, p. 8 e 20).

Com o tempo, a influência cultural francesa se intensifica, transformando-se naquilo que Eça de Queirós denominou de “francesismo” e que é definido por Machado (1983, p. 8-10) como:

[...] uma ‘imagem’ da França, [...] que começa a formar-se com maior nitidez no período simultaneamente neoclássico e pré-romântico, ou seja, em meados do século XVIII, a nível sobretudo das ideias do Iluminismo (ideias políticas, filosóficas, sociais, religiosas) [...]. [...] desde princípios do século XVIII, [...] a história das ideias em Portugal se foi desenvolvendo através da cultura francesa como modelo supremo da cultura europeia, confundindo-se por vezes história das ideias com história das mentalidades e mesmo com história das sensibilidades, entendendo-se essas como condicionalismo de educação e até de moda social.

No campo literário, o “francesismo” transformará a literatura francesa na fonte de influência mais marcante da literatura portuguesa.

Pierre Rivas (2001, p. 100) destaca que, na época da independência, a elite nacional dos países latino-americanos já praticava o modelo cultural francês via importação da metrópole. Assim, tornou-se mais fácil adotá-lo, agora de forma direta. Dessa forma, cortava-se o cordão umbilical ibérico e gerava-se uma nova filiação adotiva, que serviria ao objetivo da construção da identidade nacional através de uma genealogia mítica que é diferente do modelo ibérico, mas próxima ainda do modelo de civilização europeu. Trata-se de uma dupla origem mítica. De um lado, encontra-se a idade de ouro dos povos indígenas pré-ibéricos e de outro, a sociedade ideal da Revolução Francesa, considerada uma irmã mais velha. Essa dupla origem está, assim, entre a regressão mítica e o projeto utópico.

Sommer (2004, p. 61) observa com extrema concisão o que acontecia no campo literário nesse período histórico:

Quando os romances nacionais da América Latina estavam sendo escritos, não havia Primeiro e Terceiro Mundo, mas apenas um Velho Mundo, que estava produzindo textos que funcionavam como modelos, e um Novo Mundo, onde esses textos eram matéria-prima usada em prol da Nação.

A regressão mítica e sua recorrência à natureza e aos indígenas casava com a sugestão dos autores estrangeiros e parecia ser uma solução ideal

para destacar o que seriam os traços peculiares da nação:

Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentido nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, [...] afirmando em contraposição o concreto, espontâneo, característico, particular. (Cândido, 1964b, p. 15).

Assim, daí por diante, alguns autores brasileiros continuaram a apresentar marcas de “brasilidade” em seus escritos, que, no entanto, baseavam-se, primariamente, em modelos literários importados da Europa via França, como se pode verificar em alguns poetas românticos e no romancista José de Alencar, que utilizam o indígena como tema de seus escritos. Em *Iracema*, por exemplo, Alencar buscou o emprego de uma linguagem diferenciada da portuguesa, lançando mão inclusive de termos indígenas. Essa forma de empregar a língua portuguesa poderia ser lida como uma tentativa de ab-rogação e apropriação. O livro, no entanto, baseia-se, principalmente, em fonte francesa, como destaca Franchetti (2007, p. 59 e 60), assinalando como o autor se inspira nos livros de Chateaubriand sobre os índios norte-americanos: *Atala* (1801), *René* (1802) e *Les Natchez* (1826), empregados como fonte principal de inspiração, além da recorrência às obras do norte-americano Fenimore Cooper. Franchetti destaca que a influência de Chateaubriand é tão forte a ponto de uma divindade dos índios norte-americanos que aparece na obra *Atala* (Arescoui, o deus da guerra) transformar-se em uma divindade venerada por nativos brasileiros (no romance *Iracema*, ele aparece no capítulo XXVII, aportuguesado para Aresqui). Observa o estudioso que fenômeno semelhante se verifica na poesia de Gonçalves Dias, que importa da mesma obra de Chateaubriand acima citada a palavra “Manitu”, aportuguesando-a para “manitô”, termo que emprega em seu poemas indianistas.

Outra forma de brasilidade pode ser encontrada, por exemplo, na obra do Visconde do Taunay, *Inocência* (1872). Nela, o autor descreve não somente a paisagem, mas os tipos humanos do interior do Brasil, especificamente de uma região do Mato Grosso.

Cândido (1964b, p. 16) detecta essa ambivalência em nosso Romantismo, que é, simultaneamente, nacionalista e atraído irresistivelmente por modelos europeus. Essa atração pode ser verificada, segundo Cândido, em alguns escritos de Álvares de Azevedo e Castro Alves. Tal ambivalência iria constituir, daí

por diante, dois posicionamentos conflitantes em nossa literatura e que são nomeados por Antônio Cândido como localismo e cosmopolitismo (em nossa opinião, localismo e europeísmo, de vez que toda a influência externa vem do Velho Continente).

Ressalta, no entanto, o estudioso que mesmo aqueles que eram muito atraídos por modelos europeus, como é o caso de Álvares de Azevedo, sentiam verdadeiro remorso ao trocar os temas locais por outros de natureza universal. (CÂNDIDO, 1964b, p. 15).

A discussão sobre o que seria o caráter nacional de nossa literatura estendia-se também à crítica literária, que surge nesse período. Homens como os brasileiros Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, Pereira da Silva, Fernandes Pinheiro; o francês Ferdinand Denis e o chileno Santiago Nunes Ribeiro, dentre outros, enveredaram por essa discussão. A maioria deles assume as seguintes posições:

- 1) o Brasil precisa ter uma literatura independente; 2) esta literatura recebe suas características do meio, das raças e dos costumes próprios do país; 3) os índios são os brasileiros mais lídimos, devendo-se investigar as suas características poéticas e tomá-los como tema; 4) além do índio, são critérios de identificação nacional a descrição da natureza e dos costumes; 5) a religião não é característica nacional, mas é elemento indispensável da nova literatura; 6) é preciso reconhecer a existência de uma literatura brasileira no passado e determinar quais os escritores que anunciam as correntes atuais. (CÂNDIDO, 1964b, p. 324).

Há que se destacar, no entanto, que alguns negavam um caráter distinto à nossa literatura. Cândido (1964b, p. 336 e 337) acentua que, no todo ou apenas na parte inicial, eles conferem à nossa literatura o papel de um galho da portuguesa, negando-lhe um caráter distinto. Isso, na opinião de Cândido, não faz com que se possa classificá-los como não sendo nacionalistas, mas sim como praticantes de um nacionalismo a seu modo, que vê no enriquecimento de nossa literatura uma forma de grandeza nacional. Como exemplo dessa corrente pode-se mencionar o jovem poeta Álvares de Azevedo.

No caso de Álvares de Azevedo, interessa-nos o artigo “A literatura e a civilização em Portugal”, cuja data de publicação não conseguimos localizar. Comentando a respeito dele, Antônio Cândido destaca que Álvares julga que a individuação literária depende não da questão temática, mas da questão linguística: “quanto a nosso muito humilde parecer, sem língua à parte não há literatura à parte”.

(AZEVEDO apud CÂNDIDO, 1964b, p. 336). Na opinião de Álvares, se a literatura é resultado das relações de um povo, a língua também o é e exprime, no caso brasileiro, sentimentos que não se diferenciam tanto dos portugueses a ponto de dar origem a uma nova literatura. Daí que, na sua pena, “literatura pátria” ou “nossas letras” refere-se sempre à portuguesa. Para Cândido, o posicionamento de Azevedo deve-se ao fato de ser um escritor de tendência universalista, menos afeito, portanto, às questões particularistas. (CÂNDIDO, 1964b, p. 336-337)

Cunha (2004, p. 130 e 131) capta no texto de Álvares exemplos do que seria o enriquecimento cultural mencionado por Cândido:

Na Europa, já desde o século XVIII, a derrubada da antiga concepção de arte como reprodução das regras da convenção foi substituída por um novo conceito em que a relação do artista com as obras da Antigüidade deve ocorrer não mais por fidelidade, mas como ponto de partida para o desenvolvimento da originalidade autoral. Apropriando-se da proposta de revisão da Antigüidade, Álvares de Azevedo, em “literatura e civilização em Portugal”, propõe reciclar as obras-primas da tradição literária do Ocidente e do Oriente, numa segunda leitura, procurando ampliar o horizonte cultural do país. [...] Em Noite na taverna, não apenas os nomes de personagens como também certas cenas de obras da tradição são programaticamente aproveitadas. O motivo do roubo do corpo da cataléptica foi emprestado de Noites lúgubres, novela espanhola datada de 1771, de autoria de José Cadalso, traduzida por Francisco Bernardino Ribeiro e publicada em 1844, na revista Minerva Brasiliense. [...] Aí, o angustiado e deprimido Tediato tenta roubar o cadáver de sua amada, sendo, no entanto, preso antes de realizar seu intuito. O motivo da antropofagia Azevedo extrai do Don Juan, de Byron. De outro livro desse autor, o episódio em que Herman mantém relações de adultério com Ângela após seu retorno é análogo ao de Beppo, em que o personagem homônimo reencontra, após uma longa viagem, sua Laura casada. Isto sem falar na estilização do incesto entre irmãos, que Byron alimentou como lenda que ronda sua biografia.

Além disso, Álvares condena aquilo que muitos na época julgavam ser a marca de nossa nacionalidade em termos literários:

Falam dos gemidos da noite no sertão, nas tradições de raças perdidas das florestas, nas torrentes das serranias, como se lá tivessem dormido ao menos uma noite, como se acordassem procurando túmulos e perguntando como Hamleto no cemitério a cada caveira do deserto o seu passado. [...] Mentidos! Tudo isso lhes veio à mente lendo as páginas de algum viajante que esqueceu-se talvez de contar que nos mangues e nas águas do Amazonas e do Orenoco há mais mosquitos e sezões do que inspiração: que na floresta há insetos repulsivos, répteis imundos, que a pele furta-côr do tigre não tem o perfume das flôres – que tudo isto é sublime nos livros, mas é soberanamente desagradável na realidade. (AZEVEDO apud CÂNDIDO, 1964b, p. 15-16).

Certos parâmetros românticos predominaram por longo tempo na literatura brasileira. Um deles foi o de que um autor seria nacional se descrevesse as paisagens e costumes do Brasil, o outro foi o estabelecimento do predomínio do modelo francês, que se estendeu por longo tempo na literatura (do Realismo-Naturalismo ao Parnasianismo e ao Simbolismo) e sobreviveu até os primeiros anos do século XX:

Em 1910, o jornal do Rio 'O Paiz' publicou uma crítica do livro do barão francês de Anthonard sobre o progresso do Brasil, dizendo: 'O Brasil está moralmente vinculado à França, em cujos livros aprende, cuja arte o fascina, cuja história conhece e ama. Nenhum povo nas melhores condições do que o francês para ... constituir, no Brasil, um campo formidável de ação'. A seu turno, Monteiro Lobato, o eminente escritor-editor nascido em 1882 no interior do Estado de São Paulo, confessava (em carta de 1915 a Godofredo Rangel) que, praticamente, 'toda' a sua leitura antes de vinte e cinco anos tinha sido em francês. 'Até essa idade, conto nos dedos os livros em nossa língua que li: um pouco de Eça, uns cinco volumes de Camilo, meio Machado de Assis e Euclides e jornais'. (SKIDMORE, 1976, p. 110).

Adentrando a década de 1870, vamos encontrar outra contestação ao indianismo e à descrição da natureza como parâmetros de nacionalidade na literatura. Em 1873, Machado de Assis publica um artigo intitulado "Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade", em que faz uma consideração sobre o estado da literatura de sua época. Inicialmente, Assis (2001) enumera o que considera ser traços de instinto de nacionalidade em nossa literatura, elencando como alguns dos exemplos autores indianistas, como Gonçalves Dias, por exemplo. Para ele, tal traço de nossa literatura é um bom sinal para o futuro. No entanto, julga que uma independência em termos literários só viria em uma ou duas gerações. Em seguida, no entanto, faz uma crítica ao que considera ser uma opinião errônea sobre o que caracterizaria um autor como nacional:

Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. Gonçalves Dias por exemplo, com poesias próprias, seria admitido no panteão nacional; se excetuarmos Os Timbiras, os outros poemas americanos e certo número de composições, pertencem os seus versos pelo assunto a toda a mais humanidade, cujas aspirações, entusiasmo, fraquezas e dores geralmente cantam; e excluo daí as belas Sextilhas de Frei Antão, que essas pertencem unicamente à literatura portuguesa, não só pelo assunto que o poeta extraiu dos historiadores lusitanos, mas até pelo estilo que ele habilmente fez antiquado. [...]O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos

remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre de tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um scotticismo interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial. Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência quotidiana e profunda que deveriam exercer.

Percebe-se na crítica machadiana que ele não desconsidera o uso de elementos locais como parte da construção de uma literatura nacional, mas condena o radicalismo de considerar exclusivamente esse fator como característico dessa literatura. Analisando o pensamento do escritor brasileiro sobre o tema, Alckmar Santos (2001) destaca que:

Assim, esse instinto de nacionalidade de que fala Machado de Assis talvez possa ser entendido como a mola propulsora que constitui a fisionomia evidente, externamente visível, de uma literatura, a partir da qual nos olhamos e nos constituímos em identidade problemática. Em outras palavras, trata-se de uma das condições iniciais para que se desenvolva uma dada literatura nacional. Todavia, para que isso ocorra, é necessário ainda superar duas posições antagônicas que marcam a infância desse instinto (mas que não deixam de se manifestar, de quando em quando, como sintomas de fraqueza ou de oscilação do sistema literário). No caso do Brasil (e de outros países marcados por um passado colonial), temos, de um lado, a adesão incondicional ao modelo metropolitano, revestido de pretensão cosmopolitismo; de outro, a recusa isolacionista e xenófoba de qualquer elemento estranho, estrangeiro ou externo.

Esse instinto de nacionalidade encontra-se presente na obra de Machado de Assis, que, na opinião de Bonnici (2009, p. 356) se caracteriza como “[...] um dos escritores que mais encarou a conscientização nacional, ironizou o sistema escravagista e afirmou o fato de a literatura brasileira ser livre do eurocentrismo em geral e do centro imperial em especial”. Prosseguindo em sua análise, o pesquisador situa a obra machadiana como parte da terceira etapa de emergência e desenvolvimento das literaturas pós-coloniais, que apresenta como uma de suas características a apropriação de discursos que são empregados para fins diferentes daqueles para os quais foram usados originalmente.

Nesse sentido, chamamos a atenção para o seguinte comentário de Alckmar Santos (2001) acerca da literatura produzida por Machado de Assis:

Em 'O Alienista', trata-se do empirismo inglês que se incorpora à ficção, mas, diferentemente de outros autores, ele não é meramente incorporado ao texto, mas transformado em seus eixos ideológicos, submetido à lógica interna do literário e não mais à lógica externa da filosofia ou da ciência experimental. Com isso, aquilo que podemos chamar de pensamento nacional (ou brasileiro) ganha, em Machado, uma fisionomia própria, na medida em que abre mão da cópia direta, da assimilação imediata, para resignificar, transformar (e transtornar), graças à mediação da literatura, o esquema filosófico europeu. [...]Ao justapor uma prática escravista, autoritária e retrógrada, de fundo colonialista, às raízes européias das ideologias liberais e dos esquemas de pensamento modernizantes, alardeadas por nosso elite letrada (que era, em larga medida, representativa da própria elite econômica), Machado não só coloca a nu as contradições dessa elite entre discurso (imagem, aparência) e prática (ação, essência), mas também faz delas o motor de sua prosa de ficção da maturidade.

A oscilação de brasilidade acentuou-se ainda mais nos primeiros anos do século XX:

Foi a partir das obras de alguns escritores refratários à tradição acadêmico-realista, como Lima Barreto, entre outros, que se instalou parcialmente aquilo que Mário de Andrade chamaria, anos mais tarde, de 'estabilização de uma consciência criadora nacional', referindo, no caso, às vanguardas modernistas da década de 1920 [...], fundada no trabalho de base da geração realista, que reuniu pensadores como Sílvio Romero e José Veríssimo. (SANTOS, Alckmar, 2001).

A respeito da obra barretiana teceremos comentários logo adiante. Julgamos, no entanto, que é necessário dissertarmos um pouco a respeito da base fornecida pela geração realista de pensadores para a "estabilização de uma consciência criadora nacional".

Três pensadores críticos destacaram-se entre fins do século XIX e início do século XX: Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior.

Referindo-se a tais críticos, Bosi (1978, p. IX e X) alista as principais influências teóricas daquele período: "[...] é o momento em que chegam [...] as últimas correntes do pensamento europeu, o positivismo francês, o evolucionismo inglês e [...] o monismo alemão. Comte, Littré, Taine, Darwin, Buckle, Spencer, Haeckel."

Conforme se pode observar o instrumental teórico que empregaram era totalmente europeu e continha muitas teorias que faziam parte daquilo que Nelson Werneck Sodré classificou como "ideologia do colonialismo".

Comentando a respeito desse período, Sodré (2002, p. 391-392) acentua que:

O grande esforço da mentalidade brasileira naquele tempo [...] consistiu em utilizar, com a precariedade de transplantação, esses instrumentos estranhos, gerados sob outras condições, moldado ao sabor de contingências diversas das nossas, fixados em molduras inteiramente distanciadas das que podíamos proporcionar. [...] foi um esforço gigantesco, gerado numa sociedade colonial nos seus traços principais, num meio acanhado e reduzido em todas as suas proporções, deformante pela sua própria natureza. Muitas das idéias importadas sofreram um tratamento impróprio, perderam-se, diluíram-se, demonstrando a sua inocuidade. Outras, entretanto, serviram, de uma maneira ou de outra, bem ou mal, inteiriças ou modificadas, como instrumentos de expressão do que havia de novo no Brasil.

Assim é que, embora embasados em teorias européias, muitas das quais faziam parte do que Sodré denomina de “ideologia do colonialismo”, tais críticos chegaram a algumas conclusões interessantes que ajudaram no processo de distanciamento da literatura brasileira quer em relação à portuguesa, quer a outros modelos europeus.

Vejamos, então, quais foram tais contribuições.

O primeiro que vamos analisar é, sem dúvida, o mais famoso de todos, Sívio Romero.

Luiz Costa Lima (1981, p. 31-32) vislumbra dois passos na utilização romeriana do instrumental teórico europeu. No primeiro, há um emprego do transformismo biológico, contido no darwinismo. Por conta dele, “[...] Sívio nos ensinou que a literatura, antes de ser identificada com as belas letras, deverá ser vista como letra social”. (LIMA, Luiz Costa, 1981, p. 32). Na tentativa de fazer uma leitura social de nossa literatura, Sívio dá o segundo passo, empregando o determinismo taineano, em que privilegia o fator raça em detrimento dos demais (meio e contexto histórico):

Nosso problema histórico se me afigura ser este: indicar a formação do povo brasileiro, como um produto sociológico especial, distinto do português. – Para isto deve-se considerar, com os fatos, o colonizador europeu como o elemento principal de nossa formação, e em seguida mostrar os elementos que se lhe juntaram, que o alteraram até certo ponto, produzindo o brasileiro. – É claro que se o português não sofresse aqui influência nenhuma estranha, o Brasil seria a reprodução de Portugal. (ROMERO apud LIMA, 1981, p. 33).

Na análise de Cândido (1987, p. 105-111), a contribuição de Romero através dessas constatações é importante, a começar por sua visão da sociedade brasileira como produto de mestiçagem tanto no fator racial quanto no cultural. A visão romeriana da literatura é revolucionária para época, considerando-a como

produto de fatores naturais e sociais, cuja natureza dependia, sobretudo, da influência racial e das instituições e que se processava segundo o critério da seleção natural. A originalidade de sua visão advém do fato de “[...] haver compreendido e avaliado devidamente a importância da mestiçagem [...] a despeito de aceitar como princípio científico indiscutível a teoria da desigualdade das raças.” É através de uma combinação híbrida de ideias próprias e teorias alienígenas que o pensador trabalha essa questão:

Embora mantivesse a idéia de desigualdade, colocou-se de certo modo no ângulo de um povo colonizado e deu implicitamente realce à elevação das raças ‘inferiores’ (índio e negro) por meio da mistura com branco que julgava nobilitante. [...] Para ele, o Brasil só encontraria maturidade quando a fusão produzisse um tipo homogêneo de aspecto branco, e este foi seu modo de harmonizar a lucidez da visão com o jogo do preconceito pseudocientífico dominante no tempo. (CÂNDIDO, 1987, p. 112).

A mestiçagem contribuiria no processo de diferenciação da sociedade brasileira em relação à portuguesa, inclusive graças ao elemento africano, cuja importância foi o primeiro a destacar de forma correta, atacando o indianismo, que em sua opinião, atribuía ao índio papel e importância que, na realidade, não possuía:

O predomínio aparente do indianismo na civilização brasileira, é um velho prejuízo, difícil (sic) de extirpar. Causas numerosas e especiaes coutribuiram para arraigal-o, e hoje ainda elle está de pé. Estriba-se falsamente em razões litterarias, históricas, geographicas e sociaes. Na litteratura apparece como um protesto contra os invasores; vê-se no índio a encarnação do gênio do Brazil e o ‘nativismo traduz-se no ‘caboclisto’.

[...] historicamente é de justiça e verdade conferir ao ‘negro’ papel mais eminente do que ao ‘botocudo’, ente fraco, desequilibrado, e prestes a extinguir-se. E’ a luta pela existência; o mais débil devia ser devorado. O exacto conhecimento de nossas condições ethnographicas facilita a comprehensão dos typos litterarios. (ROMERO, 1888, p. 1185-1186).

Essa visão lembra-nos a já citada discussão pós-colonial quanto à possibilidade ou não da recuperação de uma cultura original. Nesse ponto, as ideias de Romero aproximam-se mais das de Bhabha e Spivak, que negam essa possibilidade por conta da miscigenação.

Sendo Romero um crítico que operava dentro das normas da teoria naturalista, dentre as quais a do transformismo biológico, vislumbrava a literatura como “[...] uma sucessão dinâmica de etapas concatenadas [...], o que o levava [...]

a buscar as origens, descrever os conjuntos, definir as funções históricas e deixar de lado considerações de ordem formal.” (CÂNDIDO, 1987, p. 112). Essa busca das origens leva-o a literatura oral, onde julga encontrar as características primordiais da literatura brasileira. Em sua opinião, na literatura popular e anônima encontrava-se a “[...] origem ‘histórica’ de toda a literatura e os gêneros propriamente estéticos seriam apenas o resultado de uma evolução [...].” (MARTINS, 1983, p. 244). Essa teoria já havia sido expressa na época do Romantismo. Fernandes (2007, p. 37) destaca como exemplo desse interesse certas coletâneas de José de Alencar, mas acentua a forma como Romero agrega a ele valor científico:

Este último conferiu a ‘literatura oral’ o ‘status’ de gênero, apesar de, mesmo com uma sistematização que privilegiava sua origem e não o uso que dela seria feito, terem sido reunidas diferentes classificações, nas quais seria possível enquadrar múltiplas manifestações orais. [...] O percurso consistia em tomar um canto ou canto como objeto e dissecá-lo. A partir daí, o texto abria a possibilidade de explicar o sincretismo cultural, os comportamentos e a ‘demopsicologia’ brasileira. Tal busca, no entanto, não dependia apenas da fonte oral, do ouvido e do anotado, do que havia sido modificado pela verve romântica, da tradução de cantos indígenas... Era preciso também recorrer a explicações sobre o meio, o momento e a ‘raça’, bem como a registros de fenômenos anteriores e que se repetiam através dos tempos, formando as tradições populares do Brasil. O tempo e o espaço da coleta não eram a tônica, uma vez que a ênfase recaía sobre o mito e/ou suas variantes.

Muitas dessas ideias romerianas serviram de base para as inovações trazidas pelo Modernismo:

Os modernistas de 22, tanto na sua vertente antropofágica como na “verde-amarela”, carregam dívidas ocultas para com Sílvio Romero. A reinvenção do Brasil modernista e a sublimação de um novo indianismo acabaram por justificadamente esconder a presença das idéias desenvolvidas no passado – nem tão passado assim – quando propõe a mística racial e espiritual para um povo em formação. Os modernistas de 22, apesar da “nova” brasilidade construída, mergulharam na temática de Romero ao perseguir o tipo nacional de um Macunaíma “sem caráter”, no sentido de uma identidade definida, e de uma formação racial que é “preto retinto” e “branco louro”, no seu eterno mestiçamento. (SCHERER; ALMEIDA, 2009, p. 23).

Passemos, agora, à análise de José Veríssimo.

Comparando o trabalho de Veríssimo com o de Romero, Luiz Costa Lima (1981, p. 40) conclui que ambos apresentam a mesma preocupação com “o caráter nacional da literatura; a mesma afirmação antiromântica em favor da objetividade e do realismo; a mesma caracterização da crítica como

empenhada no esforço de construção nacional”. Além disso, pertenciam a uma geração cujo anseio era o de “[...] marcar, mesmo à custa de distinções mais finas e apuradas, a urgência de uma ruptura com a tradição européia.” (BARBOSA, João Alexandre, 1974, p. 37).

Quanto à preocupação com o caráter nacional de nossa literatura, de início, mostra-se, de início, demonstra dúvida quanto à possibilidade de termos uma literatura autônoma de Portugal. É o que se pode observar no seguinte trecho da segunda série de *Estudos de Literatura Brasileira*, lançada em 1901:

Quatro séculos depois ainda eu hesito em atribuir à nossa literatura o qualificativo de brasileira, dando ao vocábulo extensão maior que aquela [puramente regional], pois não sei se é possível a existência de uma literatura inteiramente independente, sem uma língua inteiramente independente também. A língua é o elemento constituinte das literaturas, por isso que ela já é de si mesma a expressão do que há mais de íntimo, de mais individual, de mais característico em um povo. Só têm literatura própria, sua, original, os povos que têm língua própria. Neste sentido, que me parece o verdadeiro, não há literatura austríaca, ou literatura suíça ou literatura belga, sem embargo de existirem nesses povos, com uma alta cultura, escritores notáveis de todo o gênero. (VERÍSSIMO apud MARTINS, 1983, p. 304).

Com relação ao posicionamento de Veríssimo expresso acima, Martins (1983, p. 304) opina que o pessimismo congênito e o espírito provinciano que o levava a superestimar países que não conhecia impediram-no de perceber que o Brasil já havia construído uma cultura intelectual própria a partir de outra, herdada do colonizador e que havia desenvolvido o “instinto de nacionalidade”, que Machado já mencionara antes.

É bom lembrar que ao trazer à baila o tema da língua, o autor repete uma preocupação que já aparecia no Romantismo, como atesta a tentativa de Alencar de trabalhar com uma linguagem que tivesse cores nacionais.

A questão linguística, aliás, prolonga-se até o início do século XX, conforme comprova o testemunho de Martins (1983, p. 356):

A obsessão lingüística de Coelho Neto e Rui Barbosa nem era exclusivamente pessoal nem recente, mas nas cerimônias exorcizantes do Quarto Centenário podia-se prever que ela estouraria num imenso exame de consciência coletivo. Já vimos que, nas palavras de José Verissimo, o que faltava à nossa literatura era ‘um idioma independente’.

Coelho Neto e Rui Barbosa estavam entre aqueles que se esmeravam na prática do purismo lingüístico. Em contrapartida, outros intelectuais como Lima Barreto apresentavam opinião diversa sobre o tema, mostrando-se mais flexíveis quanto a esse emprego.

Nesse aspecto, é interessante a posição de Veríssimo. Luiz Costa Lima (1981, p. 44-45) destaca que na crítica do autor citado “[...] trabalham preocupação gramatical e retórica”, apresentando como exemplos desse comportamento as análises de cunho gramatical que tiveram como objeto de estudo as obras de Machado de Assis e Euclides da Cunha, que julgamos desnecessário reproduzir aqui. Por outro lado, Martins (1983, p. 415) descreve sua posição contra os excessos da chamada “gramatiquice”:

Não surpreende que fosse igualmente contra a gramatiquice que então grassava em nossa literatura como um flagelo endêmico: os maiores inimigos, os ‘prejudicialíssimos admiradores’ dos clássicos, escrevia ele a propósito do Padre Vieira, eram ‘os gramáticos e mestres de gramática e ainda os filólogos dessa nova baixa filologia indígena que consiste em catar exemplos nos autores chamados clássicos e lhes descobrir a aplicação ou as excelências e defeitos de linguagem’, exemplo significativo dessa perversão gramaticóide (fundada, não raro, na ignorância pura e simples ou no capricho fantasioso) era a chamada ‘ortografia etimológica’ então em vigor; acreditando que a evolução da grafia portuguesa tendia para a simplificação, ‘a exemplo do italiano e do castelhano’, ele passou a escrever segundo o formulário da Academia Brasileira, embora não lhe desconhecasse ‘os defeitos e as imperfeições’.

O próprio Veríssimo esclarece qual é sua posição sobre o assunto em *História da Literatura Brasileira*, publicado originalmente em 1916. Inicialmente, comentando a respeito dos românticos, o autor faz a seguinte observação a respeito do uso da língua:

Foi mais firme já o meu parecer da necessidade de conservarmos o português castiço estreme quando possível nas modificações que o seu nôvo habitáculo americano lhe impõe. Começo a convencer-me da impossibilidade de tal propósito. Não o poderíamos realizar senão artificialmente como uma reação erudita, sem apoio nas razões íntimas da mentalidade nacional e com tal reação probabilidade de definitivamente vingar numa população que será amanhã de muitos milhões, originariamente de várias e diversas línguas. Não se pode admitir que a gente brasileira se submeta a uma disciplina lingüística de todo oposta aos instintos profundos das suas necessidades de expressão determinadas pela variedade de seus falares ancestrais e pelas exigências imediatas de sua situação social e moral. (VERÍSSIMO, 1963, p. 141).

No caso da literatura, porém, o crítico faz uma ressalva:

[...] a literatura não deve esquecer que ela é, sobre o aspecto da expressão, uma força conservadora. Sem oferecer resistência caprichosa e desarrazoada à natural evolução da língua que lhe serve de instrumento, cumpre-lhe não se lhe submeter enquanto os seus resultados não tiverem a generalidade de fatos linguísticos indisputáveis. A intromissão inoportuna da literatura nessa evolução, sobretudo para lhe aceitar indiscretamente todas as novidades inventadas com pretexto dela, não pode senão prejudicá-la naquilo que justamente é importante da sua existência, a sua faculdade de expressão. Se ela, porém, por outro lado, se ativesse rigorosamente ao casticismo português, no genuíno sentido desse vocábulo, o brasileiro acabaria por ficar alheio aos seus escritores e êstes aos seus patrícios, por motivo da desconexão entre a língua falada por uns e a escrita por outros. (VERÍSSIMO, 1963, p. 141).

Veríssimo defende, assim, certa flexibilidade no uso da língua na literatura, livrando-a das amarras excessivas ao português castiço, sem que essa, porém, torne-se veículo de todas as novidades inventadas. Em sua opinião, a literatura deve utilizar somente “fatos linguísticos indisputáveis”, ou seja, deve aderir às mudanças já admitidas por todos (inclusive, claro, os gramáticos) e que não comportam questionamentos.

Essa discussão linguística prosseguirá no Modernismo, quando ocorre uma tomada de posição mais avançada em seu primeiro período. Registre-se, porém, que a posição de Veríssimo e outros intelectuais de sua época como Lima Barreto, por exemplo, abre caminho para essa mudança ao admitir um emprego mais flexível da língua.

Se, inicialmente, o estudioso mostrava-se duvidoso quanto à possibilidade de nossa autonomia literária em relação a Portugal, a observação que realiza, com o passar dos anos, provoca uma mudança de opinião. É o que expressa no prefácio de História da Literatura Brasileira:

A literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que não se confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, êsse veio formando desde as primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia. (VERÍSSIMO, 1963, p. 3).

O crítico mostra-se consciente das oscilações de “brasilidade” que ocorrem desde as primeiras manifestações literárias. A título de exemplificação, reproduzimos abaixo um comentário feito pelo autor na obra já citada acerca de nossos escritores românticos:

Por desgosto da metrópole, entraram a abandonar-lhe a escola, até aí assídua e submissamente frequentada. Falavam, pois, a língua que aqui se falava e naturalmente a escreviam como a falavam, sem mais arremêdo do casticismo reinol. [...] É outro o boleio da frase, a construção mais direta, a inversão menos freqüente. [...] Refogem ao hábito clássico português de nas orações do gerúndio começá-las por êle. Colocam os pronomes oblíquos segundo lhes pede o falar do país e não conforme a prosódia portuguesa, que entra então aqui a ser motivo de chufa e troça. [...] À forma do modo finito seguido de um infinitivo com preposições à maneira portuguesa, preferem a do infinitivo seguido de gerúndio. [...] empregam vocábulos de origem americana ou africana, já perfilhados pelo povo. (VERÍSSIMO, 1963, p. 140).

Ora, nesse ponto, aproxima-se bastante do pensamento pós-colonial expresso sobre o tema e que mencionamos logo acima. Julgamos, entretanto, que se engana quando fala em emancipação literária na época do Romantismo. Se, por um lado, é verdade que os autores daquele período buscaram libertar-se da influência lusitana, por outro, há que se considerar que, na época da escrita dessa obra, ainda estavam, em certo sentido, aprisionados à herança colonial por conta da questão linguística, conforme já destacamos acima.

Mas se admitia certo grau de diferenciação entre a literatura brasileira e a portuguesa, estava, porém, consciente do caráter imitativo que ora predominava em nossa literatura, especialmente em relação à francesa e que, em sua opinião, começara após o fim do Romantismo:

O sentimento de uma nacionalidade nova cooperava eficazmente para fazer aos escritores um público simpático, que instintivamente sentia na sua obra uma expressão dessa nacionalidade. Depois nós aprendemos muito francês, algum inglês e italiano, um nada de alemão e desnacionalizamo-nos intelectualmente. [...] O sucesso em literatura, como no vestuário, vem de Paris já feito. (VERÍSSIMO apud BARBOSA, João Alexandre, 1978, p. 65).

Embora se mostre desgostoso com o hábito da imitação de nossa literatura, o crítico não via nele apenas aspectos negativos:

Todas, as mais ricas, vivem de escambos de idéias e concepções. Somente nós não trocamos, apenas recebemos. Nem podemos pretender uma literatura original, não tendo nem podendo ter, um pensamento original. É a França [...] que tem fornecido idéias, moldes, inspirações ao nosso pensamento literário. (VERÍSSIMO, 1977, p. 17).

Veríssimo reconhece que a influência estrangeira pode ser positiva para a formação de nossa literatura desde que haja uma troca (escambo) de ideias e concepções. Verifica, contudo, que, em nosso caso, não ocorre tal troca, ocorrendo, simplesmente, uma importação de pensamentos. O autor mostra-se pessimista quanto a uma possível mudança no que tange a essa situação. Vale ressaltar, no entanto, que levanta uma discussão que será retomada, mais uma vez, pelo Modernismo, como se verifica, por exemplo, no Manifesto Antropófago, de Oswald de Andrade, que propõe uma assimilação recicladora das influências estrangeiras.

Embora fosse contra a imitação pura e simples de modelos estrangeiros, posiciona-se também contra o critério que estabelecia como nacionais somente as obras que tratassem de temas locais, compartilhando, assim da mesma opinião expressa por Machado de Assis em 1873. Para Veríssimo (1977, p. 155), um autor é nacional quando possui um “[...] inconsciente sentimento nacional, feito com os instintos etnográficos, [...] históricos, [...] tradicionais, que nenhuma cultura, que nenhuma aspiração cosmopolita consegue destruir ou sequer apagar.” Essa concepção não o impede, no entanto, de ver a literatura provinciana, isto é, a de extrato regional como “[...] a sementeira de nossa literatura.” (VERÍSSIMO, 2001, p. 133).

No debate entre localismo e cosmopolitismo, toma, assim, uma posição equilibrada, que encontrará ressonância no Modernismo, que avançará mais nessa questão ao propor tanto o emprego crítico da assimilação das ideias que vem de fora, quanto das influências locais.

Por fim, chegamos à terceira figura da tríade de críticos mais importantes do início do século, Araripe Júnior.

Luiz Costa Lima (1981, p. 32) chama a atenção para o fato de que tanto Romero quanto Araripe Júnior lançam mão do determino taineano em suas obras, destacando, porém, que “[...] este realçando o ambiente físico, Sílvio, a raça [...]”

Essa diferença de rumos na aplicação da teoria determinista gerou um debate entre os críticos. Nesse debate, Araripe Júnior (1978, p. 377) vislumbrou como as teorias raciais serviam ao propósito de dominação das nações europeias sobre os demais povos:

Não é o Brasil 'le plus valet des peuples', como dizia Sílvio Romero, 1872. Nem nos deixemos confundir pelo daltonismo que essa teoria, fundada para autorizar a expansão e justificar a expropriação dos povos sem esquadras, inventou a filosofia fim-de-século inspirada pela audácia dos Guilherme II, dos Cecil Rhodes e de outros impulsivos que se iludem, tomando a hipertrofia da volição pela realização direta das nações.

Questionando o pensamento romeriano de que o Brasil é o “mais serviçal dos povos” (“le plus valet des peuples”), que era fruto das teorias raciais que relegavam os povos mestiços ou não brancos a uma posição inferior, Araripe mostra-se consciente que por detrás de tais teorias estava o colonialismo:

[...] no momento atual, as nações civilizadas, ou européias, são as que mais se acirram no patriotismo, que outra coisa não é senão a tendência cada vez mais crescente, em cada uma delas, de se individualizar no concurso feroz de apreensão das riquezas produzidas pelos povos ditos coloniais. [...] elas [...] não escrupulizam construir essa teoria inominada, de que os povos transoceânicos não têm ‘humanidade’ e, portanto, na qualidade de provisórios, deverão ser varridos da face da Terra, ou melhor, escravizados. (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 374).

Mas se isso ocorre no quesito raça, volta a repetir-se na questão do meio:

Buffon explica as diferenças entre os animais e vegetais do Antigo e do Novo Mundo a partir da ‘inferioridade’ biológica da América, cuja natureza seria menos ativa do que a europeia, os animais de menor porte, e o homem fraco e submisso à natureza. Essa visão negativa do Novo Mundo como continente quente e úmido, habitado por insetos e répteis, se manifestou na crítica literária brasileira do século XIX, devido à influência de Mostesquieu, Buffon e Henry Thomas Buckle [...]. (VENTURA, 1991, p. 25).

Sem entrar em maiores detalhes do pensamento de Buffon, o que não nos interessa aqui, é importante destacar que a dita “inferioridade biológica” do homem americano por conta do clima justificaria o atraso da América em relação à Europa e a supremacia desta em relação àquela.

Estava, dessa forma, criado um impasse, que Araripe resolveria tal qual o costume em sua época através do “[...] sincretismo de teorias e conceitos europeus, deslocados de suas funções de origem.” (VENTURA, 1991, p. 40).

Ventura (1991, p. 37) destaca que o crítico combinou a teoria climática a um modelo de orientação psicológica. Ele definiu “estilo” como a combinação entre o temperamento de cada indivíduo e as formas de expressão de uma escola ou grupo. A partir desta noção, Araripe criou a teoria da “obnubilação tropical”: “o processo de diferenciação psicológica e literária, determinado pelo impacto do meio sobre a mentalidade européia.” (VENTURA, 1991, p. 37).

A ideia aparece pela primeira no artigo “Literatura Brasileira”, publicado em *Semana* de 10 de dezembro de 1887:

A esse fenômeno, durante o qual, como se vê, adelgaçaram-se, atenuaram-se todas as camadas de hábitos que subordinavam o homem à civilização, abriu-se uma fenda na estratificação da natureza da natureza civilizada, para dar passagem à poderosa influência do ambiente primitivo; a esse fenômeno, que se acentua a cada passo no movimento da vida colonial ou aventureira do século XVI, poder-se-ia dar o nome de ‘obnubilação brasílica’, e, sem dúvida, sobre ele basear-se toda a teórica histórica daquela época indecisa. (ARARIPE JÚNIOR apud BOSI, 1978, p. XVI).

Mais tarde, ao escrever sobre a recepção do Naturalismo no Brasil, no ano de 1888, criará a fórmula: “Zola ‘mais’ obnubilação brasílica = estilo tropical” (BOSI, 1978, p. XVI):

O tropical não pode ser correto. A correção é o fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente. Aqui, aonde os frutos amadurecem em horas, aonde a mulher rebenta em prantos histéricos aos 10 anos, aonde a vegetação cresce e salta à vista, aonde a vida é uma orgia de viço, aonde tudo é extremoso, e extremados os fenômenos; aqui, aonde o homem sensualiza-se até com o contato do ar e o genesismo terrestre assume proporções enormes, vibrando eletricidade, que em certas ocasiões parece envolver toda a região circundante em um amplexo único, fulminante, - compreende-se que fora de todas as coisas a mais irrisória pôr peias à expressão nativa e regular o ritmo da palavra pelo diapasão estreito da retórica civilizada, mas muito menos expansiva. (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 126).

A partir desse pensamento, alude à transformação por que passa o Naturalismo no Brasil e que em sua opinião se deve à diferença entre o meio de origem e o de recepção:

A concepção do mestre, os seus métodos de expectação, os seus processos experimentalistas, tiveram em vista uma sociedade decadente, de natural tristonha, que decresce, míngua dentro das próprias riquezas, perante sua antiguidade, cansada, exausta, senão condenada a perecer. No Brasil, o espetáculo seria muito outro, - o de uma sociedade que nasce, que cresce, que se aparelha, como a criança para a luta. Ora, nada mais natural do que uma inversão nos instrumentos. Um cadáver não se observa do mesmo modo que um ser que ofega de vigor. (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 127).

Comentando a respeito dessas observações do crítico, Ventura (1991, p. 18-19) destaca como Araripe descreve a passagem da correção europeia à tropicalidade brasileira porque teria passado o Naturalismo ao chegar às terras tupiniquins. De um lado, descreve a Europa como: decadente, envelhecida e condenada à morte; de outro, destaca que, embora as condições naturais do Brasil sejam uma “limitação” é delas que tiramos a nossa riqueza literária. Em resumo, de um lado temos um realismo europeu decadente e frio que se opõe a um realismo brasileiro quente. Assim, a “correção” da literatura europeia passa a ser vista como uma marca negativa. Em contraponto, o “estilo tropical” seria uma marca positiva:

Estilo tropical [...] integra a noção geográfica de trópicos, característica de uma de uma relação entre ‘centro’ e ‘periferia’, a uma teoria da literatura nacional. Essa teoria inverte o modelo climático, ao valorizar a imaginação e torna possível a construção de sociedade e cultura em espaços marginais ao modelo eurocêntrico de natureza e história. (VENTURA, 1991, p. 39).

Se hoje tanto as teorias climáticas europeias quanto a refutação de Araripe estão ultrapassadas e que o estudioso ao resgatar a natureza como meio de valorização do Brasil retorna à velha ideia romântica do exotismo da paisagem, há que se valorizar o esforço em positivar as características nacionais que se transformaram em alvo de uma visão negativa tanto dentro quanto fora do país por conta das teorias da “ideologia do colonialismo”.

Essa positivação irá se repetir mais tarde no modernismo e no tropicalismo.

Outro campo em que é interessante observar a opinião de Araripe é o da discussão lingüística sobre a qual já comentamos anterior. Bosi (1978, p. XII) revela qual é a posição do crítico quanto ao tema:

[...] Araripe acha [...] o melhor caminho: o respeito aos processos diferenciadores que operavam na língua falada brasileira [...]. [...] convida ‘os escritores populares, os romancistas, a escreverem pelo modo por que falam, isto é – no dialeto do país. A posição original para o tempo, seria renovada por Lima Barreto e, em estilo diverso, por Mário de Andrade uma e duas gerações depois.

A questão lingüística, conforme já vimos, é também alvo da discussão pós-colonial. A situação brasileira é singular, pois aqui não subsistiram em concorrência com o português. Resta, então, a alternativa proposta por Achebe da apropriação da língua para o emprego conforme a necessidade dos nativos e isso é o que Araripe defende na fala acima citada.

Conforme se pode perceber, o Modernismo continuou e aprofundou algumas discussões da chamada “geração de 1870”, da qual faziam parte os três críticos acima mencionados:

O ideário da ‘geração de 1870’ apresentava pontos de contato com a plataforma do grupo de 1922: redescoberta do Brasil, atualização intelectual, modernização social, crítica às oligarquias, incorporação dos elementos populares e folclóricos, valorização do negro e do mestiço. [...] A menor repercussão da Escola do Recife [...] se deveu à própria compreensão da atividade intelectual por seus participantes, fortemente marcados por concepções idealistas e bacharelescas, de que as polêmicas foram uma das manifestações. Os modernistas [...] colocaram sob a mira da crítica a tradição bacharelesca [...]. Procuraram incorporar à escrita o falar cotidiano e as tradições populares. Mário de Andrade queria elaborar uma gramática brasileira e integrou elementos orais e populares à linguagem literária. Oswald de Andrade transformou em matéria poética, a ‘contribuição milionária de todos os erros’, de modo a superar o ‘lado doutor’ e a ‘prática culta da vida’, ironizados no ‘Manifesto da Poesia Pau-Brasil’. [...] se preocuparam em romper com o ‘debate entre pares’, [...] de modo a conquistar um público mais amplo e diversificado. (VENTURA, 1991, p. 130-131).

Por conta da crítica ao modelo bacharelesco, é natural que os modernistas tratassem com certo desdém as discussões perpetradas pela geração anterior assim como a “geração de 1870” já fizera com o Romantismo.

Para Luiz Costa Lima (1981, p. 31), esse comportamento constituiu-se em um “círculo vicioso”: “as pedras lançadas contra as janelas preparam os novos portais e estes justificam que os próximos jovens procurem ou quebrá-los ou freqüentar outras paragens”.

O autor sugere uma mudança de pensamento quanto à contribuição de nossos ancestrais:

Uma maneira possível de rompê-lo consiste, pois, em antes aprender a conhecer nossos antepassados para só então nos habilitarmos a dizer o que deles em nós continua ou que já se tornou diferença. A maneira de combater o continuísmo, de que o tradicionalismo é uma variante, não consiste em ignorar o passado, mas em sabê-lo. (LIMA, Luiz Costa, 1981, p. 31).

A pequena consideração que realizamos acima demonstra que muitos críticos e escritores de épocas diferentes contribuíram, dentro das condições e instrumentos que possuíam, para que nossa literatura fosse se diferenciando da portuguesa e das literaturas européias, adquirindo uma feição própria através da diferença dentro da semelhança e ocupando sua posição de “entrelugar”, para usar a expressão cunhada por Silviano Santiago em *A Literatura nos Trópicos*.

Mas que lugar ocupa Lima Barreto nessa história? É o que procuraremos demonstrar no próximo capítulo.

3 LIMA BARRETO: UM FORASTEIRO NA CIDADE LETRADA

3.1 UM HISTÓRICO DA “CIDADE LETRADA” LATINO-AMERICANA

Em *A cidade das letras*, o estudioso uruguaio Angel Rama traça um histórico do comportamento dos intelectuais latino-americanos, ressaltando as transformações por que passam e como se comportam diante das mudanças políticas e sociais que se processam no continente com o passar do tempo.

Baseando-nos, principalmente, nessa obra, procuraremos traçar um perfil do comportamento intelectual brasileiro a partir do descobrimento até o início do século XX, época dos escritos de nosso objeto de estudo. Essa análise faz-se necessária para levantar a origem e a persistência de certas práticas de teor colonialista que se verifica entre os intelectuais da época de Lima Barreto e contra as quais se posicionou firmemente, assunto sobre o qual discutiremos no terceiro capítulo.

Com a chegada dos colonizadores, torna-se necessária a construção de cidades que os abrigassem, mas para além da cidade real com seus prédios e construções, havia necessidade de organização por intermédio de leis e decretos, além do ensino das letras tanto aos colonizadores como aos nativos, e é no rastro dessa necessidade que surge a cidade letrada. Cumpre acentuar que a um número restrito é dada uma educação mais aprofundada e que desse grupo sairiam as elites dirigentes coloniais.

A “cidade letrada” compunha-se, de início, por funcionários civis e membros do setor eclesiástico que exerciam a função de ordenar os signos, a serviço da colonização. Mais tarde, o setor eclesiástico saiu de cena e a tarefa ficou apenas na mão dos elementos civis. (RAMA, 1984, p. 41).

No caso do Brasil, os primeiros membros dessa cidade vieram na expedição cabralina, destacando-se entre eles, Pero Vaz de Caminha e os religiosos, cujo objetivo era evangelizar a nova terra.

Como se pode perceber, o instrumento de trabalho na “cidade letrada” é a palavra e, conforme já mencionado acima, a palavra pode transformar-se em um instrumento de poder e é isso em que a transformação os membros de tal cidade. Tal instrumento será empregado em prol da colonização, mas também em benefício próprio.

Sendo um grupo de número restrito e exercendo uma função intermediária entre o povo e o poder, a classe letrada arremedava a majestade do poder a quem servia, colocando-se acima da camada popular, transformando-se seus membros, assim, em uma espécie de pequenos soberanos. Isso gerou um distanciamento em relação ao grosso da sociedade constituído de pessoas comuns e inspirou princípios de concentração, elitismo e hierarquização, gerando a falsa ideia de que o intelectual é um ser “iluminado”, cuja função é orientar o povo em seu destino e que, apesar de tantas mudanças, continua ainda firmemente arraigada em nossos tempos.

A distinção criada para hierarquizar a relação intelectuais/povo foi o emprego da língua. Nesse sentido, Angel Rama (1984, p. 56), destaca a existência de uma

[...] ‘diglosia’ característica da sociedade latino-americana, formada durante a Colônia e mantida fervorosamente desde a Independência. No comportamento lingüístico dos latino-americanos ficaram nitidamente separadas duas línguas. Uma foi a pública e de aparato, que resultou fortemente impregnada pela norma cortesã procedente da península, que foi extremada sem medida cristalizando em formas expressivas barrocas de inigualável duração temporal. Serviu para [...] as relações protocolares de membros da ‘cidade letrada’ e, fundamentalmente, para a escritura já que só esta língua chegava ao registro escrito. A outra foi a popular e cotidiana, utilizada pelos hispanos e luso-falantes em sua vida privada e em suas relações sociais [...]. [...] a fala cortesã se opôs sempre ao alvoroço, à informalidade, à torpeza e à invenção incessante da fala popular, cuja liberdade identificou com corrupção, ignorância, barbarismo.

Essa diferença de uso foi hierarquizada pelos membros da classe letrada. Como já afirmamos anteriormente, uma das formas de se dominar o outro é por convencê-lo de sua inferioridade. Isso é feito por se associar qualidades positivas aquele que deseja dominar e negativas ao dominado.

Dessa forma, no caso dos letrados, passou-se a acentuar a superioridade da língua cortesã, destacando-se, o que na visão deles, era o lado negativo da fala comum: a informalidade, a torpeza, a invenção incessante e a liberdade de uso identificada com corrupção, ignorância e barbarismo. (RAMA, 1984, p. 54-56).

É fácil perceber que isso originou uma espécie de sacralização da língua escrita em contrapartida a uma desvalorização da língua falada, que implicará também numa valorização da literatura escrita em detrimento da literatura de cunho

oral.

O exercício da literatura escrita, por conta da necessidade de letramento e de tempo para realizá-lo, encontrava-se nas mãos dos membros da “cidade letrada”. Isso é facilmente comprovado quando levantamos o trabalho profissional a que se dedicavam nossos escritores antes da Independência. No período do Quinhentismo, a maioria era composta de religiosos ou funcionários do governo. A situação não sofre grande alteração no período literário seguinte, o Barroco, como se verifica no caso de Gregório de Matos Guerra. Essa participação acentua-se ainda mais no Arcadismo, destacando-se, nesse período, por exemplo, a figura de um Basílio da Gama, que mantém íntima ligação com o poder.

Mesmo aqueles que têm algo a dizer contra o regime, restringem as suas críticas como pudemos ver anteriormente no caso de Vieira e do próprio Basílio da Gama.

A capacidade de preservar sua ligação com o poder mesmo quando esse muda de face é uma das características da “cidade letrada”.

Em consonância com isso, ela continuou intimamente ligada ao poder mesmo depois da autonomia das nações latino-americanas, autonomia, aliás, cujos principais instigantes pertenciam ao extrato intelectual, que, dessa maneira, serviu aos interesses de libertação da elite nacional.

O processo de independência demandou, no entanto, mudanças que tiveram reflexo na classe letrada.

Na época colonial, os modelos praticados na América Latina, tanto em termos políticos, quanto em termos culturais e econômicos, originavam-se das metrópoles europeias colonizadoras. Se os laços políticos, supostamente, já haviam sido cortados, o mesmo não se poderia dizer com relação aos demais aspectos.

Sodré (2002, p. 531) explica que, durante o período colonial, o poder metropolitano na área social, e econômica e política empregava a classe dominante local como seu representante na colônia. Quando a autonomia ocorreu, essa classe cortou seus laços com a metrópole colonizadora, vinculando-se agora à burguesia europeia, que se transformou no padrão ao qual a elite nacional tentará se igualar, transformando-se numa caricatura da Europa (Fanon, 1990, p. 141). Essa elite tentou demonstrar que a face verdadeira do país possuía semelhanças com o padrão europeu, escondendo sua outra face, a real, representada por escravos

negros, mestiços livres, comerciantes urbanos e pequenos funcionários. Enquanto este tipo de relação de classes prevalecesse, a verdadeira face do Brasil jamais seria mostrada. Dessa forma, a cópia de qualquer espécie constituía-se numa formidável tentativa de sonegar o Brasil.

Assim, seja quanto ao passado, seja com relação ao futuro, as elites que dirigem esses países no período pós-independência encontram-se ainda intimamente ligadas ao projeto civilizatório europeu.

No caso particular do Brasil, Sevcenko (1989, p. 36) ressaltou que, no período pós-Independência, era do interesse da elite identificar-se com índios e mamelucos, como manifestação do desejo de ser brasileiros.

A “cidade letrada” via literatura cumpre importante papel em atender essa demanda da nova classe dirigente. Isso ocorreu através do surgimento do indianismo. Cumpre lembrar que se trata de um “indianismo” em que a descrição do índio não corresponde à realidade, atendo-se ao modelo do cavaleiro medieval ditado pela moda romântica, então em voga na Europa.

Essa tentativa de cortar laços com a metrópole ocorre também no que concerne à língua. No Brasil, é notória, uma tentativa falhada de José de Alencar de criar uma língua genuinamente brasileira.

A partir de 1870, a “cidade letrada” enfrenta uma nova transformação com a modernização que chega via teorias racionalistas. O positivismo instala-se como teoria mestra, o que ocasiona a ampliação das escolas técnicas que contrabalançam a hegemonia de médicos e advogados. (RAMA, 1984, p. 78).

Observa-se, também, um vertiginoso processo de urbanização das capitais latino-americanas a partir dos últimos anos do século XIX. Concebidas, inicialmente, para serem centros burocráticos, tais cidades assistiram ao crescimento do setor terciário da economia, que abrigava muitos profissionais, dentre os quais os intelectuais.

Com a modernização, três setores crescem rapidamente, demandando mão de obra e oferecendo novas oportunidades de trabalho aos membros da “cidade letrada”: o jornalismo, a educação e a diplomacia. Desses setores, os dois primeiros abrem certa oportunidade de libertação em relação ao controle do poder, a que estavam sujeitos os intelectuais que trabalhavam diretamente com ele.

Rama (1984, p. 79) ressalva, no entanto, que os jornais continuavam a ser órgãos políticos e, por conta de seu apoio ao governo, ofereciam oportunidades de acesso ou a cargos públicos ou à Administração do Estado. É claro que essas nomeações implicavam em apoiar o governo, instalando-se, assim, a chamada “cooptação” dos letrados para serem intelectuais “orgânicos”. Esse tipo de atração ocorria, obviamente, nos grandes jornais, aqueles que, portanto, ofereciam melhores oportunidades de ascensão profissional. Os grandes jornais, cooptados pelo poder, transformaram-se, dessa forma, em grandes sustentáculos dele. Angel Rama (1984, p. 83) cita como exemplo disso os jornais “La Nación”, na Argentina, e o “Estado de São Paulo”, no Brasil.

Para aqueles que desejassem liberdade total restava o caminho dos pequenos jornais e, por consequência, certo grau de ostracismo. Como se vê, a postura dos grandes jornais continua a mesma na atualidade e a tal “isenção” tão propalada existe apenas no papel.

Outro ponto interessante levantado pelo pesquisador uruguaio é que, por conta da modernização, criou-se uma visão idealizada acerca das funções intelectuais, fixando mitos sociais que tinham a ver com o uso das letras. Julgava-se que seu domínio serviria para abrir caminho para alcançar posições, se não melhor distribuídas, mais respeitáveis e admiráveis. Assim, as mocinhas sonhavam conseguir o título de “mestras”, enquanto o “doutorado” acalentava os sonhos de muitos rapazes. Se compararmos isso com o desejo quanto ao futuro de jovens e seus pais, na atualidade, não perceberemos, novamente, muita diferença.

Por conta dessa visão idealizada, os intelectuais atribuirão a si mesmos uma “função ideologizante”. Baseando-se em pensadores franceses como Renan, Guyau, Bourget, etc., eles assumirão a condução espiritual dos demais componentes da sociedade. (RAMA, 1984, p. 107). Na literatura brasileira, pode-se mencionar como exemplos Euclides da Cunha e Lima Barreto.

Rama (1984, p. 122) informa-nos que uma das mudanças trazidas nessa onda modernizadora foi a instituição da educação comum. Isso aumentou o número de pessoas que tinham acesso à leitura, mas esses novos leitores preferiram os jornais e revistas ao invés dos livros, o que reforçou ainda mais o poder da imprensa e, por consequência, dos membros da “cidade letrada” que a ela estavam ligados.

A educação comum trouxe também mudanças na constituição da

cidade que abrigava os letrados. Ela possibilitou a introdução de outros grupos sociais que não o da elite, como sempre ocorrera antes. Dentre os recrutados encontravam-se descendentes de artesãos, pequenos negociantes, funcionários e até filhos de escravos. Ainda que muitos acabassem por adotar o discurso e as ideias da classe dominante, alguns incorporaram valores e sensibilidades das configurações culturais em que haviam se formado. Pensando especificamente no Brasil, pode-se mencionar como exemplo do primeiro caso, Coelho Neto, enquanto que, no segundo se enquadraria Lima Barreto.

Além da entrada de autores de outros extratos sociais, a “cidade letrada” assistiu também a chegada de novos integrantes de formação autodidata. Por conta do acesso à leitura e/ou a falta de oportunidade de ingressar numa universidade, muitos preferiram obter conhecimento através dos livros ou revistas a que tinham acesso. Por conta dessa formação, apresentavam uma visão mais livre, mas que se mostrava mais caótica, indisciplinada e assistemática.

No caso de Lima Barreto, é mais correto falar em uma formação semi-autodidata, de vez que chegou a frequentar uma universidade e não a concluiu e muitas de suas ideias foram retiradas das leituras que fazia em sua casa ou na biblioteca.

É interessante examinar também a posição espacial ocupada pela “cidade letrada” na “cidade real”. Rama (1984, p. 142-143) nos informa que a casa da maioria dos escritores, bem como os locais que freqüentavam como editoras, redações de jornais, cafés e assim por diante localizavam-se no centro da cidade. Aliás, ligado a isso, Rama (1984, p. 149) recorda a figura do chamado “intelectual de café”, que relata como sendo composta, na maioria, de autodidas. Mais uma vez, surge em nossa mente a figura do autor que estudaremos mais adiante e que era assíduo frequentador de cafés no centro do Rio de Janeiro.

Em termos teóricos, entre fins do século XIX e início do século XX, novas doutrinas chegam ao continente latino-americano, oriundas como sempre da Europa: o anarquismo, o socialismo e o comunismo, dentre outras. De qualquer forma, a entrada dessas novas doutrinas oxigenou o ambiente intelectual e abriu a oportunidade de se obter novos pontos de vista sobre velhos temas.

Com relação à aceitação dessas novas teorias, as correntes anarquistas e socialistas tiveram maior aceitação entre os jovens com escassos recursos que alternaram estudos com trabalho manual e, muitas vezes, insatisfeitos

abandonaram as universidades. (RAMA, 1984, p. 148). Tal comentário nos remete à figura de Lima Barreto, sobre a qual comentaremos mais em detalhes adiante.

Aliás, a aplicação dessas doutrinas merece uma consideração a parte. Diferente do que pensam muitas pessoas, não houve uma pura e simples transferência. O que ocorria na maioria dos casos era uma composição entre o que vinha de fora com as necessidades locais. Isso se nota, por exemplo, no caso do racismo.

Encerradas essas considerações necessárias, podemos analisar agora como se comportava a “cidade letrada” no Rio de Janeiro do início do século XX e qual era o contexto histórico dessa época em que o autor que estudamos produzirá sua obra.

3.2 UM RETRATO DA “CIDADE LETRADA” DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Como já dito, a “cidade letrada” enfrentou a mudança da “modernização” a partir de 1870.

A partir dessa época, começam a penetrar no Brasil várias teorias científicas e de caráter filosófico oriundas da Europa. Dois tipos nos interessam para compreender a formação intelectual da “cidade letrada” nos primeiros anos do século XX: o Positivismo e as teorias raciais.

Quanto ao Positivismo, não é de nosso interesse discorrer longamente sobre esse tema, já que não é o objeto principal de nosso trabalho. Interessa-nos isso sim mostrar porque tal teoria tornou-se bastante atraente aos intelectuais e militares brasileiros.

Bosi (2004, p. 18-19) nos fornece uma explicação resumida sobre as ideias da teoria positivista. Comte, o formulador do Positivismo, formulou uma lei, segundo a qual a humanidade passaria por três estados. O primeiro seria o teológico, que, inicialmente, seria fetichista; depois, politeísta e terminaria monoteísta; o segundo, o metafísico e o terceiro, o positivo. O terceiro estágio foi alcançado graças à Revolução Francesa e à Revolução Industrial inglesa. Sua inauguração, no entanto, só ocorrera graças ao advento da filosofia positivista. No caso da ação pública, era conveniente a integração dos indivíduos sob um regime republicano em que as classes sociais mantivessem um relacionamento harmônico, enfim, um regime sob o comando dos ricos chefes industriais, que zelassem, via

administração pública, pelo bem-estar dos mais pobres. Essa descrição deixa bem claro como o ideário positivista ainda hoje tem ecos na política brasileira.

Os lemas propostos pelo Positivismo eram, portanto, três, dispostos em ordem sequencial: o Amor por princípio, a Ordem como base e o Progresso como finalidade.

Esse simples resumo nos demonstra o porquê do interesse da “cidade letrada” ligada ao poder e dos militares. Tratava-se de uma proposta que mantinha os domínios da elite, enquanto propunha uma atitude passiva do povo, sempre à espera da benemerência do poder. Mantinha-se assim a “disciplina”, tão amada pelos militares através dos tempos.

Feitas essas observações, podemos tratar agora dos temas raciais que aqui entraram.

Antes de falar das teorias em questão, queremos, no entanto, discorrer um pouco a respeito da forma como o ideário europeu foi aplicado em nosso país, para que, assim, possamos entender sua aplicação no Brasil.

Sodré (2004, p. 527-528) destaca, frequentemente, a cópia de modelos europeus em terras tupiniquins, denominando-a de “transplantação”. Esse processo é assim descrito pelo estudioso:

No quadro da estrutura colonial – que avança além do período colonial – a imitação, a cópia, a aceitação dos postulados externos sem exame, tudo aquilo que englobamos no conceito de transplantação, abrangendo desde instituições até idéias (si) literárias, e usos, hábitos, e costumes, não era uma escolha, era o único caminho. (grifo nosso).

No rastro de Sodré, Skidmore (1976, p. 13) cita que “o pensamento racial que gerava discussão aberta na Europa [...] chegava no Brasil via de regra sem nenhum espírito crítico.”

Sodré considera, portanto, que há uma cópia pura e simples das teorias europeias, o que se denota claramente no termo escolhido por ele para denominar esse processo: transplantação. Ora, o termo transmite a ideia de tirar uma árvore de determinado lugar e colocá-la em outro. É lógico que, nesse trajeto, a árvore não sofre modificações. Se associarmos árvore à ideia, o conceito de Sodré faz crer em uma simples transposição do ideário europeu para dentro do Brasil, sem que sofresse modificação alguma.

O próprio pesquisador, no entanto, por meio de sua obra contesta tal

conceito. Se examinarmos seu estudo a respeito do Naturalismo, veremos que os conceitos dessa escola sofreram adaptações ao entrar no Brasil, gerando uma prática bem diferente daquela que se encontrava em solo europeu. Nem seria possível uma “transplantação”, tendo em vista, os diferentes contextos abrangidos.

Assim, o emprego do termo “transplantação” não gera um conceito apropriado sobre o relacionamento intelectual entre Brasil e Europa em fins do século XIX e princípio do século XX.

No caso das teorias raciais, uma forma interessante de analisar essa relação nos é apresentada por Lília Moritz Schwarcz (1993, p. 42) em *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. Ela chama a atenção para a “importação seletiva”, que procura adaptar-se às necessidades de apoio intelectual que a elite tinha para o seu ideário racial. Essa necessidade tinha a ver com um paradoxo quanto ao futuro do país com que se debatia a elite e seus parceiros da “cidade letrada”. As teorias em voga na época condenavam a mistura racial e pintavam um futuro sombrio para as nações em que isso ocorria, caso do Brasil. Para as elites, o discurso discriminador de tais teorias interessava para a manutenção do *status quo* oriundo do colonialismo e que permitia elevar a seus membros e diminuir os integrantes dos extratos populares, gerando, assim, uma justificativa para sua dominação. Por outro lado, pintavam um futuro em que se não vislumbrava nenhuma esperança ou perspectivas de progresso.

A solução foi a combinação de duas teorias diferentes: a darwinista social e a perspectiva evolucionista e monogenista. Do darwinismo social aproveitou-se o conceito da diferença entre as raças e da existência de uma suposta hierarquia entre elas. Por outro lado, do evolucionismo social destacou-se o conceito, segundo o qual, as raças humanas estavam em constante evolução e aperfeiçoamento, retirando-se, é claro, a ideia da origem única. Estava montada, assim, a teoria racial ideal para as necessidades do Brasil da época do ponto de vista da classe dominante. (SCHWARCZ, Lília M., 1993, p. 18).

O aperfeiçoamento viria através do “branqueamento” da população, que se tornaria possível graças à miscigenação. Daí, uma das causas do incentivo à entrada de imigrantes no país. Eles seriam de ajuda para acelerar o processo de “branqueamento”.

A literatura cumpre importante papel na introdução de teorias científicas, destacando-se o fato de que a moda científicista entra no país mais

diretamente por meio da literatura que através da ciência. (SCHWARCZ, Lília M., 1993, p. 32).

No rastro da introdução de novas ideias, no campo político, florescem os movimentos abolicionistas e republicanos, que desembocam na Lei Áurea (1888) e na Proclamação da República (1889), movimentos em que muitos intelectuais tiveram participação ativa.

No caso da Proclamação da República, ela parecia significar a realização de um sonho, que haviam acalentado e para cuja concretização eles contribuíram como valorosos militantes políticos. Na visão de tais elementos, a república seria um instrumento que promoveria o progresso material e cultural da nação, igualando-a às nações europeias. É claro que nessas reformas, a classe letrada esperava ser ouvida e ter maior participação política. Em outras palavras, por detrás desse interesse supostamente patriótico e idealista, estava também o desejo de aumentar o poder que já possuíam. Dessa forma, inicialmente, deram apoio entusiástico ao novo regime. Mas as coisas não tomaram o rumo esperado. As mudanças tão sonhadas não vieram. Ao invés disso, persistiam velhos problemas como disputas ferozes por cargos e mordomias e uma crassa corrupção. Diante desse quadro, a desilusão tomou conta da maioria dos intelectuais, que passaram à oposição, durante o governo Floriano. Essa oposição ao poder tornou-os alvos de feroz perseguição política, que os empurrou para uma posição social marginalizada, em que enfrentaram sérias dificuldades econômicas. Essa situação será aproveitada por Lima Barreto em seu romance mais famoso, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Como se vê, desilusão de intelectuais com supostos “salvadores da pátria” não é algo novo na história brasileira.

Essa situação sofreu, no entanto, uma reviravolta, relacionada aos desdobramentos advindos da solução de duas graves crises que acometeram o país nos primeiros anos da República: a política e a econômica.

No campo político, embora o republicanismo houvesse aparentemente vencido, estava dividido em duas alas que se digladiavam ferozmente. De um lado, estava a tendência republicana conservadora, reforçada pela adesão maciça de ex-monarquistas. Como o próprio nome sugere, essa tendência não desejava grandes mudanças. Assim sendo, foi mais do que natural a adesão a essa corrente dos ex-monarquistas, que nutriam o mesmo pensamento.

Abrimos parênteses aqui para destacar como a política brasileira continua a mesma com nossos políticos sempre buscando um jeito de se aproximar do poder, mesmo que para isso tenham de renegar ou “apagar” tudo em que acreditavam. Leia-se que esse posicionamento infere fazer pequenas concessões para evitar mudanças radicais. Em outras palavras, como diz o ditado “vão-se os anéis, mas ficam os dedos”. Do outro lado, estava a tendência radical, ligada ao positivismo e que encontrava forte aceitação entre os militares, que se propunha a transformações mais radicais. Além disso, partidários do antigo regime monárquico ainda davam sinal de vida.

Na área econômica, o governo enfrentou, inicialmente, o problema do Encilhamento, que foi uma medida tomada pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, no ano de 1890. Tratava-se de uma permissão para que os bancos do país emitissem grandes quantidades de moeda. O objetivo era estimular o crescimento econômico e acelerar o desenvolvimento da indústria brasileira.

O plano, porém, não funcionou, porque os bancos começaram a emitir quantidades de dinheiro maiores do que o necessário. Além disso, de olho nesse dinheiro gerado através dos bancos, alguns criaram empresas fictícias para obter crédito fácil.

Em 1890, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro a especulação cresceu vertiginosamente. Ações eram compradas na baixa a preço de banana e vendidas, posteriormente, a preços exorbitantes.

O Encilhamento e as operações especulativas que se seguiram a ele resultaram no empobrecimento de tradicionais membros da velha elite e no enriquecimento de arrivistas, aventureiros que se lançavam com afã às operações e negociatas sujas. Carvalho (1987, p. 20) revela-nos que, de acordo com um jornal da época, quase todo o tipo de pessoas investiram nessa espécie de negócio. Dentre os jogadores estavam negociantes, médicos, juristas, funcionários públicos e corretores. Eles investiam dinheiro próprio ou alheio, obtido através das diferenças de ágio. Além deles, os fazendeiros do estado do Rio de Janeiro também se lançaram a essa aventura financeira.

Essa operação econômica mal sucedida gerou como consequência um aumento da inflação e dos preços dos produtos importados, que constituíam a maioria dos consumidos no Brasil, graças ao aumento da demanda entre os novos ricos. O encarecimento dessas mercadorias continuou nos anos a seguir, como

resultado da queda do câmbio (desvalorização de nossa moeda em relação às demais). Além disso, registrava-se muita dificuldade em administrar nossa dívida externa.

Na refrega política entre republicanos, a vitória coube aos moderados, ou seja, aqueles que não pretendiam mudar grande coisa. Por conta disso, instaurou-se a República dos Conselheiros, assim denominada por contar com a participação de políticos egressos do antigo regime monárquico, como Rui Barbosa, Rodrigues Alves e o Barão do Rio Branco, dentre outros. Ou seja, a máscara era nova, mas a face era velha. A eles associar-se-iam os novos-ricos, que haviam saído vencedores na crise econômica. Donos do dinheiro, desejavam agora acesso ao poder político. Apoderaram-se, então, dos cargos de poder decisório no governo. Moura (1983, p. 11) nos mostra que essa minoria empregará o governo como massa de manobra para atender aos seus interesses particulares. Assim sendo, eles deixarão sua marca na ordem que se criava, assinalando o novo sistema de governo com o timbre definitivo do arrivismo sôfrego e incontido. (SEVCENKO, 1989, p. 26).

Os novos donos do poder constataram logo duas necessidades. A primeira era obter estabilidade política. Para isso, seria necessário controlar as agitações que aconteciam em todo o país, inclusive na capital. A solução foi a formação de um novo arranjo de poder. Com esse objetivo, o presidente Campos Sales, em 1900, fez uma aliança com as oligarquias estaduais. Os chefes políticos estaduais escolheriam os deputados que quisessem e o governo central legitimaria os diplomas desses deputados. É claro que, em troca, os mandatários estaduais tinham que dar apoio irrestrito ao governo federal. Tal apoio dava-se por intermédio do chamado “voto de cabresto”, aquele em que o leitor via-se obrigado pelo chefe político da região a votar em quem a autoridade desejasse. Em acréscimo a isso, a fraude eleitoral era enorme incluindo, por exemplo, voto duplicado de um mesmo eleitor ou de eleitores mortos.

A segunda necessidade envolvia encontrar um remédio para a grave crise financeira. Para isso, Sales renegociou a dívida externa, com pagamento para longo prazo, além de taxar fortemente os bens de consumo. Assim, “empurrou com a barriga” o pagamento, deixando para as gerações futuras o ônus da dívida. Uma solução, portanto, temporária. Já a taxação, como verificamos, continua sendo um instrumento muito eficaz no controle econômico até hoje.

Solucionadas essas questões, a nova elite dominante vislumbrava a possibilidade de realizar as modificações que, em sua opinião, possibilitariam ao país atingir o progresso.

Ao invés de criar seu próprio modelo, a elite revelou seu lado colonizado ao propor uma sociedade atualizada segundo os padrões europeus. (FIGUEIREDO, 1995, p. 28).

Mas, para utilizar a célebre frase de Carlos Drummond de Andrade, “no meio do caminho tinha uma pedra”. A “pedra” em questão eram as velhas estruturas concretas e simbólicas originárias do império. Fazia-se necessária, então, uma regeneração ou reforma dessas velhas estruturas, tanto do ponto de vista espacial, quanto cultural e social.

Dois motivos animavam essa reforma: o desejo de adaptar as estruturas existentes para o usufruto da nova burguesia e o de criar uma imagem de modernidade que causasse impressão favorável aos estrangeiros que desembarcassem na cidade.

Sevcenko (1989, p. 30) alista quatro pontos fundamentais que orientaram os rumos dessa mudança. O primeiro envolvia a condenação de quaisquer hábitos ou costumes que estivessem ligados às sociedades mais tradicionais. O segundo, por sua vez, englobava a negação de todo e qualquer elemento que fizesse parte da cultura popular e pudesse “suja” a imagem civilizada da sociedade dominante. Assim, a seresta, o violão, a boemia, o carnaval, a Festa da Penha, o candomblé, dentro outros, tornaram-se alvos de campanhas sistemáticas de condenação via órgãos de imprensa e alguns deles também de repressão policial. O terceiro girava em torno de uma política de expulsão dos grupos de extrato popular do centro da cidade (pobres, mestiços e negros), que ficaria apenas para desfrute dos mais ricos. Por fim, o último ponto envolvia um europeísmo muito agressivo, que se identificava profundamente com a vida parisiense.

Essa prática é a mesma empregada pelo colonialismo, em que se cria artificialmente uma diferença hierárquica por meio do rebaixamento ou negativização daquele a quem se deseja dominar. O contraponto aqui se verifica entre o modelo branco e europeu e o modelo nacional e nativo, com valorização do primeiro e desvalorização do segundo. Com isso, podemos perceber a permanência de certas características do colonialismo mesmo após a independência de uma

nação via classe dirigente.

Raciocinava-se, então, que uma cidade civilizada tinha de ser, obrigatoriamente, uma cidade higiênica. (MOURA, 1983, p. 31). Para atingir essa meta, ao invés de tentar as melhorar as condições de vida dos mais pobres, a elite resolveu pura e simplesmente se livrar deles. Algo semelhante ao que acontece hoje quando uma cidade manda seus mendigos para outro lugar. Desse pensamento resultou a destruição de casarões coloniais, cortiços, restaurantes populares e pensões baratas da área central, no que veio a ser denominado de “bota abaixo”. Constatamos, assim, dois tipos de assepsia: uma de cunho físico e outra de cunho sociocultural. Tal “limpeza” foi promovida pelo prefeito Pereira Passos, no ano de 1904. Os desabrigados foram obrigados a abandonar o centro da cidade. Alguns optaram por ir morar em locais longe do centro, os chamados “subúrbios”; já outros preferiram permanecer no centro, ocupando os morros íngremes que havia em volta da cidade, construindo, o que veio a ser denominado de “favela”. Em substituição às edificações destruídas, construíram-se largas e arborizadas avenidas enfeitadas por edifícios dotados de moderno traçado arquitetônico. Esse era o tom da nova imagem do Rio, baseada no modelo da Paris reformada pelo prefeito Haussman, em 1875. Paris, aliás, se tornaria o modelo não apenas no quesito arquitetura, mas na importação de tudo que fosse considerado superior ao seu similar nacional: da literatura à roupa, do ideário político a um jardim público. (LIMA, Elizabeth Gonzaga de, 2001, p. 7). Nesse aspecto, a classe dominante assume sua face de colonizada ao aderir a um modelo europeu. Por outro lado, a forma como exerce o poder internamente revela que ocupou o espaço do colonizador, utilizando várias estratégias de domínio empregadas por esse.

Nessa cidade modificada, dois são os cenários frequentados pelos membros da “cidade letrada”. De um lado, a Livraria Garnier, que era frequentada pelos consagrados; de outro, os cafés, que serviam de trampolim para os mais novos. (SEVCENKO, 1989, p. 119)

Os novos cenários da cidade provocaram mudanças nas relações sociais, nos ideais éticos e nos gostos quanto à leitura e à moda. Quanto à última, evidenciou-se nela a mesma preocupação com a fachada, que se verificou com relação à cidade. Uma bela cidade reclamava habitantes bem vestidos. Na moda masculina, valorizava-se, então, o *smart*, o sujeito elegante segundo o figurino francês. A moda feminina seguia o mesmo caminho. Cabe ressaltar aqui que esses

burgueses vestiam-se na verdade com o que sobrava dos estoques europeus ao final das estações, tornando-se um lucrativo mercado consumidor para as quinquilharias europeias, especialmente as francesas. A última moda adquirida era mostrada nos passeios exibicionistas pelas largas e enfeitadas avenidas cariocas. A aparência elegante transformou-se em um meio de distinção social. “O monge era julgado pelo hábito”.

A cidade e a roupa bonitas não eram suficientes para uma boa ostentação. Era necessário algo mais. Esse algo mais tinha que ver com os títulos altissonantes. Uma das formas de distinção social era a obtenção do título de “doutor”, que se transformou, aliás, em uma escada para mudança de status, que conduzia ao nível mais alto do sistema, o que gerava a obtenção de prestígio e fama. (BRAYNER, 1973, p. 79). Em acréscimo a esse, havia ainda os títulos honoríficos como o de “comendador”, que foram criados para substituir os velhos títulos de nobreza, que haviam desaparecido com o Império. Os felizes possuidores de um ou mais desses meios de distinção poderiam se valer da “cavação”, uma forma de viver irregular, sustentada pelo erário público. Essa cavação consistia na obtenção de cargos públicos que lhe rendiam polpudos salários, obviamente via nomeação para “cargos de confiança”.

Nos jornais, os cidadãos da “nova” capital davam preferência à reportagem, à entrevista e ao colunismo, onde havia sugestões para um bem vestir, como em “O binóculo” do jornal *Gazeta de Notícias*, coluna assinada pelo figurinista Figueiredo Pimentel. As revistas fartamente recheadas de belas fotos e ilustrações e que tratavam de assuntos mundanos também atraíam a atenção desse público.

No campo ético, as regras morais tradicionais deixaram de vigorar e predominaram a cobiça e o egoísmo, refletindo a influência arrivista da elite que chegara ao poder. O que importava era vencer, conquistar, não importando qual fosse o preço a pagar. Nas relações sociais, dissolviam-se as formas tradicionais de solidariedade social, como as relações familiares, entre vizinhos ou membros de uma mesma comunidade. Os padrões econômicos e mercantis tornavam-se os parâmetros para esse tipo de relação.

Mas se o centro da cidade era assim. Como viviam os cidadãos que estavam à sua margem?

Enquanto os burgueses desfilavam com sua elegância e seus títulos pelo centro, a caminhar entre prédios novos, imponentes e limpos, os mais pobres

viviam seus “infernos sociais”, expressão cunhada por Alcindo Guanabara e que bem descrevia a situação dos menos afortunados. As reformas preocuparam-se em atender aos valores civilizatórios da burguesia arrivista, mas não consideraram e nem levaram em conta os problemas das classes populares. (MOURA, 1983, p. 32). Essas enfrentavam problemas no que diz respeito à moradia e ao emprego. Quanto à moradia, as opções eram três: a mudança para a periferia, enfrentando os custos e os problemas do transporte coletivo; para as favelas, nos morros próximos do centro, vivendo em moradias construídas em chão de terra batida e parede de barro ou improvisadas com latas de querosene ou tábuas de caixote (MOURA, 1983, p. 39), sem água, luz e esgoto; ou permanecer apinhados nas velhas moradias coletivas da área central que restavam. Isso não importava ao poder público, desde que tais pessoas não “poluissem” o centro com suas habitações e se mantivessem longe do olhar dos visitantes.

Já com relação ao emprego, havia grande carência de colocações. Assim, eram obrigados ao exercício dos chamados “biscates”, os subempregos. Acresça-se, a isso, o risco de uma possível prisão por vadiagem devido ao exercício das chamadas “profissões de miséria”, como as dos “cavaqueiros”, que revolviam o lixo em busca de objetos vendáveis; dos “tatuadores” ou dos “vendedores ambulantes” de orações ou de literatura de cordel, dentre outras. Essa descrição feita por Lima Barreto quase cem anos atrás nada difere da situação de miséria que muitos enfrentam no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil de hoje.

A obra de remodelação de Passos teve sua continuidade e conclusão no governo de Carlos Sampaio (1920-1922), que pôs abaixo o Morro do Castelo e a Misericórdia, duas das áreas proletárias que haviam sobrevivido ao “bota abaixo”, para “embelezar” a cidade com o fim de sediar os pavilhões da Exposição em Homenagem ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil. (BOTELHO, 2001, p. 97-98).

Resende (1993, p. 109-111) nos descreve o Rio de Janeiro como uma cidade “quebrada” em espaços diversificados, que guardavam enormes diferenças entre si. As diferenças eram tão grandes a ponto de fazer crer que se via não a mesma cidade, mas duas cidades diferentes. Resende as nomeia como “cidade real” e “cidade ideal”. A “cidade ideal” era a dos cartões-postais ou das fotografias das revistas ilustradas, ou seja, o centro reformado da Capital, que passava uma imagem asséptica, branca, europeia e elegante. Em contrapartida, “a

cidade real” era a dos trabalhadores e dos mais pobres. Ela abrangia desde os morros ocupados do centro e seus casarões tipo cortiço até os subúrbios. Era a face não desejada da cidade amante, que se tentava esconder a todo custo.

O que dizer dos escritores que compunham a “cidade letrada”? Que lugar eles ocupavam nessa nova sociedade em que a “fachada” era importante?

É fácil entender o seu papel, quando lembramos que essa era uma sociedade do enfeite, enfeite na roupa, na arquitetura da urbe e até nos títulos. Nesse sentido, eles se enquadrariam como mais um enfeite necessário, na medida em que contribuíam para consolidar a imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu incondicional. (SEVCENKO, 1989, p. 94). Figueiredo (1995, p. 28) assemelha-os a uma moldura necessária à imagem dessa nova sociedade europeizada. Por conta disso, o Barão do Rio Branco, quando nomeado para o Ministério das Relações Exteriores, resolveu convidar intelectuais respeitáveis ou mesmo aqueles que fingissem sê-lo (já que a aparência tinha mais valor que a essência) para ocuparem cargos na administração pública e no serviço diplomático. Acontecia, assim, a chamada “cooptação” dos intelectuais, colocando-os sob a tutela do poder público. O objetivo dessas nomeações era o de provocar impressões favoráveis lá fora. (BROCA, *A vida* 1975, p. 157). O acesso a tais cargos cobiçados dependia do grau de relações sociais que o pretendente poderia mobilizar (o “pistolão”). Nestes órgãos, a qualidade dos cargos e funções era determinada, primariamente, pelo nível de apoio oligárquico recebido, ficando o talento e a inteligência relegados apenas a valores ornamentais. (FIGUEIREDO, 1995, p. 28). Além disso, via Ministério das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco exercia a função de uma espécie de “mecenas” em relação aos grandes nomes da literatura nacional. Assim, o Estado oferecia proteção a organizações culturais e institutos superiores, dentre os quais a Academia Brasileira de Letras. Dentre os intelectuais que se valeram da proteção do Barão pode-se mencionar Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Martins Júnior, João Ribeiro, Aluísio de Azevedo, José Veríssimo, Olavo Bilac e Coelho Neto, dentre outros. Um caso estranho de proteção foi o de Euclides da Cunha, que, por ser um mestiço indígena, foi preterido para uma nomeação para um cargo diplomático, recebendo, porém, apoio para uma expedição de estudos ao norte do país.

À primeira vista, pode-se ter a impressão de que tais intelectuais “rezaram” exatamente de acordo com a cartilha governamental. O que não é

verdade. Nota-se uma variação de comportamento, que vai desde uma adesão total como é o caso de Coelho Neto, até uma discordância irônica como a de Machado de Assis. O que não se nota é uma discordância aberta, fruto, é óbvio, dessa ligação com o poder. Essa situação se assemelha àquela dos escritores do período colonial em que não podiam ou não desejavam ultrapassar certos limites. Esse limite é percebido, por exemplo, na “escrita de entrelinhas” de Machado de Assis.

Alguns desses intelectuais defenderão com ardor o interesse dos grupos arrivistas no que diz respeito às reformas no Rio. Típico exemplo desse comportamento foi o de Olavo Bilac. Celebrando o “Bota-abaixo”, ele assim o descrevia em uma de suas crônicas:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte. (BILAC apud SEVCENKO, 1989, p. 31).

Chama a atenção no comentário de Bilac o contraste entre a “velha” cidade, que será destruída, e a “nova”, que surgirá em seu lugar. À velha cidade associa-se o atraso, a sujeira e um emperramento ligado à manutenção das velhas tradições. À nova, a higiene, o bom gosto e a arte. Lendo-se o texto de Bilac, que reflete o discurso dominante, têm-se a impressão que a reforma fez ruir as velhas estruturas coloniais. À primeira vista, portanto, pode parecer um discurso anticolonial. Mas é preciso lembrar que a revolta dirige-se à herança colonial portuguesa, enquanto que as estruturas culturais que se pretende implantar estão ligadas ao modelo francês, portanto, ainda tributárias de um modelo eurocêntrico.

O apoio entusiástico de alguns intelectuais a essas reformas explica-se pelo fato de que muitos deles pertenciam a geração de 1870, que condenava a velha sociedade imperial e que via nessas transformações propostas uma forma de conseguir enterrar de uma vez por todas essa sociedade.

Como se vê, alguns integrantes da “cidade letrada” deixaram-se influenciar pela onda de modernidade que havia invadido a Capital. Miguel-Pereira (1973, p. 260) destaca uma frase que marcou o comportamento dos escritores e intelectuais da época: “o Rio civiliza-se”. Em outras palavras, “o Rio europeíza-se”.

Para a autora, o meio intelectual foi invadido por uma atitude de cosmopolitismo. Esse termo, aliás, sugere-nos um questionamento. Cosmo significando “mundo” pode representar, à primeira vista, uma abertura para modelos oriundos de várias partes do mundo. Não é isso o que acontece, havendo um interesse apenas pela Europa. Logo, seria, na verdade, um “europeísmo”, termo que se ajusta melhor à situação daquela época. No aspecto interno, se acentua ainda mais a sensação de superioridade em relação ao meio nativo, enquanto se exalta o espírito francês. Os escritores nutrem especial amor pelos salões, local em que “brilham” ou desfilam sua erudição e inteligência, para diversão dos mais ricos. Em termos de analogia, tais escritores exercem o papel de uma espécie de “bobo da corte” para os novos “monarcas”.

A razão do divórcio entre povo e literatos e a aproximação desses com a elite estava ligada à própria estrutura social da nação, conforme depoimento de José Veríssimo. Comentando sobre a situação educacional do Brasil da época, Veríssimo (apud SEVCENKO, 1989, p. 88) revela que o número de analfabetos no Brasil, no ano de 1890, segundo a estatística oficial, era de 12.213.356. Na época, a população era de 14.333.915 habitantes. Proporcionalmente, apenas 16 ou 17 entre 100 brasileiros ou habitantes do Brasil sabiam ler. Ora, esse fato mostra que não havia um público leitor que se interessasse por literatura e a consumisse. Conforme pudemos perceber, o meio não possibilitava a nossos escritores alcançar o prestígio social e, como consequência, a fortuna material que obtinham seus colegas na Europa. Era impossível, portanto, viver somente de literatura no Brasil da época. Além disso, como a maioria dos leitores fosse da classe dominante, é lógico que grande parte dos escritores optasse por uma proximidade maior com eles, o que lhes permitia o acesso a regalias e honrarias sedutoras. Para isso, no entanto, tinham de satisfazer os desejos de seu público alvo. Como esse se voltasse para a cópia de modelos estrangeiros, os escritores adotavam também esse caminho. Essa simbiose elite/escritores gerava o já mencionado afastamento em relação às classes populares. Assim, tanto os membros da elite quanto a maioria da intelectualidade achavam-se superiores à maioria da população pobre e mestiça, uns “estrangeiros” em sua terra natal, e assinalavam essa diferença pela adoção de costumes “civilizados”, que, naturalmente, se encontravam nas nações europeias.

John Carey, em seu livro *Os intelectuais e as massas: orgulho e preconceito entre a intelligentsia literária, 1880-1939*, relata como intelectuais

ingleses execravam o crescimento das sociedades de massa, deplorando o “homem comum”, o subúrbio e a classe média. Por outro lado, promoviam uma aristocracia natural e a cultura da classe mais alta. (SAID, 2005, p. 13). Como se vê, pelo menos nesse aspecto, alguns intelectuais brasileiros podiam se proclamar idênticos a certos colegas da Europa.

Deve-se, contudo, se destacar que havia certa diferenciação entre a elite e a “cidade letrada”, que se unira a ela. Se do ponto de vista econômico, a elite encontrava-se em vantagem, do ponto de vista intelectual, a balança pendia para o lado dos letrados. Diante disso, os últimos julgaram-se no direito de se transformar em orientadores intelectuais desse público burguês, junto ao qual faziam tanto sucesso. O meio empregado para isso eram os jornais e revistas mundanas. Assinando colunas nesses veículos, eles ofereciam conselhos que iam desde o bom uso da língua vernácula até orientações no campo da moda, da política e da culinária. Eram as “orientações de perfumaria”, que, no fundo, auxiliavam a melhorar a aparência de civilizada da nova classe dominante. Um bom exemplo dessa influência é o do já citado Figueiredo Pimentel. Outro meio de orientação eram as conferências pagas. Nesse caso, o que importava mais era a “maquiagem” via floreios verbais do que uma análise mais aprofundada de certo tema. O “falar bonito” perfumava os salões floridos da Belle Époque brasileira. Ora, nada distorce mais o desempenho público do intelectual do que floreios retóricos. (SAID, 2005, p. 12). Daí, essa atuação dos intelectuais se mostrar tão distante da realidade que os cercava.

Nesse contexto, a literatura transformou-se no “sorriso da sociedade”, expressão cunhada por um dos autores desse grupo, Afrânio Peixoto. Em outras palavras, tratavam de produzir obras amenas que reproduziam as influências do meio social em que viviam e que serviam apenas para provocar o “sorriso” da sociedade. Essa literatura é pintada por Facioli (1985, p. 8) como preocupada apenas em agradar os mais ricos por “escrever bonito”, fundada em convenções literárias e éticas do agrado da elite e veiculando banalidades amenas. Era a literatura do bom-tom, da compostura (tanto na linguagem, como na moral), que falava apenas dos ‘problemas’ de certas camadas sociais como se esses atingissem todo o país. Em outras palavras, o povo estava excluído dessa literatura, pois não interessava como assunto às elites.

Quanto à linguagem, o período era dominado por duas vogas

literárias. A primeira centrava-se em um parnasianismo oco e ressonante, representado por um formalismo exacerbado e que tinha na figura de Coelho Neto, seu maior representante. A segunda era uma linguagem difícil, que representava o “clássico” e que se esmerava no uso de figuras que provocassem efeito, o que resultava em composições calcadas em um linguajar incompreensível e de mau gosto, que agradava somente políticos, bacharéis e alguns intelectuais. (SEVCENKO, 1989, p. 165). Percebe-se facilmente que a diferença entre elas não era grande: as duas eram incompreensíveis e “floreadas”.

Com relação à linguagem de uso de intelectuais, Said (2005, p. 39) destaca que a tendência em sua comunidade linguística é a de conservadorismo, ou seja, busca-se preservar o *status quo*. Devido a essa atitude, sua linguagem é cheia de clichês, metáforas gastas, textos preguiçosos. O uso da língua gera, assim, um efeito anestésico, que contribui para a aceitação passiva de ideias e sentimentos.

Atender aos anseios da elite resultará em grande prejuízo para a literatura da época. Sevcenko (1989, p. 98), ao analisar a produção literária de então, denuncia um processo de enfraquecimento. Os romances são muito semelhantes, devido à repetição de um número limitado de clichês, que mudavam apenas na ordem e no arranjo em que apareciam. O mesmo processo se verificou também no campo poético. Nessa área, há uma inundação de sonetos que descrevem cenas domésticas, paisagens, mulheres, animais, casos históricos, marinhas, luas, naturezas mortas, lances amorosos, que compõe uma galeria de quadros em verso, muita perfeitinha e bem arranjada, mas que não possui emoção, ideia, pensamento e nem arte. Ela é marcada pelo maneirismo, o artifício e o uso da fita métrica. (SCHWARCZ, Roberto, 1977, p. 217). Cândido (2000, p. 113) descreve-a como uma literatura satisfeita, em que não há angústia formal, nem rebelião ou abismos, ou seja, uma literatura “acomodada”, que poderia comparar-se a um riacho de águas estagnadas. A única angústia é a de não parecer de todo europeia.

Os praticantes desse tipo de literatura, aliás, viam-se como uma minoria criativa que sustentava padrões culturais num posto avançado da civilização europeia. (SKIDMORE, 1976, p. 108). Alguns até mesmo profetizaram que essa dependência seria eterna, como Bilac, que declarou: “o nosso espírito ainda é, e creio que sempre será, um prolongamento do espírito francês.”

Outra marca literária desse período é a constante presença da Grécia nos textos produzidos. É interessante recordar que a civilização grega

sempre serviu de modelo para os europeus e as burguesias colonialistas que os sucederam em alguns países. Frantz Fanon (1990, p. 36) alerta que, na mente dos intelectuais colonizados, as qualidades essenciais permanecem eternas apesar dos erros que alguns homens podem cometer. Essas qualidades estão no Ocidente, é claro. Tais ideias encontram-se tão profundamente arraigadas nas mentes desses intelectuais, que é possível sempre encontrar algum defensor vigilante pronto a defender o pedestal greco-romano dos ataques bárbaros. Os membros da “cidade letrada” que primavam pela imitação enquadram-se com perfeição no quadro pintado por Fanon, como nos mostra a visão que tinham de si mesmos.

Comentando sobre essa mania helenística de nossas letras, Broca (1975, p. 102- 104) explica que:

No mais, a Grécia triunfou plenamente em nossas letras até a guerra de 1914, pelo menos. [...] Era geralmente uma Grécia de cartolina, puramente decorativa, nada tendo de comum com o verdadeiro espírito helênico que dominava por toda a parte. Dela usou e abusou, como todo mundo sabe, Coelho Neto, decerto um dos maiores responsáveis pela propagação dessa mania. Mas foram muitos os culpados. João do Rio, cujo brilho do estilo mal disfarçava a cultura apressada e superficial, citava a todo momento Sófocles, Eurípides, as eumênides, etc.; e ao descrever, por exemplo, numa emocionante evocação, a ‘tragédia da Rocinha’ – um homem enterrado no fundo de um poço e morrendo aos poucos, sem que ninguém pudesse socorrê-lo – não deixava de carregar em Ésquilo e outros ingredientes gregos. [...] em 1900, [...] Bilac já se deslumbrava à grega com o espetáculo das regatas em Botafogo. [...] A emoção sacode o povo aglomerado na praia, acompanhando nervosamente a disputa. [...] É o bastante para que o poeta, caindo em si, estabeleça logo a relação fatal: ‘Meninos! Foram músculos como esses que ganharam a batalha de Salamina!... [...] a gente moça de Atenas, a ousada gente de Temístocles tinha os músculos e a coragem, que ides agora adquirindo’. [...] Até Euclides da Cunha, fazendo timbre de sua barbárie, reivindicava uma origem helênica, julgando-se uma misto de tapuío, celta e grego.

Quanto à causa dessa atração pela Grécia e pela “latinidade”, sua irmã gêmea, Broca (1975, p. 105-106) esclarece que a mania prevalecia há muito entre nós e era um meio, muitas vezes inconsciente, de muitos intelectuais tupiniquins reagirem contra a “mancha” da mestiçagem, escondendo as verdadeiras origens raciais do país e negando, assim, a contribuição do sangue negro. Nossos intelectuais fantasiavam-se de gregos ou latinos, da mesma forma que, os romanos para não serem tachados de bárbaros buscaram meios para se aproximarem dos gregos. Em suma, pintavam-se como civilizados em meio a bárbaros.

Estudando essa questão, Dimas (1983, p. 31) concorda com a opinião de Broca e levanta algumas questões que merecem ser levadas em conta

quando analisamos o comportamento desses literatos:

[...] será que se poderia atribuir o recuo à História eurasiática a um desconhecimento, e conseqüente complexo de inferioridade cultural de nossa própria tradição? Ignorando – ou desprezando? – nosso processo formador, o grosso de nossos ficcionistas de então era incapaz de reorganizá-lo mimeticamente, refugiando-se em tradições alienígenas para superar a ‘vergonha’ da mestiçagem e conferir-se foros de civilização. É claro que sabemos intencional o exotismo parnasiano-decadente, um dos veios constituintes do movimento poético. Mas, no caso brasileiro, a importação desse traço não viria em socorro, ‘por acréscimo’, de um desejo de nivelar-se à Europa? No Brasil, não teria sido acrescentado a esse exotismo o desejo (in)consciente de repelirmos nosso passado e de nos mostrarmos também filiados à cultura clássica (branca)? E, portanto, dignos de participarmos no contexto cultural europeu e dele merecedores?

Paralelamente a essa literatura de cunho urbano e cujo principal tema era a elite e seus problemas, desenvolveu-se outra, voltada para o sertanejo e seu mundo, que Monteiro Lobato denominou de “caboclisto”. Na verdade, esse interesse ligava-se a uma discussão renhida que se travava na época sobre o que seria genuinamente nacional e que refletia a divisão da “cidade letrada” dois polos, que é assim pintada por Antônio Cândido no artigo “Literatura e cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros)”, publicado no livro *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*:

Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos. Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. (CÂNDIDO, 2000, p. 109).

Figueiredo (1997b, p. XXII) define esse debate como sendo parte do conflito do pensador brasileiro, que é intérprete de uma cultura latina, mestiça e tropical em intersecção com a tradição que recebemos do velho continente.

Se alguns na “cidade letrada” se voltavam para a imitação de valores europeus, outros buscavam a raiz do genuinamente nacional. Para esses, o sertanejo e seu mundo representavam indícios de nossos valores rústicos, que não possuíam o artifício dos valores do mundo civilizado. Nesse mundo, imperavam as condições primitivas de existência, com seus habitantes vivendo à mercê da Natureza e de bichos e praticando costumes rudes, longe dos requintes e confortos do mundo civilizado. Como o mundo civilizado estivesse sob influência europeia, o

mundo sertanejo conteria a cultura genuinamente nacional.

O caboclismo pintava o sertanejo como um elemento exótico, idealizando-o tal qual os românticos faziam com os nativos no indianismo. Detalhe curioso: um dos escritores que se aventurou nesse tipo de literatura foi Coelho Neto, que dela utilizou-se nos contos de *Sertão* (1898). Ora, Coelho Neto era um dos mais destacados membros da literatura “sorriso da sociedade”, de cunho eminentemente urbano.

Além do caboclismo, outra tendência aparentemente nacionalista estava em voga na época: o ufanismo nacionalista. Exemplo típico desse ufanismo encontra-se na obra *Por que me ufano de meu país*, de Afonso Celso, publicada no ano de 1902. Analisando esse livro, Dimas (1994, p. 542) nos informa que repunha em trânsito um discurso laudatório utilizado em larga escala pelos românticos e cuja raiz poderia ser encontrada na literatura informativa dos cronistas, em que o Brasil era transformado em um novo Éden.

Seguindo essa linha, escritores famosos como Olavo Bilac e Coelho Neto escreveram obras infantis, cuja finalidade era despertar o amor à Pátria nas novas gerações.

Aqui, surge uma questão: como explicar que autores que enalteciam a importação de modelos literários ao mesmo tempo se dedicassem à escrita de livros supostamente nacionalistas?

O ufanismo apesar das aparências mostra-se tão alienante quanto a literatura “sorriso da sociedade”. Isso ocorria porque destacava apenas os aspectos positivos do Brasil, deixando de lado seus problemas. Fazia isso por meio de uma linguagem extremamente metafórica, sobre a qual falaremos mais adiante ao tratarmos da crítica de Lima Barreto à linguagem empregada em sua época. Dessa forma, não apresentava nenhum perigo para a elite que governava o país.

Em síntese, a literatura da época, em sua maioria, pode ser descrita como “de perfumaria”, ou seja, com muito enfeite verbal e pouca ou nenhuma substância. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 258). É claro que tal literatura, por possuir um aspecto fortemente alienante, contribuía para reforçar o sentimento dos valores sociais vigentes.

A transformação atingia também a relação da “cidade letrada” com o poder. Nessa época, não havia a mesma homogeneidade de outros tempos. Assim como a “cidade real” do Rio de Janeiro se fragmentara, da mesma forma, a “cidade

letrada” sofrera uma quebra.

De um lado, estavam os intelectuais “cooptados” ou “orgânicos”, que serviam aos interesses da classe dominante e eram protegidos por ela; de outro, estavam aqueles que não pertenciam a esse grupo seletivo. Tais grupos também poderiam ser divididos em conformados ou consoantes e inconformados ou dissonantes. (SAID, 2005, p. 60). No primeiro grupo, estariam, é claro, os “cooptados”, aqueles que não possuíam nenhuma incongruência ou sentimento esmagador em relação à sociedade em que viviam; o segundo incluía aqueles que não faziam parte do grupo cooptado e que estavam em conflito com a sociedade, e, em consequência disso, foram excluídos de privilégios, poder e honrarias.

Havia, no entanto, uma divisão dentro do segundo grupo. Nem todos os intelectuais que não entraram para o seletivo grupo dos protegidos pela nova elite o fizeram pelo mesmo motivo. Alguns o faziam por falta de condições de adaptação e outros por apego obstinado às suas raízes, caso, por exemplo, dos simbolistas, nefelibatas, decadentistas e últimos românticos. (SEVCENKO, 1989, p. 104-105). Todos estes se negavam a vender a sua arte aos valores de mercado, fechando-se em suas “torres de marfim”, isto é, trancando-se em seu aristocratismo hedonista. Sobre os simbolistas e sua relação com a sociedade burguesa, Broca (1975, p. 127) ressaltou que tais escritores concordavam em exercer empregos públicos, ensinar, desempenhar a magistratura, etc., mas não concordavam jamais em empregarem nisso sua condição de poetas. Essa permanecia inatingível no altar de sua elevada posição espiritual, pairando acima de todas as pequenezas do mundo material. Por conta dessa condição, muitos se recusavam a se empenhar em certas competições acirradas do dia a dia do campo civil, o que lhes acarretava, em certos casos, severa dificuldade econômica, devido ao fato de serem preteridos em suas justas aspirações a determinados cargos ou relegados ao esquecimento quando tinham de passar na frente de outros ou reclamar direitos. Vale ressaltar que em suas “torres de marfim” também se isolavam do grosso da população e, portanto, ainda que não cooptados pelo poder, nada faziam para mostrar o sofrimento e as dificuldades enfrentados pelo povo.

Assim, tais escritores, em vista da influência do meio burguês, faziam de sua escritura uma forma de protesto particular hermético, acessível, portanto, a um número menor ainda de leitores, e não um meio para tentar provocar uma mudança histórica na sociedade. Em consequência, sua literatura contribuía,

ainda que indiretamente, para a manutenção das ideias já existentes.

Por fim, vamos encontrar um segundo grupo de não cooptados pelo poder. Os autores desse grupo, dotados de um ideal crítico em relação ao modelo social que então imperava, transformaram suas obras em instrumentos de ação, visando mudanças nos rumos da sociedade. Para sugerir caminhos que ocasionassem tais transformações, esses escritores lançaram-se a uma pesquisa aprofundada sobre a realidade nacional. Para Figueiredo (1997b, p. XXI), essa pesquisa levanta questões que visam elaborar um projeto intelectual e estético que dê conta de interpretar a realidade e seus dilemas via literatura.

É dentro deste agrupamento que surgirá o nome de Lima Barreto, sobre o qual falaremos em seguida.

3.3 LIMA BARRETO, A VOZ DISSONANTE NA CIDADE LETRADA DA *BELLE ÉPOQUE*

A Lei Áurea trouxe a libertação aos escravos, mas não significou melhoria de vida para eles. Nos dias seguintes à euforia do 13 de maio de 1888, os ex-escravos depararam-se com um novo desafio: como sobreviver agora que estavam entregues à própria sorte, depois da liberdade recém adquirida? Três eram as opções. A primeira envolvia, quando possível, permanecer na velha condição de agregado ou dependente; a segunda, a queda no lumpem, que crescia à sombra do proletariado de origem europeia e, finalmente, a terceira, envolvia o ingresso na economia de subsistência. (BOSI, 1992, p. 266).

Para que um negro ou mestiço pudesse atingir a condição de agregado, necessitava de reconhecida inteligência ou grande aptidão pessoal. Tais elementos almejavam a chance de obter elevação social via cultura letrada, o tão sonhado título de “doutor”. Para vencer, tinham de combinar talento e apadrinhamento sustentado no momento certo. (BOSI, 2002, p. 188). Essa possibilidade já era vislumbrada na época do Império, como mostram os casos de Machado de Assis, José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama. Esse sistema lembra-nos a situação colonial em que alguns nativos eram escolhidos para serem educados segundo os ditames dos colonizadores. Ora, essa oportunidade abria o acesso desses nativos a novas leituras que os faziam questionar o mundo em que viviam. O mesmo se pode observar no caso de alguns dos beneficiários da condição de agregado, como se pode constatar, por exemplo, no caso de nosso Machado de

Assis, que por conta de suas leituras, criou uma visão crítica e arguta da sociedade de sua época, como se pode perceber em seus escritos.

É por meio do arranjo de agregado que Lima Barreto, filho de um tipógrafo e de uma professora primária, portanto, oriundo da classe média, tentará fazer-se “doutor”, para atender ao grande sonho de seu pai. Talento e inteligência ele possuía e em grande quantidade. Quanto ao apadrinhamento, era afilhado do Visconde de Ouro Preto. Por conta desse desejo, o autor frequentará colégios de conhecido renome e ingressará em 1897 na Escola Politécnica do Rio, visando alcançar o diploma de Engenharia. O convívio nesses ambientes ampliará o universo do autor, que se familiarizou, assim, com o universo da classe dirigente através de amizades e leituras. Ou seja, teve acesso à cultura letrada, o que possibilitou-lhe, mais tarde, o ingresso, ainda que marginal, na “cidade letrada”. Em consequência disso, apropriou-se de maneiras de pensar e sentir que eram estranhas ao seu meio de origem. (MICELI, 2001, p. 35). Esse acesso permitirá a Lima conhecer novas correntes de pensamento e formar seu próprio pensamento crítico sobre a situação de seu tempo.

Mas não foi só a leitura que o ajudou a formar seu pensamento crítico, a observação do que ocorria à sua volta e a sua própria vivência também o auxiliaram. No caso da vivência pessoal, o despertar de Lima começa na Politécnica, onde principiou a atentar para a diferença que o separava de seus colegas mais ricos e brancos e que não havia percebido nos tempos de colégio. Notava como para esses as coisas corriam de forma doce e suave. Eles não possuíam preocupações de ordem material, não tinham que economizar, se vestiam com as melhores roupas e podiam comprar os livros que desejassem. Nem os estudos precisavam levar muito a sério, pois o seu futuro estava garantido por conta das relações familiares, os empenhos, os “pistolões”, que serviriam para lhes abrir as portas do sucesso. (BARBOSA, Francisco de, 1952, p. 94).

Apesar das dificuldades, no entanto, manteve-se durante algum tempo em sua tentativa de ascensão social, que, no entanto, seria abortada, em 1903, pela doença do pai e pela perda da proteção do padrinho rico. Diante de tais contingências, viu-se obrigado a abandonar o curso de Engenharia e entrar para o serviço público em um cargo burocrático, visando suprir suas necessidades e as da família. Nessa fase, deu início às suas contribuições para vários jornais e revistas do Rio.

Essas dificuldades de cunho pessoal servem como base para as situações vividas, mais tarde, por muitas de suas personagens. Numa etapa inicial, elas compartilham dos valores sociais dominantes, impostos pelas classes hegemônicas. Em seguida, tentam satisfazer alguns dos ideais comuns à sociedade urbana, qual seja, a obtenção de um título de doutor e, por consequência, de um emprego estável. Esse objetivo não é alcançado e ocorre, então, a constatação da impossibilidade de satisfazer tais ideais. Isso resulta na tomada de consciência das desigualdades existentes. (RESENDE, 1983, p. 77-78). Cabe ressaltar, entretanto, que não é isso o que ocorre no caso particular de Lima, pois conforme já vimos, mesmo antes de fracassar em sua tentativa de se fazer doutor, já constatara a desigualdade existente. Assim, Lima aproveita não todas, mas algumas de suas experiências pessoais.

O percurso das personagens barretianas assemelha-se bastante ao caminho percorrido pelo colonizado para adquirir consciência de sua situação de subalterno, conforme descrito por Memmi. É verdade que, no caso da colonização inexistente a oportunidade do colonizado se igualar ao colonizador, enquanto que, no regime de classes, é possível a participação num estrato superior, graças à mobilidade social. No entanto, em ambos os casos, a desilusão com a impossibilidade de se alcançar o objetivo proposto é que conduz aquele que o almeja a constatar as injustiças que o cercavam e revoltar-se contra elas.

Semelhante aos seus personagens, Lima torna-se consciente da defasagem entre o mundo ideal, apregoado pelas classes dominantes, e o real em que vivia junto do povo. Abre-se, então, diante o autor uma escolha de vida, escolha a que estão sujeitos muitos intelectuais até hoje. Falando sobre essa decisão, Said (2005, p. 14-16) alista dois tipos de intelectuais. O primeiro é aquele que utiliza o seu trabalho para conferir autoridade às ideias apregoadas pelos que estão no poder e para isso recebem grandes lucros. O segundo é o intelectual *outsider* ou marginal, aquele que preserva sua independência mesmo diante da poderosa pressão das autoridades sociais – meios de comunicação, governos e corporações. Tais intelectuais independentes lutam em nome de grupos desfavorecidos e pouco representados justamente quando a balança pende para o outro lado. Aprofundando-se na análise desse tipo de intelectuais, o estudioso palestino descreve-os como indivíduos com vocação para ser a “voz” daqueles que não tem “voz”, nem que, para isso, tenham de levantar publicamente questões embaraçosas,

confrontar opiniões cristalizadas e dogmas. (SAID, 2005, p. 26). Ele não tem ilusões quanto ao poder de mudanças que reside na crítica desses intelectuais. Sabe que não serão capazes de efetuar mudanças diretas e que, às vezes, servirão apenas de testemunhas de fatos que não seriam registrados. Mas aí julgamos estar exatamente a importância desse tipo de ação, deixar para a posteridade um relato testemunhal de fatos que apresentem o outro lado, o lado não contemplado pela classe dominante e que nos ajuda a ver o reverso da moeda.

Curiosamente, um dos personagens de Lima Barreto enquadra-se perfeitamente nesse perfil: Policarpo Quaresma. Oakley (1997, p. 289-290) atesta isso ao comentar sobre a epígrafe da obra, da autoria do pensador francês Renan, que descreve a figura do “homem superior”, que, segundo seu pensamento, é perfeitamente retratado pela figura do imperador romano Marco Aurélio. Trata-se do retrato de um herói trágico que se sacrifica em uma missão que sabe fadada ao fracasso, a preservação do Império Romano. Policarpo é considerado por Lima um “homem superior”. Dessa forma, se constitui em um intelectual, cujos ideais não podem modificar o destino de sua nação.

No caso de Barreto, a pressão pela escolha do caminho de cooptação é forte. Comentando a respeito disso, Miceli (2001, p. 17) destaca que o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração e as condições necessárias encontravam-se nas mãos das instituições e grupos ligados ao poder, dentre eles, a grande imprensa. Portanto, o caminho da cooptação seria o “caminho das flores”, enquanto que a outra escolha significaria uma “trilha de espinhos”

Diante dessa encruzilhada, o autor negou-se a ser cooptado pela fachada de sonhos oferecida pela Belle Époque aos componentes da “cidade letrada”. Ao contrário, assumiu uma atitude de intelectual independente, integrando, assim, uma minoria que não possui compromisso mais profundo ou durável que os ligue de forma umbilical ao Estado ou às classes dominantes. Queimou, dessa forma, todos os “navios” de oportunidades que se apresentavam ao cooptados para praticar livremente a literatura que desejasse. Devido a isso, pôde se ligar às classes mais populares, dando voz aos seus sentimentos e falando de sua vida. (RESENDE, 1983, p. 74).

A independência do autor era completa, já que se recusava a qualquer espécie de alinhamento:

[...] não obedeco a teorias de higiene mental, social, moral, estética, de espécie alguma. O que tenho são implicâncias parvas; [...] e não em nome de teoria alguma, porque não sou republicano, não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada: tenho implicâncias. (BARRETO, 1961e, p. 277).

Esse não alinhamento permitia-lhe buscar informações nas fontes mais díspares possíveis. Comentando sobre as influências teóricas que o animavam, Sevckenko (1989, p. 189-190) menciona o maximalismo, que absorveu através do sociólogo argentino José Ingenieros, e que lhe interessou por conta da capacidade de realizar o máximo de reformas possíveis. Deste destacou quatro reformas que gostaria de ver no Brasil: o fim do pagamento de juros de apólices, o confisco dos bens das ordens religiosas, extinção do direito de testar e o estabelecimento do divórcio. A esse se juntavam elementos da teoria social reformista francesa, via Lamannais e Anatole France, o anarquismo de Kropotkin e o humanismo russo de fins do século XIX. Por outro lado, inspirava-se também em autores do liberalismo, como: Fénelon, Condorcet, Spencer e Frederic Bastiat. Na opinião de Sevckenko, o autor se identificaria com o liberalismo reformista de cunho marcadamente social, que se constituíra na conjuntura do fim de século europeu, debaixo das pressões das práticas neomercantilistas e da Grande Depressão. No entanto, sua versão mais acabada seria a de um humanista pacifista da Escola de Londres.

Lima Barreto além de não se deixar cooptar pelo poder ou pelas elites, criticou aqueles que assim agiam, como seu colega Coelho Neto, que se dispôs a fazer um discurso por ocasião da inauguração da piscina do Fluminense, clube da elite. Sobre o seu comportamento, ele assim se pronunciou: “O sr. Neto esqueceu-se da dignidade do seu nome, da grandeza de sua missão de homem de letras, para ir discursar em semelhante futilidade. Os literatos, os grandes, sempre souberam morrer de fome, mas não rebaixavam a sua arte para simples prazer de ricos.” (BARRETO apud BARBOSA, Francisco de, 1952, p. 275).

Este espírito de independência criou no escritor o desejo de reavaliar posicionamentos sociais e culturais: “É chegada, no mundo, a hora de reformarmos a sociedade [...]. [...] temos de rever os fundamentos da arte e da ciência.” (BARRETO apud BOTELHO, 2002, p. 66).

O desejo de reformas que julgava advir da influência literária orientou suas escolhas estéticas e temáticas, que, por fim, o colocaram em rota de colisão com o tipo de literatura que então predominava. Ao invés de seguir a trilha

da carreira habitual na literatura, optou por estar à margem, buscando algo de novo. Esse algo de novo significava revisar os fundamentos literários e trabalhar com uma nova forma de expressão, novos temas e tratamentos dispensados a esses temas. Ele julgava que o modelo de literatura predominante então deveria ser abandonado. O modelo a ser abandonado é aquele que fechava os olhos aos problemas do grosso da sociedade, atendo-se às questões da minoria, a literatura “sorriso da sociedade”. Para substituí-lo, sugere uma literatura “[...] cheia de preocupações políticas, morais e sociais [...]” (BARRETO apud ALEX, 1990, p. 45).

Esse desejo é expresso claramente na apresentação da revista *Floreal*, por ele criada em 1907 e que teve duração efêmera:

[...] na época de vida que atravesso, o inquieto pode bem vir a ser o lutador e o combatente, tais sejam as circunstâncias que o solicitem. Eu as desejo favoráveis a essa útil mutação de energia, para poder levar adiante este tentamen de escapar às injunções dos mandarinatos literários, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte que nos comprimem de modo tão insólito no momento atual. (BARRETO, 1961e, pg. 181).

A proposta de Lima, é verdade, abrange a substituição de um modelo europeu por outro. Essa substituição, no entanto, serviu para criar um modelo de escrita que ajudou, de certa forma, a acentuar a diferenciação entre a literatura produzida no Brasil e a europeia, abrindo caminho para uma ruptura maior que viria com o Modernismo. Essa tentativa de ruptura tivera início no Romantismo com Alencar, que procurou criar uma linguagem que se diferenciava da portuguesa através do emprego de palavras de origem indígena. Deve-se acrescentar ainda a já mencionada luta de Lima Barreto, que funcionava como um “despertador”, alertando contra o neocolonialismo, tanto de extração europeia como estadunidense, além da denúncia da existência de um colonialismo interno e o levantamento de temas que revelavam ainda a presença incômoda da influência colonial, mesmo que neste caso não fizesse referência direta a essa origem. Essas informações bastam para denotar o papel relevante ocupado por Lima Barreto na historiografia literária brasileira pós-colonialista como um dos autores que mais se bateu contra a subserviência quer intelectual quer material aos estrangeiros.

Esse papel, aliás, lhe pavimentou o caminho de espinhos. Sevckenko (1997, p. 324-325) nos mostra que por sua luta contra a linguagem “pluma de pavão” e o desejo de introduzir uma nova estética associada a uma ética da ação, ele se

transformou em alvo de críticas, que afirmavam que ele escrevia mal. Esse veredito advinha do fato de que seu estilo mais simples representava uma provocação e um ultraje à instituição literária, a aqueles que a praticavam e suas altas funções civilizatórias.

Uma pergunta inquietante que surge, nesse momento, é: com que referencial teórico, Lima Barreto construiu suas ideias acerca de literatura?

Obviamente, todas as suas leituras eram europeias, como era as dos demais intelectuais brasileiros de sua época. Havia, no entanto, algo de novo na maneira como essas informações eram utilizadas por alguns pensadores, conforme já vimos anteriormente.

Dito isso, passemos, então, à análise dos autores influenciaram a visão de Lima sobre o tipo de literatura a ser praticado. Nesse aspecto, três autores nele considerável influência acerca da literatura e sua função: Taine, Guyau e Brunetière.

Taine concebe a literatura como “cópia dos costumes circundantes” e “sinal de um estado de espírito”. Por conta disso, pode servir como instrumento para se fazer uma sondagem a respeito de uma época ou uma nação e até mesmo da natureza humana em geral. (AIEX, 1990, p. 43).

Na visão taineana, a literatura é um “documento” que registra características individuais e coletivas e ao qual se pode recorrer para levantar informações sobre determinado momento histórico.

Não nos interessa, nesse estudo, levantar questionamentos acerca desse ponto de vista do estudioso francês, mas sim registrar que ela exerceu notória influência na época do Pré-modernismo, isto é, o início do século XX. Tanto que Bosi (1973, p. 73), ao discorrer sobre a produção romanesca do período, classifica-a em duas vertentes: o romance-documento e o romance-ornamento. Lima Barreto filiou-se à primeira vertente, demonstrando, assim, clara influência do conceito taineano.

Para Taine, a produção literária é fruto de três fatores: raça, meio momento. A raça incluiria as “disposições inatas e hereditárias que o homem traz consigo desde o nascimento” acrescidas das diferenças derivadas do “temperamento e da estrutura dos corpos”. O meio abrangeria os elementos do ambiente físico, como o clima, por exemplo, e as circunstâncias políticas e sociais. O momento seria a experiência de uma herança cultural de certa época da qual o artista é consciente. (AIEX, 1990, p. 43-44)

Na obra de Lima Barreto, a influência taineana pode ser percebida, para se mencionar um exemplo, na crônica “Uma Fita Acadêmica”, parte do livro *Feiras e Mafuás*, quando o autor busca descrever qual seria a função da Arte. Ele concorda com Taine quanto à influência dos três fatores na arte: “A Arte, por sua natureza mesma, é uma criação humana dependente estreitamente do meio, da raça e do momento – tôdas essas condições concorrendo concomitantemente”. (BARRETO, 1961d, p. 38-39). Mas discorre mais sobre a questão do meio, mostrando a importância de destacá-lo em suas particularidades. Em sua opinião, no caso da literatura, o meio ajuda a explicar os sentimentos íntimos de uma personagem:

Há uma mesma geometria para aqui e para a Lapônia; mas uma Virgília do Rio de Janeiro não pode agir da mesma maneira, levada pelos mesmos motivos sociais, que a Virgília de lá, se as há.

De resto os mesmos motivos agindo sobre indivíduos neste meio ou naquele podem levá-los a atos diferentes.

A Arte, por ser particular e destinar-se a pintar as ações de fora sobre a alma e vice-versa, não pode desprezar o meio, nas suas mínimas particularidades, quando delas precisar. (BARRETO, 1961, p. 39)

A assertiva de Taine sobre a influência da raça no comportamento servia a formulações comparativas que enalteciam a raça branca em comparação às demais. Não é o caso de Lima Barreto. Embora o autor não tenha escrito nenhum comentário a respeito do que julgava ser a influência da raça na arte, é possível verificar, através de seus escritos, que não apoiou a ideia da superioridade de uma raça sobre as demais como fazia, por exemplo, Sílvio Romero. Quanto à questão do meio, Barreto o considerava importante do ponto de vista social (“motivos sociais”). No entanto, dessemelhante de Araripe Júnior, por exemplo, não pregava uma influência climática no comportamento dos habitantes de uma determinada região. Tais conceitos, aliás, tornaram-se alvos de suas críticas, conforme veremos mais adiante.

Em outro texto, “O Destino da Literatura”, integrante do livro *Impressões de Leitura*, busca a opinião de Taine sobre a Beleza:

A Beleza, para Taine, é a manifestação, por meio dos elementos artísticos e literários do caráter essencial de uma idéia mais completamente do que ela se acha expressa nos fatos reais.

Portanto, ela já não está na forma, no encanto plástico, na proporção e harmonia das partes, como querem os helenizantes de última hora e dentro de cuja concepção muitas véses não cabem as grandes obras modernas, e mesmo, algumas mais antigas.

Não é um caráter extrínseco de obra, mas intrínseco perante o qual aquele pouco vale. É a substância da obra, não são as suas aparências. (BARRETO, 1961e,p. 58).

Na época em que tal texto foi composto (1921), a tendência predominante na literatura brasileira era o de julgar que a beleza de uma obra estava em seu formato (parnasianos e simbolistas esmeravam-se na escolha de vocábulos para “embelezar” seus escritos). Barreto recorre, então, a um apoio de peso, o de Taine, cujas ideias exerciam grande influência na intelectualidade da época. Utilizando o conceito do francês, questiona o ponto de vista de muitos de seus colegas escritores, privilegiando o conteúdo ao invés da forma. Além disso, julgava que tal conteúdo deveria ser obtido a partir dos “fatos reais”, ou seja, pronunciava-se a favor de uma obra de caráter “documental” em oposição a outra de caráter “ornamental”.

Esse conceito leva-nos à influência de Guyau (1854-1888). Esse filósofo e poeta francês concebe a arte como:

[...] uma extensão pelo sentimento, da sociedade a todos os outros seres da natureza, e mesmo aos seres concebidos como ultrapassando a natureza, ou, enfim aos seres fictícios criados pela imaginação humana. A emoção artística é, pois, essencialmente social, dela resulta a elevação da vida individual fazendo-a confundir com uma vida mais ampla e universal. (GUYAU apud AIEX, 1990, p. 41).

Aiex (1990, p. 41) destaca que a caracterização da arte como social não é uma idéia nova. A novidade fica por conta da criação de uma lei interna: uma sociedade ideal que vem a existência através da arte. Isso se torna possível através da “emoção estética com característica social”, que na concepção do francês resultaria da seleção e uso de sensações e sentimentos comuns à maioria dos indivíduos. Essa utilização fomentaria a solidariedade humana.

A influência de Guyau na concepção de Barreto acerca da literatura diz respeito ao tipo de produção literária que deva ser praticada. Isso fica bem claro no artigo “Literatura Militante”, datado de 07 de setembro de 1918 e parte do livro *Impressões de Leitura*:

Isto em geral dentro daquele preceito de Guyau que achava na obra de arte o destino de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens. [...] Nós nos precisamos ligar; precisamos nos compreender uns aos outros; precisamos dizer as qualidades que cada um de nós tem, para suportarmos o fardo da vida e dos nossos destinos. Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, porque moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano podem se entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós. (BARRETO, 1961e, p. 72-73).

Baseando-se em Guyau, vislumbra a literatura como forma dos seres humanos se conhecerem uns aos outros com o objetivo de melhorar o relacionamento entre eles. A literatura desempenharia, assim, um importante papel social:

Não devemos deixar de pregar, seja como for, o ideal da fraternidade e justiça entre os homens e um sincero entendimento entre eles. E o destino da literatura é tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos, para que ele cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina. (BARRETO apud SEVCENKO, 1989, p. 192).

Quando o ideal de fraternidade atingisse toda a espécie humana com a colaboração da literatura “[...] haveria uma libertação contínua da inteligência e sensibilidade coletivas no sentido do aperfeiçoamento moral infinito”. (SEVCENKO, 1989, p. 222).

Tratava-se do que Sevcenko (1989, p. 222) qualificou de “alento utópico profundamente otimista”, em outras palavras, de um projeto inviável. No entanto, esse pensamento trouxe como benefício à obra do autor a incorporação de elementos ou classes sociais que se encontravam fora da literatura.

Por fim, com relação a Brunetière (1849-1906), ALEX (1990, p. 42-43) destaca que a preocupação constante desse escritor e historiador francês era a relação entre a arte e a moral. Em sua opinião, a arte não deveria ser apenas um jogo para um artista nem um divertimento para o público, ela deveria exercer uma função social. No caso da literatura, sua função social seria a de transformar em patrimônio comum do espírito humano tudo o que tivesse interesse para o exercício da vida, para a orientação da conduta e do destino da Humanidade. Assim, transformaria valores particulares em universais. A literatura possuiria, dessa forma, um papel educativo, auxiliando o homem a obter o controle de sua vontade e a modificar sua opinião a respeito das coisas e da sociedade. Por educar a vontade

humana que, segundo seu ponto de vista, governa o mundo, a literatura poderia modificar o destino da sociedade.

A influência de Brunetière verifica-se na descrição das qualidades da obra literária no novo modelo proposto por Barreto (1961e, p. 58-59):

[...] a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida.

Brunetière é citado outra vez no artigo “Literatura Militante”:

[...] diz em seu estudo sobre a literatura que ela tem por fim interessar, pela virtude da forma, tudo o que pertence ao destino de todos nós; e a solidariedade humana, mais do que nenhuma outra coisa, interessa o destino da humanidade. (BARRETO, 1961e, p. 73-74)

Comentando a respeito dessa influência, Aiex (1990, p. 46) acentua que “de Brunetière aceita [...] a noção de que a função social da literatura consiste em orientar a conduta humana e que isso deve ser feito através de uma forma condizente com o conteúdo que pretende expressar”. É por conta dessa visão que o autor atribui maior valor ao conteúdo do que a forma, embora não desconsidere de todo a importância dessa última.

Esse conceito de literatura coloca o autor entre aqueles que, conforme a opinião de Rama, já vista anteriormente, atribuem à literatura uma “função ideologizante”.

Não é sem razão que ao comentar a personagem Isaías Caminha em estudo sobre a primeira obra de Lima Barreto, Fantinati qualifique a personagem como um “profeta” e “escrivão”. “Escrivão” por conta do registro documental que realiza e “profeta” por verberar contra os males que julgava haver na sociedade. Tal dicotomia aparece na obra barretiana. No papel de “profeta”, Barreto condena aquilo que considera ser os “males” de sua época, exercendo, dessa forma, uma “função ideologizante”.

Através da combinação dos conceitos retirados da obra de Taine, Guyau e Brunetière, Lima Barreto construirá o seu próprio conceito de literatura:

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é [...] tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si. A literatura do nosso tempo vem sendo isso nas suas maiores manifestações e possa ela realizar [...] não mais a exaltação do amor que nunca esteve a perecer, mas a comunhão dos homens de todas as raças e classes, fazendo com que eles se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam sob o açoite da vida, para maior glória e perfeição da humanidade. (BARRETO, apud BARBOSA, Francisco de, 1952, p. 236-237).

Assim, para Lima Barreto, a literatura deve ter um caráter inclusivo, dela fazendo parte todos os homens. Não é o que se verificava na literatura predominante em sua época, que se constituía em uma literatura excludente, admitindo somente personagens da classe mais alta e ambientes do centro da cidade. Os pequenos burgueses do subúrbio, os operários, os trabalhadores, os negros e mestiços e os ambientes populares eram excluídos. Se a cidade, como já vimos, era fragmentada, essa fragmentação não aparecia na literatura “sorriso na sociedade”. Em contrapartida, ela marca presença na obra barretiana, que inclui democraticamente representantes de todas as espécies de grupos sociais: políticos, militares, doutores, mocinhas de Botafogo, funcionários públicos de todos os tipos, mocinhas suburbanas, poetas e músicos fracassados, prostitutas mal ou bem-sucedidas, aposentados, donas de casa, vagabundos, bêbados e loucos (RESENDE, 1983, p. 75) e todos os ambientes possíveis: interiores domésticos burgueses e populares, festas e cerimônias burguesas, cosmopolitas, cívicas e populares, malocas, bordéis, prisões, hospícios, dentre outros. Dessa forma, ele abarcava o máximo possível da realidade social, demonstrando suas várias fissuras e tensões. (SEVCENKO, 1989, p. 163).

Ainda que lidasse com personagens de todas as classes sociais, Lima Barreto demonstrava sua preferência pelos marginalizados. A maioria de suas personagens leva uma existência bastante comum, cujo maior heroísmo consistia na dramática luta diária pela sobrevivência. Os dramas e as pequenas paixões dessas personagens anônimas são pintados de forma realista em suas obras literárias. Ele, no entanto, não caiu no maniqueísmo ao descrever essas personagens. Em certas obras, constata, por exemplo, a dificuldade dessa gente em se suportar mutuamente, conforme se pode observar em *Clara dos Anjos* (LINS, Osman, 1976, p. 23). Além disso, demonstrou claramente como os valores da cultura dominante

exerciam influência mesmo nas camadas inferiores, levando seus membros a repetir as atitudes ou pensamentos dos poderosos (RESENDE, 1983, p. 76). Essa influência apresentou-se claramente em várias personagens de seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, como Albernaz, Ismênia, Caldas e Genelício. Nesse ponto, o autor segue o modelo do verdadeiro intelectual, conforme proposto por Said (2005, p. 12), que o pinta como seguidor dos padrões de verdade, apesar de sua filiação partidária, das origens e de sua lealdade ancestral.

Ao lutar por um novo modelo de literatura, Lima cumpre um dos papéis do intelectual independente, que na concepção de C. Wright Mills (apud SAID, 2005, p. 34), deveria resistir e lutar contra estereótipos e a morte das coisas genuinamente vivas. Contra uma literatura morta e baseada em um estereótipo dos problemas brasileiros é que Lima Barreto se baterá.

É curioso constatar que suas ideias acerca da literatura são retiradas de pensadores do século XIX. No entanto, em vista do contexto da literatura de então, o conceito construído tendo-as como base reveste-se de um caráter moderno.

Em consonância com sua atração pela pluralidade, lidará também com temas dos mais variados possíveis. Sevcenko (1989, p. 162) elabora um resumo dos temas tratados por Lima Barreto. O temário incluiria movimentos históricos, relações raciais e sociais, mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais; aspirações sociais, políticas e econômicas; crítica social, moral e cultural; discussões filosóficas e políticas; o cotidiano do subúrbio e da cidade; política nacional e internacional, a burocracia, retalhos de sua vida, a realidade do campo em contraponto à cidade, fragmentos de descrições geográficas e geológicas e análises históricas. Qualquer que fosse a temática escolhida, nunca deixou de apresentar no seu trato um agudo senso crítico, que empregou contra o cientificismo, o mito do “doutor”, as teorias raciais, o bovarismo (o desejo individual ou coletivo de ser outro), o ianquismo (a mania de imitar os Estados Unidos), a República e seus desmandos, dentre outros.

A variedade temática compõe o que Sevcenko chama de “mosaico rude e turbulento”. Um mosaico, como sabemos, é uma imagem construída de pequenas pedras. Assim, toda a pluralidade temática de Lima Barreto constitui, no conjunto, um quadro dos primeiros anos do século XX no Brasil. No final de seu comentário, o estudioso acima mencionado descreve esse mosaico como uma imagem em que se “despoja a ‘Belle Époque’ de seus atavios de opulência e

frivolidade”.

Por fim, no que diz respeito ao campo temático, vale acrescentar que a própria literatura se transforma em tema. Nesse quesito, conforme já vimos, Barreto se posiciona contra a “literatura de perfumaria”, mas não poupa também críticas ao caboclisto, ao ufanismo e aos literatos da “torre de marfim” (decadentistas e simbolistas). Nesse aspecto, convém lembrar que Machado de Assis já havia feito uma crítica idêntica à literatura de sua época no artigo “Instinto de Nacionalidade”, publicado no ano de 1873.

As mudanças propostas por Lima não abrangem apenas questões ligadas ao conteúdo, elas se estendem à forma.

Contra a linguagem regrada, “certinha”, de cunho lusitanizante e de acesso apenas a uma minoria letrada, propõe uma linguagem mais simples, capaz de fazer a comunicação entre as almas, conforme propunha em sua visão da literatura. Para essa simplificação, muito contribuiu sua participação em jornais, o que lhe deu experiência no uso desse tipo de linguagem que continha muitas das qualidades que desejava para sua literatura: era comum, transparente, descuidada, de comunicação rápida, anti-retórica, sem efeitos mirabolantes, desprovida de clichês e chavões, anti-rebarbativa, fluente, direta e altamente concreta. (SEVCENKO, 1989, p. 168).

Essas mudanças linguísticas, no entanto, não incluíam experiências extremamente inovadoras. Tal recusa explica-se pelo fato de que o autor não desejava que essas mudanças pudessem vir a atrapalhar a compreensão de sua obra pelo público leitor, conforme se pode depreender da leitura de trecho de sua crônica “Aos poetas”, de 17 de dezembro de 1921:

Não sou contra a inovação, mas quero que não rompa de todo com os processos do passado, senão o inovador arrisca-se a não ser compreendido. É como se eu aborrecido com o meu mau português, quisesse fazer uma língua nova e minha só. Ninguém me entenderia. (BARRETO, Impressões de Leitura, op. cit., p. 223)

As mudanças passaram também por seu estilo. Destaca-se, nesse sentido, a combinação simultânea de gêneros, estéticas e estilos, que iam da “ironia à dor”. Eclética é também sua escolha de modelos que passam pelos romances franceses, a ficção russa, a novela humorística inglesa, as parábolas do classicismo e o teatro escandinavo. De todos retirou alguma coisa, mas não se prendeu a

nenhum. (SEVCENKO, 1989, p. 164)

Outro detalhe importante do estilo do escritor é que, em muitos casos, empregou o riso como arma efficientíssima para combater seus inimigos:

Não podemos dar o nosso assentimento tácito a todas as extorsões que andam por aí.

A troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que a pudermos empregar, é bom e é útil.

Nada de violências nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo.

O ridículo mata e sem sangue.

[...] Assim é que todos nós devemos fazer.

Troças, troças, sempre troças... (BARRETO, 2001b, p. 920)

Esse riso era provocado através da utilização de recursos cômicos que iam da ironia à caricatura, passando pela carnavalização, englobando, assim, alguns características da escrita pós-colonial. Ele servia para ressaltar as diferenças entre duas formas de sociedade – a vivenciada e a idealizada. Sua utilização tinha por objetivo corrigir através do desnudamento as normas preconceituosas e rígidas. (BRAYNER, 1973, p. 157)

Nada mais natural que o emprego desta “arma”, já que o desejo do escritor era chamar atenção sobre sua obra e, em consequência, gerar a discussão de certos temas, que eram colocados debaixo do tapete pelos integrantes da “cidade das letras oficial”. Prova desse desejo encontra-se em correspondência enviada ao escritor Gonzaga Duque em que justifica a escolha de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* como a obra de lançamento de sua carreira:

Mandei as ‘Recordações do Escrivão Isaías Caminha’, um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar [...]. [...] Espero que esse primeiro movimento muito natural, seja seguido de um outro de reflexão em que vocês considerem bem que não foi só o escândalo, o egotismo e a ‘charge’ que pus ali. [...] então há de ver que a tela que manchei tenciona dizer aquilo que os simples fatos não dizem, [...] de modo a esclarecê-los melhor, dar-lhes importância, em virtude do poder da forma literária, agitá-los, porque são importantes para o nosso destino. (LIMA BARRETO, Correspondências – Tomo I, 1961b, p. 169-170)

Sendo a caricatura uma distorção grotesca que, por si, chama atenção, seria o instrumento ideal para que o autor alcançasse seu objetivo. Através dela, os defeitos reais seriam ampliados e se tornariam, portanto, mais visíveis.

Por contrariar a literatura dominante, a literatura abraçada por Lima

Barreto constituiu-se no que Bernarda Mouralis, em sua obra *Le Contre-Littératures* (1975), denominou de “contraliteratura”:

Mas onde encontrar a diferença e como referenciar estas formas anômicas que designaremos doravante pelo termo de contraliteraturas? [...] no plano da criação, cada vez que aparece num autor – que este exista nominativamente ou anonimamente, individualmente ou colectivamente – ou, numa obra, uma recusa, mais ou menos caracterizada, de se inserir em modelos literários institucionalizados. (MOURALIS, 1982, p. 39)

O autor da “contraliteratura” possui as qualidades do intelectual listadas por Said (2005, p. 35). É alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, recusando as fórmulas fáceis, os clichês e as confirmações amáveis e que jamais busca conciliação com os poderosos e com o que é tradicional. Qualidades que, como já foi demonstrado, se verificam no autor que estudamos.

Nessa “contraliteratura” barretiana destacam-se algumas características de um autor pós-colonial. Ora, o emprego do humor e da carnavalização que se verifica em sua obra vem a ser uma das tarefas a que se deve dedicar um escritor pós-colonial, que já vimos no primeiro capítulo. Outras características são a teorização sobre o poder, que também é exaustivamente praticada pelo autor, e a polifonia que se verifica na abrangência de um maior número de personagens, oriundos dos mais variados extratos sociais. Também pode ser incluído nesse rol seu combate ao “ianquismo”, que soa como um sinal de alerta contra o neocolonialismo numa fase em que os americanos e sua cultura passavam a ser vistos com entusiasmo.

Essas ocorrências mostram a existência de traços de um autor pós-colonialista em nosso pesquisado. Mas o que dizer de suas obras? Que traços de pós-colonialismo possuem? É o que veremos no próximo capítulo.

4 A DESCOLONIZAÇÃO NA OBRA BARRETIANA

4.1 INTRODUÇÃO

Conforme tivemos a oportunidade de verificar no capítulo anterior, a Independência formal do Brasil não resultou na libertação total do regime colonial. Assim como nos demais casos de colonização, a do Brasil abrangeu duas ocupações, uma que chamaremos de “física” e outra, que denominaremos de “cultural”, incluindo nesse termo tanto ideias como práticas. As duas iniciam simultaneamente, mas não terminam da mesma maneira. A primeira termina com a liberação do território da ocupação estrangeira e a entrega do governo nas mãos de nativos. Ora, no caso do Brasil, o governo foi entregue na mão de um governante de origem metropolitana, Dom Pedro I. Além disso, a ocupação cultural não teve fim, com a permanência de usos e costumes da era colonial que avançaram muitos anos à frente, chegando até o princípio do século XX, época da composição das obras de Lima Barreto.

Diante disso, restava aos autores nacionais do princípio do século passado a realização de um trabalho de descolonização da mente, mas não foi isso o que aconteceu. Por conta de sua ligação com a elite, profundamente afrancesada, a maioria deles optou pelo caminho da imitação da literatura estrangeira ou por um ufanismo de fachada, que colocava embaixo do tapete os problemas oriundos da colonização, salvo algumas exceções como a de Machado de Assis. Barreto teve o mérito de tocar em muitas feridas, que denunciavam a nossa submissão e imitação barata de modelos estrangeiros. Na opinião de Sevcenko (1997, p. 349), ele incorporou em si uma alternativa de futuro. Essa alternativa levou-o a lutar por um país que construísse sua autonomia a partir da crítica das condições herdadas de seu passado colonial, da compreensão das necessidades de sua sociedade pluriétnica e heterogênea e da fidelidade à sua condição tropical, empregando, para isso estratégias de descolonização. É o que buscaremos provar em seguida.

Para fazer isso, optamos pela divisão por temas e não por obras, tendo em vista que os assuntos se repetem em muitas delas.

4.2 A DESCOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA

A língua desempenha um papel primordial no processo de colonização cultural, assim qualquer tentativa de descolonização tem de passar, obviamente, pela questão da linguagem.

Nesse sentido, a teoria pós-colonial nos fala em dois caminhos. O primeiro é trabalhar com a língua do colonizador, efetuando nela mudanças. O segundo é a recusa dessa língua.

Há que se considerar que a escolha e/ou o dilema acima descritos só existem em países diglóticos ou poliglóticos, ou seja, em que a língua de origem europeia convive com outra(s) nativa(s). Nos países monoglóticos, resta apenas a primeira opção.

No caso do Brasil, embora existam muitas línguas indígenas, a língua usada pela esmagadora maioria é de origem europeia. Dessa forma, o dilema de optar entre duas línguas atingiria somente um escritor indígena. No caso dos demais autores, como o nosso pesquisado, o caminho da descolonização mental inclui trabalhar com o idioma do colonizador.

Esse trabalho abrange dois processos: a ab-rogação e a apropriação, sobre as quais falamos resumidamente no primeiro capítulo. Relembrando, a ab-rogação abrange uma recusa do uso da língua, segundo os padrões determinados pelo colonizador; enquanto que a apropriação é o estabelecimento de um novo uso que se contraponha ao modelo metropolitano. Segundo Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1989, p. 39), tais processos também ocorrem nos países em que restou apenas a língua do colonizador. Nesse caso, eles envolvem a evolução e distinção do uso local em relação à prática metropolitana.

Tanto a ab-rogação quanto a apropriação são perceptíveis na obra barretiana.

É nítida a recusa de Lima Barreto em fazer uso da língua segundo os padrões “lusitanizantes”, como acontecia com a maioria dos autores de sua época.

Uma obra bastante esclarecedora sobre essa recusa é *Lima Barreto: o crítico e a crise* de Antônio Arnoni Prado, publicada no ano de 1976. Prado (1976, p. 19-21) traça um breve roteiro do pensamento limano sobre linguagem que julgamos importante compartilhar.

No texto “Casos de Bovarismo”, crônica do ano de 1904, que faz parte do livro *Bagatelas*, Barreto analisa o porquê do bovarismo, isto é, o que provoca o desejo de ser outro:

É o caso de uma espécie de Mal do Pensamento, mal de ter conhecido a imagem da realidade antes da realidade, a imagem das sensações e a dos sentimentos antes das sensações e dos sentimentos, como já dissera P. Bourget, anima e perturba as almas de Frédéric Moreau, de Regimbard, Homais, Arnoux e sobretudo, Mme Bovary, em que essa sorte de embriaguez absorveu-a de tal modo que conduz sua vida para o trágico. (BARRETO, 1961a, p. 56).

O vinho que embriaga Madame Bovary é a linguagem elaborada que falseia a realidade e o autor, nesse ponto, mostra-se consciente disso. Prova dessa consciência está em um texto produzido no ano seguinte e que se encontra em seu Diário Íntimo:

O bovarismo, diz seu autor, é um livro que não visa instituir nenhuma reforma, se aplica a matéria que os homens, mais que nenhuma outra espécie acreditam, acreditam marcar, eles mesmos uma forma; trata da evolução na humanidade, isto é, dos modos de mudança nessa parte do espetáculo fenomenal em que o fato da consciência parece atribuir ao ser que sofre a modificação com o poder de dar causa, o dever de dirigir. Sob essa ilusão, a vontade humana acredita intervir no turbilhão de causas e efeitos que a envolvem. A constatação, verificação do fato, tende na linguagem a se formular em regra moral, porque a ilusão do fato, engendrada pelo reflexo da atividade na consciência, é tão forte que domina as formas de linguagem.

O bovarismo é um aparelho de ótica mental. [...] é o poder partilhado no homem de se conceber outro que não é.

[...] A imagem que sob o domínio do meio, circunstâncias exteriores, educação, sujeição, a pessoa forma de si mesma. (BARRETO, 2001c, p. 1254).

Implícito no comentário encontra-se a constatação da linguagem como meio de se criar uma visão distorcida da realidade. Um exemplo dessa distorção aparece mais uma vez em seu Diário:

Rui, o letrado beneditino das coisas de gramática, artificialmente artista e estilista, aconselha pelos jornais condutas ao governo. Há dias, ele, no auge da retórica, perpetrou uma extraordinária mentira. Referindo-se ao dia 14, que fora cheio de apreensões, de revoltas e levantes, e à nota trazida a 15, da vitória da ‘legalidade’, disse assim da manhã de 15: ‘fresca, azulada e radiante’, quando toda a gente sabe que essa manhã foi chuvosa, ventosa e hedionda.

Eis até onde leva a retórica; e depois... (BARRETO, 2001c, p. 1225)

Na observação transcrita acima, chama a atenção a escolha das palavras para comprovar o poder alienante da linguagem: “fresca, azulada e radiante”. O uso dessas palavras ia além do mero desejo de descrever o dia, incluíam a ideia de associá-las à República, gerando uma falsa visão de calma quanto à sua proclamação. Assim, a linguagem retórica de Rui contida nesse fragmento contribuía para a produção daquilo que Said chama de “efeito anestésico”, isto é, a aceitação passiva de uma ideia, ainda que falsa.

Tal linguagem estava fortemente calcada em modelo lusitano. Silviano Santiago (1982, p. 175) acentua que, no início, todo o discurso sobre o Brasil é marcado por uma alta taxa de metaforização da linguagem, pois estava comprometido com um discurso religioso e paralelo que era o do dominador. É contra esse tipo de linguagem e seu culto exagerado que o autor carioca voltará suas baterias.

No prefácio à *Vida Urbana: artigos e crônicas*, obra de Lima Barreto, publicada em 1956, Houaiss (1997, p. 472-482) lista uma série de ocorrências ligadas ao tema linguagem, algumas das quais consideraremos em seguida.

Uma das obras que contém tais referências é o romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Comentando a respeito dela, Prado (1976, p. 29) destaca que ali se encontram as fórmulas e a rigidez do modelo que serão objeto da recusa de Barreto e que o instigarão a procurar uma nova maneira de ser quanto ao quesito linguagem.

Vejamos algumas dessas referências.

A primeira descreve as opiniões de alguns dos integrantes do Jornal O Globo, onde Isaías trabalhava, sobre a questão do uso da gramática:

Unicamente Gregoróvitch não fazia carga sobre a revisão. Para ele, tanto se lhe dava sair ‘nós fomos’ como ‘nós foi’. Não tinha nenhum amor pelos escritos; eram como cutiladas, tanto fazia matar, ferindo no pescoço como rachando a cabeça meio a meio. O que ele queria era matar, ferir, golpear; a maneira pouco se lhe dava. E era uma felicidade para a revisão que ele pensasse assim. No jornal, só o russo tinha prestígio e iniciativa. Os outros curvavam-se servilmente ao diretor. O que não seria se o doutor em ‘Exegese’ Bíblica tivesse os cuidados puristas do Oliveira, que reclamava um ‘propositalmente’ por propositalmente! Toda sua gramática estava aí. Ele conseguira saber que ‘propositalmente’ não era aconselhado pelo Rui e ai do revisor que deixasse escapar um na sua secção! O próprio Loberant, tão ignorante como o Oliveira, péssimo escritor, tinha fúrias extraordinárias quando lhe trocavam uma palavra do luminoso artigo. Diariamente, mesmo quando não escrevia, corria o jornal de manhã, de princípio ao fim, auxiliado pela mulher, para descobrir erros segundo a gramática do Lobo. Graças às

leituras das 'sorites' do esqualido gramático, Loberant julgava-se um purista: demais, ele sempre tivera culto pelo dicionário, pelo purismo. Era um gosto ver surgir nos seus artigos-descomposturas, termos catados ao Moraes e ao Domingos Vieira. E essa sua crença de purista e cultor da língua juntara-se com o tempo, a de ser também um grande homem, um messias, um homem providencial. (BARRETO, 2001g, p. 196-197)

Julgamos importante delinear quem são os personagens que se apresentam no fragmento acima. Gregoróvitch é um russo, que não tem conhecimento nenhum da história do Brasil, conforme revela outro trecho do livro. Ora, essa deficiência livra-o da exposição ao culto exagerado ao purismo linguístico, que se verifica, por exemplo, em Loberant, o dono do jornal e Oliveira, um chefe de secção. Esse culto encontra sua expressão máxima em Lobo, o revisor gramatical.

No trecho, merece destaque também a revelação da figura do sacerdote-mor da deusa Gramática, aquele que interpreta seus desejos: Rui Barbosa. Ele aparece como modelo até para aqueles que não têm tanto conhecimento dos caprichos dessa deusa, no caso, Oliveira.

O uso da linguagem mais rebuscada ajuda alguns a adquirirem fama de "intelectuais", mesmo que seu conhecimento não seja tão grande, como se verifica, por exemplo, no caso de Loberant.

Paradoxalmente, no entanto, é de sua boca, que virá um comentário instigante sobre a questão linguística no Brasil, ainda que motivado por uma razão escusa, o interesse em aumentar a venda do jornal:

[...] um dia o doutor Loberant supondo a popularidade do rival devida à falta de gramática nos artigos, chegou à redação furioso e, com o seu modo habitual, berrou:

- Não quero mais gramática, nem literatura aqui!... Nada! Nada! De lado essas porcarias todas... Coisas para o povo, é que eu quero!

O Lobo que estava na sala, teve em começo um grande olhar de tristeza que envolveu toda a sala e a coleção de jornais dependurados pelas paredes. Depois de um momento de hesitação, tomou coragem e observou:

- Mas, doutor...

- Ora, Lobo! Já vem você...

- Mas, doutor, a língua é uma coisa sagrada. O culto da língua é um pouco o culto da pátria. Então o senhor quer que o seu jornal contribua para corrupção deste lindo idioma de Barros e Vieira...

- Qual Barros, qual Vieira! Isto é brasileiro – coisa muito diversa!

- Brasileiro, doutor! Falou mansamente o gramático. Isso que se fala aqui não é língua, não é nada: é um vazadouro de imundícies. Se Frei Luís de Sousa ressuscitasse, não reconheceria a sua bela língua nessa amálgama, nessa mistura diabólica de galicismos, africanismos, indianismos, anglicismos, cacofonias, cacoténias, hiatos e colisões... Um inferno! Ah, doutor! Não se esqueça disto: os romanos desapareceram, mas a sua língua ainda é estudada... (BARRETO, 2001g, p. 201)

A reprimenda de Lobo traz a baila o purismo exacerbado de muitos intelectuais da época, que pode ser observado no seguinte comentário de Rui Barbosa (apud MARTINS, 1983, p. 358) a respeito do uso da língua na formulação do Código Civil de 1902:

Respeito ao idioma, saiu escrita [a resposta da Comissão da Câmara] no que ela mesmo desvanecidamente chama 'o dialeto brasileiro', surrão amplo, onde cabem à larga, desde que inventaram para sossego dos que não sabem a língua, todas as escórias da preguiça, da ignorância e do mau gosto, rótulo americano daquilo que o grande escritor lusitano [A. Herculano] tratara por um nome angolês [bunda] (...). Depois então que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores, o 'dialeto brasileiro', todas as mazelas e corrutelas do idioma que nossos pais nos herdaram, cabem na indulgência plenária dessa forma de relaxação e do desprezo da gramática e do bom gosto.

Por outro lado, o comentário de Loberant chama a atenção para a existência de dois empregos da língua portuguesa: um de extrato lusitano e outro com colorações brasileiras e é no falar do povo que se encontra o segundo com seu hibridismo, que coloca no mesmo caldeirão as influências europeias, africanas e nativas.

A fala de Lobo de cunho extremamente purista expressa todo o preconceito que possuíam os "letrados" contra a variante da língua falada pelo povo. Enquanto atribui um construto positivo à língua do colonizador ("bela"), rebaixa a outra vertente por meio de construtos negativos ("vazadouro de imundícies", "mistura diabólica", "inferno").

Comentando a respeito da discussão lingüística que se desenrolava no início do século XX, Martins (1983, p. 356) destaca o que julga ser a causa do purismo lingüístico que então se verificava:

[...] nas palavras de José Veríssimo, o que faltava à nossa literatura era um 'idioma independente'. Na impossibilidade de criá-lo e premidos pelo complexo de inferioridade gramatical em que nos mantinham os portugueses, só nos restava a fuga para a frente, quero dizer, sermos ainda mais puristas e corretos do que eles. Isso explica que a implacável batalha lingüística de 1902 se haja afinal resolvido contraditoriamente em favor da supremacia lusitana, não só aceita, mas também celebrada e exaltada: entre todos os peãs que os brasileiros andavam então entoando para festejar a sua própria identidade nacional, ouviu-se de repente, sem que aliás parecesse discordante, o cântico pseudo-heróico da vassalagem lingüística.

A batalha linguística a que se refere Martins é a discussão do Código Civil feita por Rui Barbosa através de um parecer como Senador da República. Nesse documento, Barbosa apela para um debate que se volta, principalmente, para o aspecto linguístico.

Bosi (1978, p. XII) também constata a recorrência ao purismo naquela época, mas oferece explicação diversa:

Naquele fim de século que se arrastou até o Modernismo, esqueciam-se depressa as conquistas românticas de Alencar, Álvares de Azevedo e Castro Alves para abrir a mão masoquista à férula do purismo lusitano. Esse era o modo que a cultura conservadora encontrava para resistir aos modismos ingleses e franceses.

À primeira vista, os puristas parecem defender uma posição nacionalista ao lutar contra a influência de ingleses e franceses, mas a arma que empregam para isso também é estrangeira, o purismo lusitano. A discussão linguística centra-se, portanto, somente em fontes externas, desconsiderando o uso interno da língua.

Essa personagem, aliás, simboliza bem o grupo de intelectuais puristas que se esmeravam na defesa da “última flor do Lácio”, como dizia Olavo Bilac, e é através dela que Lima introduz também a discussão de algumas questões gramaticais que estavam em voga na época:

- Quem é este Sanches que escreveu sobre ‘Bancos emissores’?
 - Não sei bem, disse Floc. Creio que é um advogado aí.
 - Que ignorante! Pois esta besta não escreveu – um dos que foram – isso se admite? Qual? Como é saem batatas destas?! Estou desmoralizado... Que dirá o João Ribeiro? o Said Alí? o Fausto? E o Rui, que dirá? Naturalmente vão acusar-me de ignorante... Vou dizer ao Ricardo que preciso ver todos os originais, senão declaro publicamente que não tenho responsabilidade com a gramática do ‘O Globo’. Não é possível ser!
 [...] A gramática do velho professor era de miopia exagerada.
 Não admitia equivalência variantes: era um código tirânico, uma espécie de colete de força em que vestira suas pobres idéias (sic) e queria vestir as dos outros. Há três ou cinco gramáticas portuguesas, porque há três ou cinco opiniões sobre uma mesma matéria. Lobo organizara uma série delas sobre as inúmeras dúvidas nas regras do nosso escrever e do nosso falar e ai de quem discrepasse no jornal! Era emendado da primeira vez, da segunda repreendido, da terceira podia até ser despedido, se ele estivesse de mau humor.
 Nos seus bons dias, tinha a mansuetude e os modos convincentes de um professor de primeiras letras e recitava muitas vezes aos ouvidos do repórter recalcitrante todas as regras do Sotero sobre o emprego do infinito pessoal, chamando-o por filho, repetindo exemplos. Não admitia que se escrevesse ‘vieram lhe chamar’, se alguém o fizesse em dias de mau humor, era certo ter de refazer do começo ao fim o seu trabalho. (BARRETO, 2001g, p. 223-224).

A respeito do trecho destacado acima, Houaiss (1997, p. 477) revela que nele encontramos os três itens essenciais ao bem escrever da época, segundo a visão purista: a regência, a colocação de pronomes átonos e o emprego do infinito pessoal. No caso do último, Lobo embasa sua opinião nas regras de Sotero dos Reis, que ainda não haviam sido demolidas pelo estudo de Said Alí, que é citado no início ao lado de João Ribeiro, Fausto Barreto e Rui Barbosa, as principais autoridades em gramática da época. Isso revela o conhecimento que Lima possuía sobre o assunto. Além disso, a citação demonstra a existência de um conflito entre a prática e a teoria purista, que se verifica mesmo nos meios dito “cultos”.

Dos três itens citados por Houaiss, chama a nossa atenção o segundo: a colocação dos pronomes átonos, que marca uma distinção entre o português lusitano e o brasileiro no que se ao seu posicionamento no início de uma frase, recaindo a preferência dos portugueses na ênclise e a dos brasileiros na próclise.

O amor exageradamente purista de Lobo pela gramática só poderia terminar em tragédia:

Lobo enlouquecera e estava recolhido ao hospício. A sua mania era não falar nem ouvir. Tapava os ouvidos e mantinha-se calado semanas inteiras, pedindo tudo por acenos. Ao médico que lhe perguntou porque assim procedia, explicou, a muito custo:

- Isso não é língua... Não a posso ouvir... Tudo errado... Que vai ser disto!

- E por que não fala?

- Os erros são tantos, e estão em tantas bocas, que temo que eles me tenham invadido e eu fale esse calão indecente...

E vivia pelos corredores, lendo a ‘Ensynança de Bem Cavalgar’ de El Rei Dom Duarte’. (BARRETO, 2001g, p. 251).

Por que o escritor reserva esse fim para Lobo? Na leitura de Prado (1976, p. 32), o isolamento forçado do gramático representa o embotamento do sistema linguístico conservador e mostra como esse sistema coloca a comunicação em camisa de força. Sua reação de ler um livro antiquíssimo e de responder com murros aos que discordam dele ilustram a ligação exagerada da vertente purista ao passado e sua intransigência em se prender a ele. Tudo isso indica a necessidade de uma nova linguagem para substituir esse modelo desgastado e caquético.

Outro “servo” da gramática que frequenta as páginas barretianas é o Capitão Pelino, personagem do conto “A nova Califórnia”, parte do volume *Histórias e Sonhos*:

Toda a vila de Tubiacanga acostumou-se a respeitar o solene Pelino, que corrigia e emendava as maiores glórias nacionais. Um sábio...

Ao entardecer, depois de ler um pouco o Sotero, o Cândido de Figueiredo ou o Castro Lopes e de ter passado mais uma vez a tintura nos cabelos, o velho mestre-escola saía vagarosamente de casa, muito abotoado no seu paletó de brim mineiro, e encaminhava-se para a botica do Bastos a dar dois dedos de prosa. Conversar é um modo de dizer, porque era Pelino avaro de palavras, limitando-se tão-somente a ouvir. Quando, porém, dos lábios de alguém escapava a menor incorreção de linguagem, intervinha e emendava. 'Eu asseguro, dizia o agente do Correio, que...' Por aí, o mestre-escola intervinha com mansuetude evangélica: 'Não diga 'asseguro' senhor Bernardes; em português é 'garanto'.

E a conversa continuava depois da emenda, para ser de novo interrompida por uma outra. Por essas e outras, houve muitos palestradores que se afastaram, mas Pelino, indiferente, seguro dos seus deveres, continuava o seu apostolado de vernaculismo. (BARRETO, 2001d, p. 1123).

Se tomarmos Tubiacanga como um microcosmo que representaria o Brasil, Pelino corresponderia aos membros da "cidade letrada" que se apegavam ao modelo passadista de linguagem e que detinham certo poder sobre os demais habitantes, investindo-se de um caráter apostolar.

Embora o sábio interiorano se prenda ao passado na questão da gramática, não se pode dizer o mesmo quanto à questão econômica. Nesse sentido, é emblemático o fim desse personagem: matando um turco por causa de um fêmur que recolhia no cemitério, pretendendo transformar em ouro. A crítica aqui se dirige aos membros da "cidade letrada", que participavam da corrida desvairada por dinheiro que se acentuava na Bellé Epoque.

Nos exemplos acima mencionados, destaca-se o fato de que o emprego dessa versão purista da linguagem garante o acesso a certa medida de poder, transformando-se em um construto "positivo", que aumenta o *status* de quem o utiliza, ainda que seja apenas de "verniz", como se verifica, por exemplo, no caso do médico Armando, personagem de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*:

De fato, ele estava escrevendo ou mais particularmente: traduzia para o 'clássico' um grande artigo sobre 'Ferimento por arma de fogo'. O seu último 'truc' intelectual era este do clássico. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual desses meninos por aí que escrevem contos e romances nos jornais. Ele, sábio, e sobretudo, um doutor, não podia escrever da mesma forma que eles. A sua sabedoria superior e o seu título 'acadêmico' não podiam usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que esses poetastros e literatecos. Veio-lhe então a idéia (sic) do clássico. O processo era simples: escrevia do modo comum, com as palavras e jeito de hoje, em seguida invertia as orações, picava o período com vírgulas e substituía incomodar por molestar, ao redor por derredor, isto por esto, quão grande ou tão grande por quamanho, sarapintava tudo de ao invés, empós, e assim obtinha o seu estilo que começa a causar admiração aos seus pares e ao público em geral.

Gostava muito da expressão – às rebatinhas; usava-a todo o momento e, quando a punha no branco do papel, imaginava que dera ao estilo uma força e um brilho pascaliano e às idéias (sic) uma suficiência transcendente. De noite, lia o padre Vieira, mas logo às primeiras linhas o sono lhe vinha e dormia sonhando-se ‘físico’, tratado de mestre, em pleno Seiscentos, prescrevendo sangria e água quente, tal e qual o doutor Sangrado. A sua tradução estava quase no fim, já estava bastante prático, pois com o tempo adquiria um vocabulário suficiente e a versão era feita mentalmente, em quase metade, logo na primeira escrita. (BARRETO, 2001h, p. 368)

Outro conto que faz referência à linguagem é “Como o homem chegou”. Mais uma vez, temos a figura de um cultor da deusa Gramática, o doutor Barrado. Ao ser convidado para jantar na casa de um professor, no interior do Brasil, ele se incomoda com a forma como o anfitrião faz uso das expressões “tirante” e “a gente”, condenando-o abertamente. Inesperadamente, o professor retruca, valendo-se para isso da gramática de João Ribeiro, um dos estudiosos de tendência moderna no estudo da língua na época. Barrado, porém, ao sair da presença do professor, condena-o e confessa a seu interlocutor que pretende pedir ao ministro competente medidas para melhorar a questão do ensino, que, em sua opinião, encontra-se em situação ruim porque mestres como esse com quem acabou de jantar desprezam o modelo tradicional de gramática.

A imposição de um modelo purista no uso da língua assinala a permanência de traços coloniais. Isso pode ser comprovado quando analisamos os comentários de Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1989, p. 7-8) a respeito da distinção no uso dos idiomas europeus na metrópole e nas colônias. Inicialmente, observam os autores que um dos principais meios de opressão imperial é o controle sobre a linguagem. Esse controle é exercido através do sistema educacional que instala uma versão padrão da linguagem metropolitana como norma, marginalizando as variantes como impuras. Trata-se, portanto, de uma positivação da linguagem do “centro” (a metrópole) em contrapartida a uma negação da empregada pela “periferia” (colônia). Essa opressão pode persistir mesmo após o processo de independência, mudando apenas as personagens: a elite passa a ser o “centro”, enquanto que, ao extratos populares fica reservado o papel de “periferia”. No caso do Brasil do princípio do século XX, as elites entronizaram, com pequenas variações, o padrão metropolitano do uso da língua, condenando as variantes populares. Repetem, portanto, a mesma opressão lingüística que ocorria na época colonial.

Mas Lima Barreto não se preocupou apenas em criticar os gramáticos puristas ou aqueles que empregavam a gramática como meio de elevar seu *status*, mostrou também como se sentiam aqueles que tinham que se adequar a essa camisa de força: os estudantes. No conto “O filho de Gabriela”, texto integrante de *Histórias e Sonhos*, percebemos como se sentia Horácio, um garoto pobre apadrinhado por uma família rica, quando se via em contato com esse tipo de gramática:

Eram-lhe as horas de aula um bem triste momento. Não que fosse vadio, estudava o seu bocado, mas o espetáculo do saber, por um lado grandioso e apoteótico, pela boca dos professores, chegava-lhe tisonado e um quê desarticulado. Não conseguia ligar bem umas coisas às outras, além do que tudo aquilo lhe parecia solene, carrancudo e feroz. [...] aquela gramática cheia de regrinhas, de exceções, uma coisa cabalística, caprichosa e sem aplicação útil. (BARRETO, 2001d, p. 1117)

Originário das camadas populares (periferia), Horácio não consegue se adaptar ao ambiente escolar, que é moldado segundo as regras da elite (habitante do centro da cidade). Esse ambiente reproduz a relação opressora entre o centro e a periferia (“solene, carrancudo, feroz”). Quando confrontado com o aprendizado da gramática, tem de se adaptar a uma série de regras e exceções que não consegue compreender, tendo em vista que não têm a ver com sua prática diária (não tem “aplicação útil”). Por conta disso, o ambiente escolar soa-lhe opressivo e dificultoso.

Outros exemplos podem ser encontrados em sua obra, mas julgamos que esses são suficientes para provar como a ab-rogação ou rejeição da língua de viés lusitano se faz presente na obra de Lima Barreto.

Köenig (2005, p. 32), em sua dissertação de mestrado intitulada “Por uma teoria não-oficial da comunicação: o jornalismo como tema da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto”, ressalta bem o que seria a ab-rogação na obra barretiana ao afirmar que ele nunca se adequou ou aceitou o padrão português de escrita, que expressava uma dominação lusa sobre os aspectos socioculturais de nossa terra.

Convém ressaltar, contudo, que ele jamais pregou o abandono da língua portuguesa, conforme se pode verificar no caso de seu personagem mais famoso, Policarpo Quaresma. Para Figueiredo (1997c, p. 383), Quaresma julga que

chegará à substância autêntica do país através da eliminação de tudo o que não é nativo. Essa eliminação o conduz à busca de um tempo mítico anterior à colônia. (LINS, Ronaldo Lima, 1997, p. 309). De opinião idêntica à de Lins, Wasserman (1997, p. 565) acentua que Quaresma considera que a solução para os problemas que observa na sociedade de seu tempo encontra-se numa volta a um passado puro que seria capaz de desfazer a desordem que a colonização portuguesa havia implantado. Daí, seu atrativo pelas origens ameríndias que se manifesta no interesse pelos costumes e a língua tupi.

A personagem reproduz o comportamento de alguns românticos, conforme demonstra Veríssimo (1963, p. 8):

Principalmente assinalaram o nosso romantismo: a simpatia com o índio, a intenção de o reabilitar do juízo dos conquistadores e dos nossos mesmos patrícios coloniais, o errado pressuposto de êle ser o nosso antepassado histórico, o amor da natureza e da história do país, encarados ambos com sentimentos e intenções estreitamente nativistas, o conceito sentimentalista da vida, o propósito manifesto de fazer uma literatura nacional e até uma cultura brasileira. Inspirado no preconceito dos méritos do índio revelou-se êste propósito em recomendações do ensino da língua tupi, em parvoinhas propostas de sua substituição ao português, na adoção de apelidos indígenas ou na troca dos portugueses por êstes e no encarecimento de quanto era indígena.

Estando o mito ligado à palavra e sendo o mito a ser recuperado de origem tupi, Quaresma julga que a língua a ser empregada para essa retomada não poderia jamais ser a portuguesa, resultando disso o apelo que faz às autoridades:

‘Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil, certo também de que, por esse fato o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem (sic) na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua, sabendo, além, que, dentro de nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando o direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro. O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua idéia (sic), pede vênha para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência (sic) a sua emancipação idiomática. Demais, senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas que é o polissintetismo que dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores de organização fisiológica e psicológica

para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso de nossa cultura literária, científica e filosófica. (BARRETO, 2001h, p. 291-292)

Ironicamente, o pedido que deseja decretar a “morte” da língua portuguesa no Brasil é vazado num linguajar dos mais castiços.

O texto ressalta o dilema da adoção de uma língua comum no Brasil “[...] segundo os moldes dos ‘proprietários da língua’ em contradição com o nosso falar e escrever” (HOUAISS, 1997, p. 479) e demonstra, claramente, que uma verdadeira independência nacional passa por uma emancipação idiomática.

A observação de Houaiss traz à baila, mais uma vez, o conflito lingüístico entre o modelo do centro (o português lusitanizante empregado pelos puristas) e o da periferia (“nosso falar e escrever”, isto é, a variante do português falado no Brasil).

A visão policarpiana quanto a esta questão é radical, não admite nenhuma delas, propondo uma volta à cultura dos primitivos habitantes do país.

Embora o diagnóstico policarpiano de muitos problemas relativos à língua esteja correto, a solução para eles apresentada (adoção do tupi-guarani) é totalmente inviável, de vez que os valores que ele considera puros, inclusive a língua nativa, desapareceram definitivamente através da ação colonizadora portuguesa.

A partir daí, inferimos que na opinião de Barreto, não é possível uma reconstrução da cultura original. Ora, essa é uma das discussões pós-coloniais. E a constatação de Barreto concorda com o que pensam Spivak (1995) e Bhabha (1984) que argumentam que essa recuperação é impossível por conta dos processos de miscigenação cultural, ocorridos durante o período colonial. (BONNICI, 2009, p. 273).

Assim, restaria a alternativa da apropriação da língua do colonizador. Como ela se processa na obra barretiana?

Quando o assunto é a linguagem do escritor, as afirmações giram quase sempre em torno de um conceito reducionista: sua linguagem era “simples” e coloquial (“linguagem do povo”), sem que haja, na maioria das vezes, uma exemplificação do que seria tal uso.

Julgamos que repetir esses conceitos não ajudaria a provar ou não a existência da apropriação em seus escritos. Buscamos, dessa forma, obras ou

autores com quem pudéssemos dialogar sobre esse assunto. Ao verificarmos os autores da área de Estudos Literários e da Linguagem, não conseguimos encontrar uma quantidade muito grande de materiais que se encaixasse em nossa necessidade. Localizamos, porém, alguns muito interessantes sobre os quais falaremos abaixo.

Mas, antes de fazer isso, julgamos importante assinalar qual é a posição sociocultural de Lima Barreto para que possamos compreender sua linguagem.

Cury (1981, p. 153-160), em sua obra *Um mulato no Reino de Jambon (as classes sociais na obra de Lima Barreto)* observa que há uma oscilação no autor no que concerne ao seu posicionamento social. Ora se inclui entre o povo; ora se coloca como “um médio”; ora marca a diferença entre a sua cultura e a ignorância popular. Um exemplo do primeiro caso está na crônica “Carta fechada – Meu maravilhoso sr. Zé Rufino”, parte do livro *Vida Urbana*, quando se refere a “nós, todo o povo brasileiro”. (BARRETO, 1961g, p. 119) O segundo caso aparece na crônica “Até Mirassol” (BARRETO, 1961f, p. 48), que contém a seguinte descrição: “estou encostado à portinhola e o viajante da esquerda, que horror aos ‘mata-ratos’, está coberto com um encardido chapéu de palha. O meu é novo em folha”. Por fim, o terceiro encontra-se em “Palavras dum simples” (BARRETO, 1961f, p. 60): “[...] mas o povo não deve ir atrás dessa gente. Os pobres-diabos que se apaixonam por essas especulações de políticos é que levam o “chanfalho” da polícia e sofrem perseguições”.

Na visão de Cury (1981, p. 187), o romance de LB contém muito de crônica, seja no captar o cotidiano, seja na linguagem desambiciosa e que essa mistura é um exemplo vivo de uma negação entre os gêneros. Consideramos tal mistura como uma forma de apropriação. Valendo-se dos gêneros literários europeus, Barreto aos misturá-los, cria, antropofagicamente, uma nova forma de uso deles. Dessa forma, o autor apresenta uma das características da literatura pós-colonial: a hibridação. Com relação ao uso de uma linguagem mais simples, é bom lembrar o ambiente do qual se origina o autor: o subúrbio. Tal ambiente enquadra-se na descrição do que Pacheco (1992, p. 37) qualificou como “comarca oral”, isto é, uma comunidade no interior em que, embora a população tenha acesso a jornais, ao catecismo, a ordens escritas das autoridades ou a outros documentos escritos, ainda predomina a oralidade. Tal oralidade, aliás, marcará presença na obra barretiana

como será analisado mais adiante.

A estudiosa, porém, assume que sua expressão linguística é ambígua e contraditória, pois se rompesse totalmente com o *status quo* passaria à situação de um artista marginal de vanguarda, o que impediria o seu reconhecimento social imediato, condição essencial para a produção da “literatura militante” que tanto desejava. Dessa forma, o autor se vê na contingência de, em certos momentos, afirmar e assumir como expressão estética valores que nega como concepção literária. Já em outros, utiliza aquilo que prega.

Essa análise de Cury ilumina os conceitos emitidos sobre a linguagem barretiana por Dino Preti em *Sociolinguística: os níveis de fala, um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*.

Preti parte, inicialmente, assim como os demais trabalhos, de uma análise do contexto histórico no que concerne ao uso da língua. Posteriormente, inicia uma análise sobre a linguagem empregada na obra, que, em nossa opinião, fica prejudicada por conta do pouco espaço destinado a ela.

O primeiro comentário refere-se ao romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Nele, segundo Preti (2003, p. 149), há um “registro de narrador” que se afasta dos padrões da língua falada, constituindo-se em linguajar literário. Para exemplificar, serve-se do seguinte trecho do romance:

Se os senhores algum dia quiserem encontrar um representante da grande nação brasileira, não o procurem nunca na sua residência. Seja a que hora for, de manhã, ao amanhecer mesmo, à hora do jantar, quando quiserem enfim, se o procurarem, o criado há de dizer-lhes secamente: Não está. Falo-lhes de experiência própria, porque, durante as inúmeras vezes, a toda a hora do dia, em que fui ao Hotel Términus procurar o Deputado Castro, apalpando a carta do coronel, tive o desprazer de ouvir estas duas palavras do porteiro indiferente. (BARRETO, 2001g, p. 143).

Na opinião do pesquisador, tal fato deve-se à hipertrofia de sua personalidade nos heróis, citando como exemplo o caso de Gonzaga de Sá e Machado, personagens de *Vida e Morte, de M. J. Gonzaga de Sá*. No caso do primeiro, julga que ele apenas repete as opiniões do autor, enquanto que, no segundo, destaca o fato de se expressar numa linguagem que se choca com sua condição cultural. (PRETI, 2003, p. 151-152).

Ao mesmo tempo, porém, acentua que LB em muitos momentos se serve do coloquial para se comunicar melhor, citando o seguinte fragmento:

O desbotado secretario deu-lhe conta das recomendações do dia seguinte. Tinha posto mais uma "brotoeja" contra o prefeito e fizera escrever um solto combatendo o empréstimo da Prefeitura; e, se não saíra a "porrada" na gente do Paraná, fora porque o vira a conversar com o Xavantes. (BARRETO, 2001g, p. 199)

As palavras entre aspas são gírias da fala popular introduzidas no texto. Aqui temos um claro exemplo de apropriação, pois conforme declaram Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1999, p. 52), um das maneiras de realizá-la é através do transporte da cultura local a um novo meio. Assim, as palavras não traduzidas, os sons e as texturas da linguagem podem indicar a presença da cultura que eles significam. No caso em questão, as gírias marcam a presença do linguajar coloquial que se distancia da norma padrão baseada no modelo português.

Outro sinal de apropriação desse linguajar em seus textos é o repetido emprego da expressão "seu". Aqui julgamos conveniente reproduzir as palavras do teórico que ora empregamos sobre esse uso: "parece ser uma forma que vem subsistindo através das épocas, com a perda gradativa do primitivo 'senhor'. Pelo menos entre nós, no Brasil." (grifo nosso) (PRETI, 2003, p. 157) O uso dessa expressão, portanto, é sinal da presença de "brasilidade" no texto.

Em outra obra de sua autoria, *A gíria e outros temas*, Preti (1984, p. 112) levanta outra característica interessante da linguagem do escritor: sua consciência da ligação entre a linguagem de seus personagens e os fatores socioculturais.

Um desses exemplos está no seguinte trecho de *Clara dos Anjos*:

- É 'cosa' feita! Foi inveja da 'inteligência' dele! – dizia uma preta velha -. Gentes da nossa 'cô' não pode 'tê inteligência'! Chega logo os 'marvado' e lá vai reza e 'fêtiço', 'pa perdê' o homem – rematava a preta velha. (BARRETO, Clara dos Anjos, 2001a, p. 678)

Na análise que realiza das falas das personagens barretianas, em *Sociolinguística*, Dino levanta algumas falhas do escritor no que diz respeito à transcrição sociológica das falas que não nos interessa discutir no momento. Interessa-nos o fato de que essa transcrição constitui-se em mais uma forma de apropriação.

Assim como no caso das gírias, a transcrição da linguagem inerente aos fatores socioculturais vem entre aspas. Aliás, é bom lembrar que, no caso dos

sertanejos, Coelho Neto que toca pela partitura da gramática lusitanizante também faz a transcrição literal das falas entre aspas.

Barretto (2008, p. 259 e 265) , no artigo “Mancos e bizcos: ‘Imperfeições’ na linguagem de Lima Barreto e Roberto Arlt”, destaca duas opiniões a respeito desse uso. A primeira opinião é a de Nicolau Sevcenko (1989, p. 165-166), expressa no já citado *Literatura como Missão*. Para Sevcenko, o impulso renovador faz com que Lima busque soluções originais e tente tornar mais versáteis os recursos literários com que trabalha o que leva a utilização da paródia e da prosopopeia, por exemplo. Mas esses experimentos são muito limitados em relação ao conjunto de sua obra. Com esse pensamento, concorda Dino Preti (2003, p. 161), que afirma que LB abriu novas perspectivas quanto ao uso da linguagem oral na literatura, mas sua contribuição deve-se mais às ideias anti-puristas que sustentou do que propriamente a uma incorporação da linguagem falada em seus escritos. Nesse sentido, é mais forte a ab-rogação do que a apropriação em suas obras.

Com relação ao uso de aspas, Sevcenko destaca que isso impede a assimilação com naturalidade desse recurso. Tal procedimento seria uma marca de hesitação do autor, que abre caminhos, mas os percorre somente até a metade. A explicação para essa atitude tem a ver com a preocupação de garantir uma comunicabilidade à sua obra.

Em contraponto a esse comentário, Barretto (2008, p. 268) recorre à citação do pensamento de Alfredo Bosi sobre a controvérsia de Lima Barreto com Coelho Neto a respeito da questão da linguagem expressa em “Sob o signo de Cam”, parte da obra *Dialética da Colonização*. Para Bosi, o primeiro sabia que a utilização das aspas pelo segundo quando de sua incursão nas falas da roça e da senzala fazia parte do ‘universo de citação’, através do qual os letrados exibem seu domínio sobre os demais. Lima sentia-se parte do grupo dos dominados, o que o fazia se sentir deprimido quanto a isso.

A visão de Sevcenko é correta quanto à questão das aspas, mas o comentário de Bosi não ajuda a esclarecer o porquê de sua utilização. Ele nos mostra somente que a razão de seu uso não pode ser a mesma de Coelho Neto.

Julgamos que a explicação para isso encontra-se nos comentários de Curi sobre a oscilação ou ambivalência que se verifica em Lima quanto à sua situação social. Coloca-se como povo na questão do preconceito linguístico e sente-se atingido por ele, no entanto, ao empregar aspas, situa-se como “médio”,

marcando a diferença entre a sua cultura e a popular.

Outro aspecto interessante da linguagem do escritor carioca é que, em certos momentos, ele adianta a revolução modernista da linguagem por transcrever o dialeto social popular, pondo abaixo totalmente a barreira ortográfica e abrindo, assim, espaço para a entrada da oralidade no texto literário. Exemplo disso é encontrado na carta que Júlio envia à sua namorada Clara dos Anjos, no conto homônimo, que faz parte da obra *História e Sonhos*:

‘Queridinha confeço-te que ontem quando recebi a tua carta minha mãe viu e fiquei tão louco que confecei tudo a mamãe que lhe amava muito e fazia por voce as maiores violencias, ficaram todos contra mim é a razão porque previno-te que não ligués ao que lhe disserem, por isso pesso-te que preze bem o meu sofrimento.
Pense bem e veja se estás resolvida a fazer o que lhe pedi na ultima cartinha.
Saudades e mais saudades deste infeliz, que tanto lhe adora a não é correspondido. O teu Julio’. (BARRETO, 1961d, p. 189)

Na visão do Preti (2003, p. 161), a carta contém as marcas do remetente: uma mistura de linguagem oral e escrita, a presença de pensamentos desorganizados e sobrepostos, uma pontuação deficiente, variação de concordâncias, regências populares, erros de ortografia, dentre outras.

A discussão linguística que acabamos de descrever acima é de capital importância para a compreensão da obra de Lima Barreto, pois é no rastro desta constatação que o autor carioca envereda pela discussão de outros temas críticos, alguns dos quais já haviam sido discutidos antes, como as relações entre a técnica e a tradição, os critérios estéticos e a circulação das elites, a banalização e o preconceito, a liberalização da forma e o descompromisso temático com questões urgentes como o “desligamento” das raízes europeias, a tentativa de retorno às origens e às fontes de extrato popular e a proposta de improvisação que visava combater o equilíbrio que se fazia presente nos modelos dominantes. (PRADO, 1976, p. 35). Ou seja, é a discussão sobre a linguagem que desperta o autor para outros temas de interesse nacional.

4.3 A DESCOLONIZAÇÃO MENTAL

Logo no início desse trabalho, tivemos a oportunidade de observar como o poder “envenenador” do discurso foi utilizado para auxiliar a instalação da

hegemonia europeia em outras terras, mas que ele comportava também a possibilidade de uso para contestação. Para ilustrar esse ponto, pensemos no caso do veneno de uma cobra. Ele pode causar uma destruição muito grande e a única maneira de detê-lo ou reverter o seu efeito é o soro antiofídico. Esse soro é obtido do próprio veneno do réptil modificado. De forma semelhante, se o discurso pode ser um “veneno”, pode ser também um “antídoto”, cujo objetivo é destruir o efeito de certas ideias perniciosas.

Esse efeito de “antídoto” encontra-se presente na obra de Lima Barreto, que, através de seus escritos críticos, combateu muitas ideias falsas que circulavam na época. Vamos analisar algumas delas.

A primeira é a que pregava a superioridade de uma raça sobre as outras.

Quando se fala em racismo, não é correto empregar a expressão “discurso racista”, mas sim “discursos racistas”, pois, conforme observamos anteriormente, há variações de opinião quanto ao tema. Contudo, ainda que haja alguma diferenciação entre eles, todos visam a um único objetivo: naturalizar a diferença entre as raças e, assim, justificar a existência de uma hierarquia entre elas.

No Brasil, essas teorias que entraram em fins do século XIX sofreram uma adaptação para que o país, ainda que mestiço, pudesse carregar alguma esperança quanto ao seu futuro.

É contra o efeito “envenenador” desses discursos que o autor irá voltar suas baterias em muitas de suas obras.

No princípio do século XX, as teorias racistas apoiavam-se no discurso científico para sustentar seu ar de verdade. É justamente por isso que Barreto dirige seus ataques contra a ciência. Trata-se de um combate difícil, pois a ciência havia sido elevada a categoria de um mito (Sevcenko, 1989, p. 174), em outras palavras, o discurso científico fora sacralizado, o que dificultava a possibilidade de crítica em relação a ele. Isso não intimidou o autor carioca, que se bateu de forma vigorosa contra a ciência e seu caráter discriminatório.

Vejamos algumas das formas como sustentou essa luta.

Vítima de preconceito, por conta de ser mulato, desde cedo, percebeu o caráter racista da ciência da época. É o que demonstra a seguinte anotação de seu diário, feita no ano de 1905:

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa superioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não que coisa feia mais.

Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade sábios alemães.

Eu não sei se alguém já observou que o alemão vai tomando, nesta nossa lúcida idade, o prestígio do latim na Idade Média.

O que se diz em alemão é verdade transcendente. Por exemplo, se eu dissesse em alemão o quadrado tem quatro lados seria uma coisa de um alcance extraordinário, embora no nosso rasteiro português seja uma banalidade e quase verdade. (BARRETO, 2001c, p. 1267).

Lima percebe como a ciência dá autoridade a certos discursos racistas e como eles vão contaminando as mentes das pessoas.

Sua crítica dirige-se especificamente contra as ideias alemãs, ainda que o racismo fosse forte em outros lugares como os Estados Unidos. Por que razão dirigir a crítica especificamente contra os alemães? O motivo está ligado ao fato de que as teorias raciais que chegam ao Brasil são de origem alemã. Elas entram no país, por exemplo, através da Escola do Recife, cujos principais representantes eram Sílvio Romero e Tobias Barreto. Assim, possuíam um peso muito grande no pensamento intelectual brasileiro.

A preocupação do autor prende-se a um motivo forte:

E assim a coisa vai se espelhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas idéias (sic), para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas amanhã, espalhar-se-ão, ficarão às mãos dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalísimos tempos verão uns novos judeus.

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito – é verdade; mas, desprovidas de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam nenhum perigo. Era o preconceito; hoje é o conceito. (BARRETO, 2001c, p. 1267).

Lima Barreto oferece-nos nesse trecho uma assustadora antecipação dos efeitos nocivos que as teorias racistas poderiam provocar. Inicialmente, ele denuncia uma das causas da propagação rápida de tais ideias: a omissão dos atingidos e dos intelectuais de nossa terra. No caso desses, detecta como causa dessa omissão, a subserviência aos conceitos vindos da Europa. Posteriormente, apresenta o perigo que representam para a dignidade humana, se

apropriadas por políticos mal intencionados que manipulem as massas e com isso gerem matanças e humilhações. Um dos personagens limanos é denominado por ele “Isaiás” e demonstra ter no romance uma faceta de profeta, ao denunciar as mazelas da sociedade brasileira no que tange à questão racial e à imprensa. Mas, nesse caso que citamos, Lima é que demonstra ser um “profeta”, ao antecipar o que seriam as consequências terríveis do racismo na Alemanha nazista. Hitler, o político, se apossou do ideário racista e, através da manipulação da massa, gerou matança e humilhações por conta da suposta superioridade da raça ariana.

O autor demonstra-se também consciente do fato de que o racismo tem uma longa história. Sua declaração, porém, atenua sua força no passado, sugerindo que é mais forte em sua época por conta do discurso científico. Nesse aspecto, ele demonstra uma influência do cientificismo que combate ao se referir à falta de “base séria” nos conceitos empregados no passado para justificar a preponderância de uma raça sobre a outra. Ora, o discurso religioso, em determinada época, era visto como uma base séria para se acreditar na diferença das raças. Além disso, o próprio discurso barretiano, mais tarde, provará que a ciência não é uma base tão séria como parece para se comprovar alguma coisa.

Continuando suas observações sobre o assunto em seu diário, ele nos oferece uma relação das possíveis fontes dos discursos racistas:

Esmagadoras provas experimentais endossam-no. Se F. tem 0,02 m a mais no eixo maior da oval de sua cabeça, não é inferior em relação a B, que tem menos, porque ambos são da mesma raça; contudo, em se tratando de raças diferentes, está aí um critério de superioridade.

As mensurações mais idiotas são feitas, e pelo complacente critério do sistema métrico, os grandes sábios estabelecem superioridades e inferioridades.

Não contentes com isso, buscam outros dados, os psíquicos, nas narrações dos viajantes apressados, de ‘touristes’ imbecis e de aventureiros da mais baixa honestidade. (BARRETO, 2001c, p. 1267-1268)

Um dos supostos meios de provar a superioridade de uma raça sobre a outra era a mensuração de crânios (craniometria). LB demonstra como os dados obtidos eram manipulados para gerar a crença de superioridade de uma raça sobre a outra. Primeiro, é preciso esclarecer que ele não nega que haja diferença de tamanho entre crânios. O que critica é como esses resultados são utilizados de forma fraudulenta para provar um conceito. Isso é feito por se atribuir critérios diferentes à mesma constatação. Se há diferença de tamanho entre crânios de

peças da mesma raça, isso não é considerado indicativo de inferioridade de um em relação ao outro, mas as coisas mudam de figura quando o caso envolve membros de raças diferentes.

A seguir, enfoca outras fontes de racismo: as narrações de viajantes apressados, de turistas e aventureiros desonestos. Skidmore (1976, p. 135) relata que as viagens de pesquisa antropológicas estavam nas mãos de visitantes estrangeiros, especialmente alemães e escandinavos, cujos trabalhos forneciam informação etnográfica e linguística. Sem querer generalizar, podemos afirmar que o trabalho de muitos desses viajantes endossava as teorias raciais. Ao ler esse trecho, é inevitável pensar nos viajantes europeus e seus relatos no início da colonização, sobre os quais tratamos no primeiro capítulo. O que se constata aqui é que a prática persiste, ainda que com nuances inerentes à época, sobre as quais não é de interesse tratar nesse momento.

Diante disso, como se posiciona Barreto?

É satisfação para minh'alma oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos. Oh! A ciência! Eu era menino, tinha aquela idade, andava no meio dos preparatórios, quando li, na 'Revista Brasileira', os seus esconjuros, os seus anátemas... Falavam as autorizadas penas do senhor Domício Gama e Oliveira Lima... Eles me encheram de medo, de timidez, abateram-me; a minha jovialidade nativa, a satisfação de viver nesse fantástico meio tropical, com quem tenho tantas afinidades, ficou perturbada pelas mais degradantes sentenças. Desviei a corrente natural de minha vida, escondi-me em mim mesmo e fiquei a sofrer para sempre. Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma coisa e amanhã poderei mais e mais. Não pararei nunca, não me deterei; nem a miséria, as perseguições, as decomposturas me deterão. Sacudi para longe o fantasma do medo; sou forte, penso, tenho coragem... Nada! Nada! Nada! É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo. (BARRETO, 2001c, p. 1268)

Sobre a visão acima exposta, Sevcenko (1989, p. 174-175) destaca que o que incentivava as críticas do escritor carioca era o cunho discriminatório da ciência do início do século XX, que apresentava uma relação de mão dupla com a colonização europeia. De um lado, era sugestionada pela expansão colonialista, ou seja, alguns de seus temas ou discussões originavam-se de demandas colonialistas. Por outro, suas supostas descobertas impulsionavam essa expansão, isto é, eram empregadas como instrumento de dominação interna. Percebemos, assim, a existência de dois tipos de emprego do discurso científico. O primeiro, era o das

nações europeias para justificarem sua dominação sobre os demais povos; o segundo, dentro de uma nação que, politicamente, ou seja, aparentemente, se libertara da dominação colonial, caso do Brasil.

Nesse aspecto, elas seriam de fácil disseminação por conta de dois motivos. O primeiro seria por fornecerem uma comparação hierárquica que serviria de base para formas de eliminação e desmoralização, que seriam instrumentos úteis numa sociedade de poucos recursos em que a concorrência de oportunidades era dramática. O segundo é de que serviria de fonte de justificativa para atitudes segregacionista num país em que ainda pairava a herança do pensamento escravagista.

Merece destaque também no trecho citado do Diário, o testemunho pessoal de um atingido diretamente pelas teorias racistas. Seu primeiro contato, ainda menino, com tais teorias é avassalador. Debaixo da pressão da credulidade na ciência, o jovem Lima Barreto tem sua alegria destruída e vê surgir em si a timidez e o sofrimento secreto. Com o passar dos anos, porém, sente-se preparado para enfrentar tais preconceitos e lhes declara guerra eterna, proclamando-se um combatente corajoso, que nada deterá.

O que gerou tal mudança?

O último parágrafo explica: o fato de ter percebido a falibilidade dos conceitos científicos (“não é um cochicho de Deus”). Além disso, se apercebe que a ciência não é nenhum “instrumento mágico” que confira algum poder especial aos europeus sobre os demais povos.

Um detalhe importante sobre a citação acima é que faz parte, conforme já dito, de seu Diário Íntimo. Não havia, porém, intenção do autor em publicar esse diário, que só veio a lume muito mais tarde.

Assim, embora apresente informações importantes a respeito do pensamento barretiano sobre o assunto, faz-se necessário verificar como esse pensamento se apresenta em sua obra literária, o que faremos em seguida através de alguns exemplos.

Um primeiro ponto a destacar é como nos apresenta a ciência e seus efeitos. Há um caráter desmistificador nessa apresentação. Exemplo disso é encontrado no conto “A nova Califórnia”. A chegada de Raimundo Flamel à cidade de Tubiacanga e o efeito de sua presença nos ajudam a entender a visão do autor sobre a ciência. Para entender esse conto, é preciso atribuir-lhe um caráter

metonímico, tomando a parte como representação de um todo. Nesse sentido, Tupiacanga pode ser lido como um microcosmo que representa o Brasil. Já Flamel seria o ilustre representante da ciência. A chegada do sábio à cidade provoca, inicialmente, uma reação de suspeita e estranheza. Com o tempo, porém, essa reação transmuta-se em admiração. Detalhe: essa mudança é provocada pelo boticário, uma espécie de sábio local em quem todos confiam. Alargando nossa leitura, podemos afirmar que Flamel representa os conceitos científicos vindos de fora, enquanto que o boticário ilustra os sábios nacionais, que são responsáveis pela aceitação desses conceitos.

Que efeito traz a penetração da ciência no país? O final do conto (mortes e destruição) nos revela que Lima é pessimista quanto a isso.

O único que fica alheio a tudo e sobrevive é o bêbado Belmiro, figura que nos lembra a do escritor, que não se deixou contaminar pelo culto à ciência.

Conforme vimos anteriormente, através de uma leitura do *Diário Íntimo* do autor, uma das prováveis causas de malefícios provocados pela ciência que o preocupam é a propagação e popularização das teorias raciais. Para combatê-las, lança seu primeiro romance, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, cujo objetivo é demonstrar que tais teorias são incorretas, conforme demonstra o seu prefácio, escrito pela personagem-título:

Eu me lembrei de escrever essas recordações, há dous anos, quando um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor público da comarca.

Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou em regra geral pela ausência deles.

Li-o a primeira vez com ódio, tive desejos de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor.

Considerarei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos deste ficam vivos, de pé.

O melhor, pensei, seria opor argumentos a argumentos, pois se uns não destruíssem os outro, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido.

[...] resolvi narrar trechos de minha vida, sem reservas nem perífrase, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo, que sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e nosso sangue, mas fora de nós, na sociedade que nos cercava, as causas de tão feios fins de tão belos começos.

[...] Não é meu propósito também fazer uma obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no

indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno. (BARRETO, 2001g, p. 116-117)

Embora o trecho não contenha nenhuma referência direta às teorias raciais, podemos deduzir sua presença por detrás das “multiplicadas considerações desfavoráveis” contidas no artigo que tanto irritam o narrador.

A partir daí, ele passa a analisar qual seria a melhor forma de responder a isso. A primeira opção – ataque pessoal ao autor – é logo descartada, pois não serviria para demonstrar a inveracidade das conclusões a que chegava. A solução encontrada é escrever uma obra memorialística que demonstre com fatos que o escritor do artigo está enganado.

Verificamos, então, a ocorrência de um artigo em que se apresenta um problema (o fracasso intelectual dos mestiços) e uma tese (a causa genética). O que Lima visa é demonstrar que a tese é incorreta. Ele concorda que o problema existe, mas sua causa é diversa.

Comentando a respeito do objetivo do romance, Miguel-Pereira (1997, p. 449), no artigo “Lima Barreto”, julga que o livro foi escrito para provar que os mestiços sempre fracassam e que mesmo aqueles que triunfam só o fazem à custa do sacrifício da dignidade e da compostura moral, não por inferioridade, mas por gastarem todas as suas energias na luta. Discordamos dessa leitura de Miguel-Pereira e preferimos a de Osman Lins (1997, p. 512), que assinala que a obra foi escrita com o intuito de demonstrar que as causas de fracassos como o de Caminha não advêm de causas psicológicas, atávicas ou antropológicas, mas sim de natureza social.

Assim, observa-se que o autor apresenta uma segunda explicação para o mesmo problema. Essa apresentação questiona a validade da primeira que, se não sofresse esse questionamento, poderia tomar ares de uma verdade absoluta.

A resposta não é dada através de teorias científicas contrárias, pois na época não estavam à disposição, mas por meio da experiência de vida dos atingidos pelo problema, representados na figura de Isaías Caminha. No romance, faz ouvir a “voz” dos subalternos (os mestiços), questionando a falsa imagem que deles se criou. Eis aqui mais um traço pós-colonial na obra do escritor.

Logo no início da obra, ele nos mostra que a ascensão social de um mulato não depende apenas de si mesmo, mas de um apadrinhamento apropriado

(carta do chefe político local para um deputado). Quando esse apadrinhamento falha, Isaías vê-se diante de um intrincado cipoal de dificuldades que o impede de atingir seu sonho de ser doutor, ou em outras palavras, de ascender socialmente. Na grande concorrência pelas poucas oportunidades, ele carrega em si o estigma da cor da pele, o que o colocará sempre em segundo plano quando concorrer com brancos. Ilustrativo dessa desvantagem é o episódio da viagem em que, apesar de estar na frente, na hora de comprar um café, Isaías é preterido por um loiro e censurado com aspereza pelo vendedor quando reclama desse tratamento. Trata-se de um jogo de cartas marcadas em que os mestiços sempre estão em segundo plano na luta por oportunidades, a não ser que tenham um bom apadrinhamento. Dessa forma, Lima prova que as causas do fracasso de Isaías não são genéticas (ele possui grande inteligência), mas sociais (a falta de oportunidades para negros e mulatos que não têm um “pistolão”). Em síntese, embora não houvesse mais escravidão, negros e mulatos ainda dependiam da tutela do branco.

A parte disso, o autor procura também desmistificar a ideia de infalibilidade da ciência. Isso pode ser observado na passagem do romance em que conhecemos o doutor Franco de Andrade, que é assim descrito na obra:

[...] grande prêmio da Faculdade da Bahia, literato, alienista e clínico ao mesmo tempo. Viera na comitiva de um ministro baiano e já possuía quatro empregos. Além de lente substituto, era médico do Hospício, legista da Polícia e subdiretor da Saúde Pública. Escrevera um volume de poesias místicas e espalhava nas aulas o mais vulgar materialismo, era idealista em verso; em prosa, positivista. (BARRETO, 2001g, p. 217).

O jovem doutor, cujo trecho acima demonstrar assimilar as ideias meramente pelas ideias, sem um questionamento profundo delas, é convidado pelo jornal a colocar sua opinião de abalizado sábio-cientista na solução de um crime misterioso em que havia duas vítimas decapitadas.

Diante do problema, o “sábio” parecer dele é:

- Penso que o exame médico-legal não se deve limitar a uma simples autópsia... Convinha que se o fizesse mais amplo... a exemplo do que se procede na Índia, onde a profusão de raças é imensa e, portanto, a raça é um bom dado para identificar, seria bom que se fizessem mensurações antropológicas...

[...] E o grande prêmio da Bahia, alternativamente Maeterlinck, Charcot e Legrand du Saule, tomou uns ares doutorais como convinha, e continuou:

- O professor Broca indicava trinta e quatro mensurações de primeira ordem; Topinard era de opinião que havia dezoito necessárias e quinze

facultativas; mas Quetelet, na sua 'Antropométrie', exige quarenta e duas. [...] O jovem medalhado passeou um instante pela sala o seu imenso olhar cheio de apetites e ambições, e emendou:
 - Dessas, muitas são tomadas nos membros e no tronco: o talhe, a bacia o fêmur, etc., etc. Demais, ainda se têm outros dados auxiliares: a secção dos cabelos, o exame microscópico do pigmento... Um operador hábil pode com tais meios indicar perfeitamente a raça e a sub-raça do indivíduo. (BARRETO, 2001g, p. 217-218).

Conforme se pode observar pelo texto, a confiança do doutor na ciência como meio de diferenciar uma raça da outra é muito grande. Sua recomendação envolve o uso da antropometria, parte da antropologia física. Skidmore (1976, p. 66) mostra que a antropologia física foi usada para dar base científica aos preconceitos raciais existentes. Para isso, elaboravam tabelas de medidas cranianas, estruturas dos esqueletos e histórias de doenças de determinadas raças. Um pormenor interessante a destacar é como ele chama a atenção para o fato de que tais exames são aplicados na Índia, na época, uma colônia da Inglaterra.

Sua opinião provoca uma reação admirada dos integrantes do jornal, que ficam embasbacados ante a grande sabedoria de Andrade. Ato contínuo, o jornal publica sua fala, que chega aos ouvidos do chefe de polícia, que admirado também, escala-o para a autópsia.

A conclusão não tarda a chegar: "o laudo do doutor Franco, concluía que o homem era mulato, muito adiantado é verdade, um quarteirão, mas ainda com grandes sinais antropológicos da raça negra." (BARRETO, 2001g, p. 218).

Logo, porém, os cadáveres foram identificados:

Passaram oito dias e nada se adiantava. Um acaso permitiu a identificação dos assassinados. Um dono de hotel, tendo um dos seus quartos ocupado por um casal que não aparecia, desconfiou que tivesse sido ele o assassinado. Foi à polícia, as autoridades arrombaram as portas e as malas. Numa delas, encontraram uma carteira de identificação, passada pela polícia de Buenos Aires. Um sargento teve a idéia (sic) de confrontar a ficha dactiloscópica com a do cadáver do homem: e descobriu que o morto era o cidadão italiano Paschoal Martinelli, estabelecido com fábrica de massas na capital portenha, que partira para a Europa com a mulher, tencionando demorar-se uns dias no Rio de Janeiro. Um dia antes dessa elucidação, o doutor Franco de Andrade era nomeado diretor do Serviço Médico-Legal da Polícia da cidade do Rio de Janeiro. (BARRETO, 2001g, p. 219).

Ironicamente, é a própria antropometria (impressão dactiloscópica) quem ajuda a desmascarar o erro de certos ramos dela, que estavam preocupados

em transformá-la em fornecedora de argumentos para as teorias raciais.

O episódio encerra-se por aí e não há mais menção alguma do caso ou do médico na obra. Isso pode ser lido como índice de que o episódio do erro não foi comentado. É lógico crer nessa hipótese, pois denunciá-lo significaria admitir a falibilidade de certos estudos antropométricos, o que colocaria em dúvida o caráter científico das teorias raciais.

Outro texto em que a voz do subalterno se faz ouvir quanto à questão do preconceito racial incentivado por algumas teorias científicas é o conto “Dentes Negros e Cabelos Azuis”, que compõe a obra *Outros Contos*.

De início, tomamos contato com um personagem chamado Gabriel, cuja descrição nos lembra e muito o próprio Barreto:

Nos primeiros tempos, ele sempre me apareceu como uma pessoa inalteravelmente jovial, indiferente às pequeninas coisas do mundo, cético a seu modo; mas, em breve sob essa máscara de polidez, fui percebendo nele um queixoso, um amargo, a quem uma melancolia, provinda de fugitivas aspirações para satisfações impossíveis, revestia de uma tristeza coesa. Depois o seu caráter e a sua organização muito concorriam para sua dorida existência. Muito inteligente para amar a sociedade de que saíra e muito finamente delicado para se contentar de tolerado em outra qualquer, Gabriel vivia isolado, bastando-se a si e aos seus pensamentos, como um estranho anacoreta que fizesse do agitado das cidades, ermo para seu recolhimento.

[...] Esta maneira biface de sua organização, a sua sensibilidade muito pronta e uma tentação delirante, para as satisfações materiais, tinham transformado a sua vida num acúmulo de desastres; pelo que, em decorrer dela, de todo se lhe fora aquela película cética, faceta, gaiata, ficando-lhe mais evidente a alegria e o sainete de filósofo pessimista, irônico, debicando a mentira por ter conhecimento da verdade que é uma das povoadoras da imagem sem validade que é o mundo. Pelos seus trinta e quatro anos, eu o procurava em sua casa, uma pequena casinha, numa ponta do Caju, junto daquele mar de morte que beija as praias desse arrabalde, olhando defronte o cinzelado panorama das montanhas.

Não vivia mal, o emprego exigia pouco e dava relativamente muito; e solteiro, habitava a casinha com um africano velho, seu amigo, seu oráculo e cozinheiro; e um desgraçado poetastro das ruas, semilouco e vagabundo. Era uma colônia de ‘ratés’ animados pela resignação africana. (BARRETO, 2001f, p. 1173-1174).

Gabriel entrega, então, ao narrador da história um manuscrito em folha de alçaço, que reproduz em seguida. O esquema aqui empregado lembra o mesmo de Isaías Caminha, ou seja, Lima prefere dar voz às personagens subalternas, para que falem a respeito de seu sentimento de atingidas pelas teorias raciais estão em voga.

O texto narra em tons expressionistas o estranho encontro entre um

cidadão, que relata sua própria história, e um ladrão, às duas horas da madrugada.

Após um diálogo inicial, o ladrão constata que sua vítima possui características especiais: cabelos azuis e dentes negros. Comovido, o ladrão pretende liberá-lo, mas antes o interroga sobre o que o faz sofrer. Diante da pergunta, o cidadão abre o jogo, mostrando o que lhe atormenta:

[...] É o meu espírito, meu entendimento, é a representação que ele faz do mundo circundante.

[...] É o demônio que me persegue, é o perverso desdobramento da minha pessoa. É uma companhia má, amarga, tenaz que me esporeia e que me retalha. Ela vai junto a mim, bem junto, no caminho que trilho, haja luz ou haja trevas, seja povoada ou deserta a estrada. Não me abandona, não me larga. [...] É um símio irritante que me faz carantonhas e me vai às costas, pula na minha frente, dança, esperneia. (BARRETO, 2001f, p. 1177).

O preconceito é um peso que atormenta a existência da personagem, que se vê, constantemente, às voltas com expressões de espanto e zombaria com relação à sua aparência: “Há por toda a parte zumbidos, alaridos, risotas. Do farfalho das árvores ouço: Olá tingiste a cabeça no céu; mas onde enlameaste a boca? [...] não escolhem palavras, não ensaiam deboches, gritam monstrengo, vergonha da terra.” (BARRETO, 2001f, p. 1177).

Ante a sugestão do ladrão de trabalhar e combater, ele opõe uma descrição do emparedamento gerado pelo preconceito:

[...] não me dado oferecer batalha; [...] sou como um exército que tem sempre um flanco aberto ao inimigo [...]. Se ainda me houvesse curvado ao estatuído, podia... Agora... não posso mais. [...] tenho que andar pela senda estreita da prudência e da humildade, não me afastarei dela uma linha, porque à direita há os espeques dos imbecis, e à esquerda, a mó da sabedoria mandarinata ameaça triturar-me. Tenho que avançar como um acrobata no arame. Inclino-me daqui; inclino-me dali; e em torno recebo a carícia do ilimitado, do vago, do imenso... Se a corda estremece acovardome logo, o ponto de mira me surge recordado pelo berreiro que vem de baixo em redor aos gritos: homem de cabelos azuis, monstro, neurastênico. E entre todos os gritos soa mais alto o de um senhor de cartola, parece oco, assemelhando-se a um grande corvo, não voa, anda chumbado à terra, segue um trilho certo cravado ao solo com firmeza – esse berra alto, muito alto: ‘Posso lhe afirmar que é um degenerado, um inferior, as modificações que ele apresenta correspondem a diferenças bastardas, desprezíveis de estrutura física; vinte mil sábios alemães, ingleses, belgas, afirmam e sustentam’... Assim vivo. (BARRETO, 2001f, p. 1178).

A derradeira cena é devastadora. O bandido ao despedir-se, lança-lhe um olhar de piedade que provoca a seguinte reação: “Pelos anos em fora, [...] mais fundo que essa incurável mágoa muito sofrida na mocidade, doeu-me muito

mais à minha alma [...] a sincera piedade que inspirei àquele homem.” (BARRETO, 2001f, p. 1179).

O conto mostra ser um intrincado jogo de máscaras. O homem de cabelos azuis e dentes negros representa, na verdade, Gabriel e seus sentimentos. O texto é, assim, um depoimento pungente sobre como o preconceito racial afeta emocionalmente os negros. O personagem enfrenta, de um lado, o preconceito da população em geral e, de outro, o dos sábios e suas teorias de uma suposta superioridade de uma raça sobre outra. Tudo isso constrói uma parede que o cerca e contra a qual não há como combater. O final ilustra que, se por um lado, o preconceito machuca, a pena que lhe inspira machuca ainda mais.

Por fim, o conto revela que embora Lima mantivesse a disposição original de lutar contra as teorias raciais preconceituosas, dessemelhante do início, demonstra-se fragilizado diante dos efeitos delas.

Além do combate às teorias raciais, Lima Barreto lutou também contra os efeitos perniciosos delas.

As teorias raciais fornecem subsídios para a elaboração de construtos positivos e negativos das nações e seus habitantes, ponto crucial para a “hegemonia” ou dominação consentida de certos povos sobre os demais. Esses construtos de origem eurocêntrica precisam ser contestados para que haja uma descolonização mental.

O autor trabalhou nesse sentido em um de seus contos, cujo título é “Miss Edith e seu tio”, e que fez parte do livro *História e Sonhos*, que apresenta como data de composição março de 1914.

O conto inicia com uma descrição da pensão Boa Vista e de alguns de seus moradores: Madame Barbosa, uma senhora de cinquenta anos que é a dona da pensão; sua filha Irene; sua cozinheira negra Angélica e os hóspedes Magalhães, Benevente e Alves.

Na hora do almoço, soa a campainha e Madame Barbosa vai pessoalmente atender:

[...] o tímpano elétrico anunciou estrepitosamente um visitante.
 [...] A preta andava lá pelo primeiro andar na faina de arrumar os quartos dos hóspedes mais madrugadores e não ouviu nem o tinir do tímpano, nem a ordem da patroa. Não tardou que a campainha soasse outra vez e desta, imperiosa e autoritária, forte e rude, dando a entender que falava por ela a própria alma impaciente e voluntariosa da pessoa que a tocava. Sentiu a dona da pensão que o estúpido aparelho lhe queria dizer qualquer coisa importante e não mais esperou a mansa Angélica. Foi em pessoa ver quem batia.
 [...] Prontificou-se em abrir a porta envidraçada e logo encontrou um casal de aparência estrangeira. Sem mais preâmbulos, o cavalheiro foi dizendo com voz breve e de comando:
 - Mim quer quarto.
 Percebeu 'Mme.' Barbosa que lidava com ingleses e com essa descoberta muito se alegrou, porque como todos nós, ela tinha também a imprecisa e parva admiração que os ingleses, com a sua arrogância e língua pouco compreendida, souberam nos inspirar. De resto, os ingleses têm fama de dispor de muito dinheiro e ganhem duzentos, trezentos, quinhentos mil-réis, por mês, todos nós logo os supomos dispondo dos milhões dos Rothschilds. (BARRETO, 2001d, p. 1144-1145).

Um detalhe dessa citação merece nossa atenção. Ao atender os visitantes, Madame Barbosa alegra-se ao constatar que se trata de um casal de ingleses. Essa alegria está ligada à sua admiração por eles. O narrador classifica essa admiração como parva ou tola e constata que atinge a todos os brasileiros, dentre os quais ele se inclui através da expressão “todos nós”. Outro vocábulo empregado para descrever essa admiração é “imprecisa”. Um dos significados desse termo é “que não tem clareza”. Assim, o autor parece levantar uma interrogação: por que temos essa admiração? A resposta está na questão dos construtos, que é desconhecida a ele em seu contexto histórico. A seguir, o narrador associa mais dois construtos negativos à figura dos ingleses: arrogância e língua pouco compreendida.

A última frase da citação denota como os brasileiros têm uma falsa imagem dos ingleses, julgando-os milionários, mesmo quando são pessoas pobres. Aqui, há que se lembrar da generalização na atribuição dos construtos. Assim, a riqueza estaria associada a todos os ingleses indiscriminadamente.

Até agora verificamos um choque entre a descrição do narrador e a visão da personagem acerca dos hóspedes.

Prosseguindo com o texto, Lima Barreto nos mostra o tratamento dispensado pela dona da pensão aos ingleses:

‘Mme. Barbosa alegrou-se, portanto, com a distinção social de tais hóspedes e com a perspectiva dos extraordinários lucros, que certamente lhe daria a riqueza deles. Apressou-se em ir pessoalmente mostrar a tão nobres personagens os cômodos que havia vagos.

Subiram ao primeiro andar e a dona da pensão apresentou com os maiores gabos um amplo quarto com vista para a entrada da baía – um rasgão na tela mutável do oceano infinito.

- Creio que servirá este. Aqui morou o doutor Elesbão, deputado por Sergipe. Conhecem? (BARRETO, 2001d, p. 1146).

De olho na distinção social e nos lucros, vantagens oriundas da visão distorcida sobre os ingleses, Madame Barbosa seleciona para eles um dos melhores quartos.

Depois de instalados em dois quartos, já que se declararam tio e sobrinha e não um casal, o casal desce as escadas em companhia da dona da pensão. É, então, que encontram a cozinheira Angélica, cuja reação é descrita pelo autor:

A preta olhou-os demorada e fixamente, com espanto e respeito; parou extática, como em face de uma visão radiante. À luz mortiça da claraboia empoeirada, ela viu naqueles rostos muito alvos, naqueles cabelos louros, naqueles olhos azuis, de um azul tão doce e imaterial, santos, gênios, alguma coisa de oratório, de igreja, de mitologia de suas crenças híbridas e ainda selvagens.

Ao fim de instantes de muda contemplação, continuou o seu caminho, carregando baldes, jarros, moringues, inebriada na visão [...]. (BARRETO, 2001d, p. 1146).

Angélica demonstra, em sua reação, mais admiração do que Madame Barbosa. No caso desta, a admiração prende-se somente ao fato dos novos hóspedes serem ingleses. Já a admiração daquela é provocada pela cor da pele e outras características físicas dos recém-chegados.

Nesse ponto, merece destaque o detalhe de que sua reação é elaborada a partir de uma comparação daquelas figuras com outras, que já conhece (“santos, gênios, alguma coisa de oratório, de igreja, de mitologia de suas crenças híbridas e ainda selvagens”). Embora, a citação liste várias influências que seriam responsáveis por essa reação, deve-se observar que há mais citações quanto à Igreja Católica (“santos, coisa de oratório, de igreja”).

Zarur (2012) revela que os santos, com raras exceções, como a de São Benedito, têm uma aparência europeia (brancos e de pele clara). Além disso, a imagem mais famosa de Jesus é sua representação como homem de cabelos claros e olhos azuis. Tais imagens colaboram para a existência de um construto positivo

em torno da aparência europeia por associá-la ao divino ou sagrado.

Outro detalhe a ser destacado é que muitas dessas imagens são utilizadas nas religiões de matriz africana.

Essas explicações ajudam a compreender o porquê da reação de Angélica ao contato com os ingleses. Por analogia, ela faz a associação entre a figura dos hóspedes e dos santos que conhece.

Lima emprega essa passagem para nos mostrar que há uma “sacralização” da figura dos ingleses, que são associados ao “divino”. Ora, o ser humano religioso se submete ao divino por considerá-lo superior. Da mesma forma, essa relação colocaria os visitantes num patamar superior em relação aos brasileiros, na visão de alguns de nossos patrícios.

Cumprе esclarecer o uso da palavra “selvagem” por parte do escritor. Conforme já vimos anteriormente, ele se coloca ou como parte do povo ou como médio, procurando marcar diferença entre a sua cultura e a ignorância popular. É o que se verifica, em nossa opinião, no caso da citação mencionada. Embora, à primeira vista, possa parecer que despreza a cultura e a religiosidade popular, não é o que, na verdade, acontece, como teremos a oportunidade de demonstrar ao tratar do tema algumas linhas adiante.

Os ingleses se retiram, prometendo voltar no dia seguinte. Na saída, o autor descreve como Madame Barbosa “se deixou ficar embevecida contemplando os ingleses. [...] admirou-lhes o império verdadeiramente britânico com que ordenaram a parada do veículo e a segurança com que se colocaram nele [...]” (BARRETO, 2001d, p. 1147). Mais uma vez, saltam aos olhos os construtos positivos (“império com que ordenaram a parada” e “segurança com que se colocaram nele”).

Portanto, aos olhos dos personagens, os estrangeiros mostram-se superiores seja quanto ao físico, seja quanto à maneira de agir.

A dona da pensão resolve contar a boa novidade aos demais hóspedes, mas antes seleciona sua mesa mais bem localizada e faz uma decoração especial nela, reservando-a para o casal inglês. (BARRETO, 2001d, p. 1147).

Os hóspedes, ao ficarem sabendo dos novos companheiros que terão, entabulam uma discussão sobre os ingleses. Participam dela: Dona Sofia, uma rica viúva; o doutor Benevente, um bacharel, que escrevia em jornais; Magalhães, um escriturário de alfândega e Melo, um empregado público, que fora

auxiliar do Marechal Floriano e como bom jacobino, abominava estrangeiros.

Dona Sofia expressa-se brevemente dizendo não gostar dos ingleses, no que é refutada pelo Doutor Benevente, que mostra ser dentre os membros do grupo, o ardoroso defensor deles. Magalhães posiciona-se contra a fala do bacharel, e qualifica os ingleses de “povo frio e egoísta”. Benevente rebate, alegando que os ingleses mantêm muitos estabelecimentos de caridade e de instrução criados e mantidos por entidades particulares. O que não são é sentimentais e piegas como nós. São fortes. Nesse ponto, Melo entra na discussão, chamando os ingleses de “ladrões e usurpadores”. O bacharel utiliza, então, a ciência para justificar seu fascínio pelos ingleses: “[...] é lei do mundo: os fortes devem vencer os fracos. Estamos condenados.” (BARRETO, 2001d, p. 1148)

O discurso darwinista é empregado pelo bacharel para justificar a preponderância dos ingleses sobre os brasileiros. Nesse sentido, Benevente demonstra ser um bom propagandista da “ideologia do colonialismo”.

O suposto sábio é logo desmascarado pelo escritor:

O bacharel usava e abusava desse fácil darwinismo de segunda mão; era o seu sistema favorito, com o qual se dava ares de erudição superior. A bem dizer, nunca lera Darwin e confundia o que o próprio sábio inglês chama de metáforas, com realidades, existências, verdades inconcussas. Do que a crítica tem oposto aos exageros dos discípulos de Darwin, dos seus amplificadores literários ou sociais, do que, enfim, se vem chamando as limitações do darwinismo, ele nada sabia, mas falava com a segurança de inovador de há quarenta anos passados e ênfase de bacharel recente, sem as hesitações e dúvidas de verdadeiro estudioso, como se tivesse entre as mãos a explicação cabal do mistério da vida e das sociedades. (BARRETO, 2001d, p. 1149).

Barreto, portanto, não critica a teoria darwinista, mas leituras equivocadas que se fazem delas e que encontram guarida na fala do jovem bacharel.

O argumento “científico” revela sua força e todos concordam com Benevente quanto aos grandes méritos dos ingleses: capacidade de iniciativa, audácia comercial e financeira, honestidade, lealdade e moralidade. Nesse momento, intervém Florentino, um juiz aposentado, que declara que os homens ingleses casam-se puros como as donzelas. (BARRETO, 2001d, p. 1149).

Os hóspedes chegam e passam a tratar a todos de forma arrogante: “entraram sem descansar a ninguém; cumprimentaram entre os dentes e foram sentar-se [...]”. Dentre os dois, o homem demonstra ser mais orgulhoso: “o inglês era

outra coisa: brutal de modos e fisionomia. Posara sempre de ‘Lord’ Néilson ou Duque de Wellington; olhava todos com desdém e superioridade esmagadora [...]” (BARRETO, 2001d, p. 1150-1151)

Ao invés de se ofenderem com esse comportamento, os demais hóspedes

[...] acharam neles não sei o que de superior, de superterrestre; deslumbraram-se e encheram-se de um respeito religioso diante daquelas banalíssimas criaturas nascidas numa ilha da Europa Ocidental.
[...] todos suportavam aquele desprezo como justo e digno de entes tão superiores. (BARRETO, 2001d, p. 1151)

A admiração sem medida faz com que todos os demais hóspedes, sem exceção, imaginem que os estrangeiros são pessoas importantes, ocupando elevadas posições. Tio e sobrinha seriam nobres ou parentes do banqueiro Rothschilds. Já Mr. Mac Nabs poderia ser um gerente de um banco ou almirante.

A maior admiradora dos ingleses, no entanto, continua sendo a negra Angélica.

Certo dia, porém, ela se depara com uma cena inusitada ao levar chá para a inglesa e não encontrá-la em seu quarto e que a leva a uma descoberta surpreendente:

Premida pelo serviço, Angélica saiu do aposento da inglesa; e foi nesse instante que viu a santa sair do quarto do tio, em trajes de dormir. O espanto foi imenso, a sua ingenuidade dissipou-se e a verdade queimou-lhe os olhos. Deixou-a entrar no quarto e, cá no corredor, mal equilibrando a bandeja nas mãos, a deslumbrada criada murmurou entre os dentes:
- Que pouca vergonha! Vá a gente fiar-se nesses estrangeiros... Eles são como nós... (BARRETO, 2001d, p. 1152)

A cena dessacraliza a figura dos ingleses, que de “deuses” vêm-se agora rebaixados à categoria de homens iguais aos outros e capazes dos mesmos pecadilhos dos demais.

Assim como já fizemos com a cidade de Tupiacanga, na análise que realizamos do conto “A nova Califórnia”, tomemos a pensão Boa Vista como um microcosmo que representa o Brasil e seus variados tipos de habitantes. Benevente representa os intelectuais, que influenciam a opinião dos brasileiros para essa subserviência em relação aos europeus, no caso, os ingleses. Essa admiração excessiva faz com que os brasileiros dispensem a eles um tratamento “sacralizado”,

destinando-lhes tudo o que de melhor tem. Tal visão é fruto da ideologia do colonialismo, que exerce uma forte influência, conforme vimos através do exemplo de argumentação do Doutor Benevente.

Lima, no entanto, utiliza um elemento humilde para desmistificar essa visão. Através do olhar da negra, derruba a barreira hierárquica que existe entre os povos, montada através de construtos positivos e negativos, indicando-nos a igualdade existente entre eles (“eles são como nós”). Uma segunda leitura pode indicar também a quebra da barreira racial (eles, os brancos, são como nós, os negros ou mestiços). Nesse aspecto, o conto adquire um caráter de instrumento de descolonização mental, indicando, assim, outro traço de pós-colonialismo na obra barretiana.

Verificamos, anteriormente, nesse trabalho, como Lima Barreto preocupava-se com o uso de teorias de teor supostamente científico como suporte para atitudes segregacionistas. Infelizmente, por conta do cosmopolitismo, que foi, claramente, influenciado pelas teorias raciais, o Rio de Janeiro transformou-se numa cidade segregacionista. O escritor, com sua visão lúcida, se apercebeu disso e transmitiu sua descoberta na crônica intitulada “O Prefeito e o Povo”, datada de 15 de janeiro de 1921 e parte da obra *Marginália*. Notem com quem ele compara o prefeito Carlos Sampaio:

O senhor doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o Senhor de Frontin. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro, e, até, nela nasci; mas, apesar disso não sinto quase a ação administrativa de Sua Excelência. Para mim, Sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Cochinchina. Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena. É isto que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc.; e em geral, nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra. (BARRETO, 1961f, p. 117).

Para Sevcenko (1997, p. 343), o autor possuía uma aguda consciência de que um novo estilo e um novo grau de discriminação estavam sendo introduzidos em nossa sociedade e que vinham acompanhados de uma segregação sistemática, da qual era vítima. Essa segregação seguia modelos existentes na época, conforme demonstra o fragmento. Os modelos seriam o da Zambézia, Cochinchina, Índia, China e Java. A Zambézia é uma região de Moçambique, a Cochinchina é o atual Vietnã, enquanto que Java é uma das ilhas da Indonésia.

Todas essas regiões, incluindo-se aí a Índia, estavam sob dominação colonial por ocasião da escrita desse texto. No caso da China, apenas parte dela era colônia: Hong Kong, colônia inglesa, e Macau, colônia portuguesa.

Assim, Lima denuncia que o prefeito segue um modelo governamental colonialista no que tange à distribuição espacial dos habitantes da cidade, pretendendo dividi-la em duas: europeia (o centro) e indígena (a periferia).

Sua declaração sobre a segregação colonial coincide com a visão de Fanon (1990, p. 29-30), que nos mostra que o mundo colonial é cortado em dois: uma cidade indígena e outra europeia. Ele destaca que tal divisão obedece a uma lógica aristotélica (divisão de “bárbaros” e “civilizados”). Essa declaração torna clara a ligação entre o eurocentrismo e o helenocentrismo, sendo o primeiro herdeiro do segundo. Em seguida, faz uma descrição das duas cidades. A cidade do colonizador é descrita como de pedra e ferro. É uma cidade iluminada e asfaltada, onde as latas de lixo estão cheias de coisas que o colonizado nunca viu ou sonhou. O colono está sempre calçado de bons sapatos e caminha numa cidade limpa, lisa, sem buracos ou pedras. A fatura é a marca dessa cidade de brancos e estrangeiros. Por outro lado, a cidade do colonizado é um lugar de má fama, povoado por homens de má fama, que se amontoam uns sobre os outros. Ali há fome de pão, carne, sapatos, carvão, luz e seus habitantes caminham na lama.

É óbvio que os colonizadores não têm nenhum interesse em mudar essa situação. Dessa forma, Lima, comparativamente, demonstra o desinteresse dos prefeitos do Rio em modificar a situação de penúria dos habitantes dos subúrbios e favelas:

Todo dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores de minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinqüenta (sic) anos, a pedregulhos respeitáveis. Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asfalto com que a Prefeitura Municipal está cobrindo os areais desertos de Copacabana. Por que será que não reserva um pouquinho dos seus cuidados para essa útil rua das minhas vizinhanças, que é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma? Justos céus! Tem acontecido com estes cada cousa macabra! Nem vale a pena contar. (BARRETO, 1961f, p. 117)

Assim, nesse texto, o autor faz, na verdade, uma dupla denúncia. Se ele serve para mostrar as más condições de vida dos habitantes dos subúrbios cariocas, serve também para denunciar a presença de resíduos colonialistas na

forma como a prefeitura do Rio trata a elite e os extratos mais pobres da população.

Lima Barreto se posicionará contra essa fragmentação da cidade, fruto de uma visão eurocentrista de sua elite. Para ele, não havia um porque para essa separação. Em sua visão, a cidade é uma soma, não uma divisão:

Não se separavam bem as pessoas e as coisas, o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e muitas experiências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era o teatro ou o cemitério, não era o capitalista ou o mendigo, era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes de quase quatro séculos contados. (BARRETO, 2001e, p. 458).

A segregação pretendida pela elite carioca da época não era somente espacial, mas também cultural, revelando, assim, uma herança do maniqueísmo colonial. De um lado, o centro ostentava a cultura europeia, enquanto desprezava a cultura dos subúrbios e seu caráter híbrido, vista como atrasada e palco de comportamentos indecentes. Velloso (1988, p. 48-49), em *As Tradições Populares na Belle Époque Carioca*, relata como alguns membros da “cidade letrada” contribuíam para essa segregação. Ela faz referência a como Olavo Bilac na crônica “A dança no Rio de Janeiro”, publicada na revista Kosmos de maio de 1906, constrói uma espécie de geografia social da cidade, dividindo-a em dois polos. De um lado, o bairro central de Botafogo (valsa: modelo de civilização e contenção), de outro, o bairro suburbano da Cidade Nova (maxixe: modelo de licenciosidade e prazer).

Nesse aspecto, é interessante comparar essa constatação com a de Memmi (1977, p. 107-108) quanto à opinião emitida pelo colonizador em relação à cultura do colonizado: “declarou-se ao colonizado que sua música é miado de gato; sua pintura xarope de açúcar. Repete que sua música é vulgar e sua pintura enjoativa”.

A comparação demonstra como o eurocentrismo continuou influenciando a mentalidade da elite brasileira, conforme se pode comprovar através da tentativa de instituição de um binarismo cultural (inscrições culturais europeias e cultura popular). (BONNICI, 2009, p. 273).

A versão segregacionista proclamava a Cidade Nova como habitada somente por negros e local em que imperava o maxixe, ritmo de “licenciosidade e prazer”. À bem da verdade, Lima descreveu como era realmente tal lugar:

Para os imitadores, nas 'revistas' de ano e nos jornais, de velhos e obsoletos folhetins, a população da Cidade Nova é quase que inteiramente de cor, no que se enganam e em tudo o mais que se segue.

[...] a ela se vieram juntar os imigrantes italianos ou de outras procedências, vivendo de pequenos ofícios [...].

Já se vê, pois, que, ao lado da população de cor, naturalmente numerosa, há uma grande e forte população branca, especialmente de italianos e descendentes. Não é raro ver-se naquelas ruas valentes napolitanas a sopesar na cabeça fardos de costura que levaram a manufaturar em casa; e a marcha esforçada faz os seus grandes argolões de ouro balançarem nas orelhas, tão intensamente que se chega a esperar que chocalhem.

[...] Não é verdade, como fazem crer os panurgianos de 'revistas' e folhetins 'surannés', que os seus bailes sejam coisas licenciosas. Há neles até exagero de vigilância materna ou paterna [...].

A Cidade Nova dança à francesa ou à americana e ao som do piano. Há por lá o célebre tipo de pianista, tão amaldiçoado, mas tão aproveitado que bem se induz que é ocultamente querido por toda a cidade. (BARRETO, 2001e, p. 450-451).

O trecho acima deixa claro que muitos dos costumes do centro já haviam penetrado no subúrbio e que, portanto, a polarização tão propalada pela elite era falsa.

Como pudemos perceber pelos comentários acima, a segregação cultural abrangia o desprezo por tudo que fosse de origem popular. O violão e a modinha eram alguns dos alvos desse desprezo. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, através da voz da personagem principal, Lima Barreto faz a defesa desses elementos da cultura popular:

É preconceito supor-se que todo homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. Nós é que temos abandonado o gênero, mas com ele já esteve em honra, em Lisboa, no século passado, com o padre Caldas, que teve um auditório de fidalgas. Beckford, um inglês notável, muito o elogia. (BARRETO, 2001h, p. 263).

As superstições de origem africana e indígena também sofriam pesados ataques da parte da elite. E também mereceram a defesa do escritor carioca. Na crônica intitulada "Superstições Domésticas", datada de 27 de março de 1919, parte do livro *Coisas do Reino de Jambom*, faz uma observação interessante logo no início:

Na Europa, em qualquer parte dela, as superstições abundam. Todos nós sabemos disso, mas é idéia (sic) feita que só os italianos o sejam e um pouco os espanhóis. Dá-se lá o que se dá entre nós, onde os sociólogos profundos atribuem as nossas, que, às vezes são bem européias (sic), a depósitos na nossa consciência de credices africanas, quando não tupaicas.

É própria da nossa fraqueza mental essa pressa em explicar com criações arbitrárias o que não podemos cabalmente elucidar de outra forma; daí essas simplistas generalizações de nossos falsos sábios, quanto às origens de nossas crendices ou abusões. (BARRETO, 2001b, p. 1026)

Com respeito à maneira como os elitistas da Belle Époque encaravam as superstições, Velloso (1988, p. 45) ressalta que as de origem europeia eram absorvidas como mera curiosidade, enquanto que as de origem africana e indígena eram avaliadas como manifestações de selvageria e barbárie.

No texto acima, ele demonstra como todos os povos se comportam de forma idêntica quanto à questão da superstição e como a diferenciação feita pelos habitantes do centro baseia-se meramente em um critério racista.

Logo em seguida, reforça o seu argumento de igualdade entre diversos povos no que diz respeito a essa questão:

Os estudiosos de folclore já têm observado essa unidade espiritual da raça humana, vendo nos seus contos, fábulas, cantigas, ritos articulares e superstições uma relativa analogia substancial de temas a se manifestar com aparências narrativas de formas variadas.

O senhor Van Cennep diz que da 'Cendrillon' de Perrault, conhecida por nós como 'A Gata Borralheira', há mais de quatrocentos variantes, de todos os tempos e todos os países, desde a Europa até o Extremo Oriente e à nossa América.

[...] O autor que citei diz que a conquista da Argélia, com o estudo dos árabes e berberes, demonstrou a existência na África do Norte de múltiplos temas, gozando de uma extensa voga na Europa Oriental. (BARRETO, 2001b, p. 1026).

Na crônica seguinte, "Rezas e Orações", datada de 03 de abril de 1919 e parte do mesmo volume da crônica anteriormente citada, estabelece um paralelo entre as superstições de origem europeia da cidade e as superstições suburbanas:

Nunca me foi dado ler uma oração destas, distribuídas por cartomantes-feiticeiras, professores-cartomantes-feiticeiros, que há por aí e vivem com o favor dos seus poderes sobre humanos de unir corações e fazer toda a sorte de felicidades. [...] São cínicos demais e os seus anúncios [...] são a mais segura demonstração do seu charlatanismo explorador.

[...] Na roça carioca, [...] os 'benzedores' e 'rezadeiras' não são desse quilate. Têm fé no seu mister e sua sinceridade comunica essa fé aos outros. (BARRETO, 2001b, p. 1029-1030).

Na visão do autor, os benzedores e rezadeiras suburbanos acreditam realmente naquilo que fazem, ou seja, suas crenças são sinceras;

enquanto que os feiticeiros ou cartomantes da cidade não passam de charlatões. Assim, ele atribui uma qualidade positiva a uma tradição popular que é vista de forma tão negativa.

Essa tradição, aliás, aparecerá em sua principal obra, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, na pele de Sinhá Chica, uma moradora de Curuzu, localidade onde ficava o Sítio Sossego, propriedade do personagem principal:

[...] uma velha cafuza, [...] cuja fama de rezadeira pairava sobre todo o município. Não havia quem como ela soubesse rezar dores, cortar febres, curar cobreiros e conhecesse os efeitos de ervas medicinais [...].

[...] Era de ver como pegava uma faca e agitava o pequeno instrumento em cruz, repetidas vezes, sobre a sede da dor ou de tarefa, rezando em voz baixa, balbuciando preces que afugentavam o espírito maligno que estava ali.

[...] Não esquecia também os santos, a santa madre igreja, os mandamentos, as orações ortodoxas; embora não soubesse ler, era forte no catecismo e conhecia a história sagrada aos pedaços, aduzindo a ela interpretações suas e interpolações pitorescas. (BARRETO, 2001h, p. 393-394).

Sinhá Chica conhecia tanto os feitiços africanos, quanto a história sagrada. A personagem representa o hibridismo religioso que marca o meio popular. Esse sincretismo se repetia também entre o povo da localidade:

No interior, e não é preciso se afastar muito do Rio de Janeiro, as duas medicinas coexistem sem raiva e ambas atendem às necessidades mentais e econômicas da população. A da Sinhá Chica, quase grátis, ia ao encontro da população pobre [...]. A sua clientela, entretanto, não se resumia só na gente pobre da terra, [...] havia mesmo recém-chegados de outros ares, italianos, portugueses e espanhóis [...].

Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de Sinhá Chica atendia aos miseráveis, aos pobretões, a do doutor Campos era requerida pelos mais cultos e ricos [...]. Às vezes, um grupo passava para o outro; era nas moléstias graves, nas complicadas, nas incuráveis, quando as ervas e as rezas da milagrosa nada podiam fazer ou os xaropes e as pílulas do doutor eram impotentes. (BARRETO, 2001h, p. 394).

Para Velloso (1988, p. 47), essas passagens mostram qual é o ponto crucial da obra barretiana quanto à cultura brasileira. Ele não a considera como algo acabado, mas que está se processando. Daí se compreender porque em sua busca da substância autêntica do país através da eliminação de tudo o que não fosse nativo, Policarpo Quaresma, personagem de seu principal livro, se depara com duas decepções. A primeira é a de que nossas primeiras manifestações culturais são de origem estrangeira e a segunda é o caráter momentâneo e transitório de nossas

tradições e costumes. (FIGUEIREDO, 1997c, p. 383).

É preciso, no entanto, compreender bem a postura de Lima Barreto com relação à cultura popular. Não se pode afirmar com honestidade que ele fosse um entusiasta dela. Em muitos textos, encontramos pesadas críticas quanto ao conteúdo artístico apresentado no teatro de revista, nas composições populares e na festa carnavalesca. Em outras ocasiões, o autor preferiu o silêncio, justificando essa tomada de posição por sua condição de “homem do povo”.

A respeito da posição do autor quanto a esse assunto, Resende (1993, p. 118) comenta que:

[...] em postura oposta à dos mandarins da República, cujo olhar se dirigia de cima ou para os lados, mas para baixo nunca, mostra-se capaz de olhar em todas as direções e, mesmo sem fazer seu o gosto do subúrbio, foi capaz de aceitá-lo sem paternalismo, sem valorização do ‘exótico’ mas com tolerância e bom humor [...].

O escritor também procurou eliminar essa barreira segregacionista por trazer elementos da cultura popular para os seus escritos, como se evidencia, por exemplo, no uso de provérbios.

Cury (1981, p. 161-162) destaca um aspecto interessante no uso desses recursos. Segundo ela, o provérbio representa uma síntese de caracteres repetitivos, cujo efeito é reforçar a conformidade com o *status quo*, o que denota o seu caráter conservador. Mas nem sempre isso ocorre. Em determinados contextos, o provérbio pode vir a ser um fator organizador ou indicador de soluções, que resultem em mudanças.

Na obra do autor carioca, ele apresentaria um caráter duplo e simultâneo: ser conformista e inventivo.

O primeiro exemplo que apresenta se encontra na crônica “A superstição do doutor”, do livro *Bagatelas*: “Cada macaco no seu galho”. (BARRETO, 1961a, p. 47). Uma leitura descontextualizada, isto é, antes de conhecer o conteúdo da crônica mostraria uma face conservadora: cada um deve estar contente com a função específica que tem e ficar nela. Mas o sentido se altera se analisarmos o assunto em questão: a Academia Brasileira de Letras e seus membros. A crítica expressa no texto dirige-se ao fato de que muitos elementos que não têm nada a ver com o mundo literário fazem parte dela. Nesse sentido, o uso do provérbio prega uma mudança: no galho de uma academia literária devem estar

macacos escritores e não macacos médicos, advogados ou outros que não possuam ligação nenhuma com a literatura.

O segundo exemplo citado está em “Cousas Administrativas”, crônica integrante de *Coisas do Reino de Jambom*: “Dirão que o governo não tem olhos. É verdade, mas os seus representantes os têm. O pior cego do mundo é aquele que não quer ver – é a voz do povo que deve ser como quase sempre a voz de Deus.” (BARRETO, 2001b, p. 861).

No trecho acima citado, verifica-se o emprego de dois ditados: “o pior cego do mundo é aquele que não quer ver” e “a voz do povo é a voz de Deus”.

Analisando o primeiro, percebe-se, numa leitura inicial, o seu caráter conservador, pois atribui a um indivíduo isolado a responsabilidade ou a culpa de limitações que são, na verdade, do conjunto social. No caso da citação, o provérbio é empregado para descrever os representantes do governo, que são desmascarados como corruptos que “tapam os olhos” aos erros gritantes por conta do benefício que obtém das “sagradas tetas estatais”.

Até agora vimos como o escritor emprega os provérbios literalmente, adequando-lhes o sentido à crítica ou opinião que exprime. Mas há casos em que emprega provérbios modificados.

Curi nos apresenta dois exemplos dessa modificação. O primeiro encontra-se na citação acima. Enquanto o ditado original diz que “a voz do povo é a voz de Deus”, Lima apresenta sua versão do provérbio: “a voz do povo é quase sempre a voz de Deus”. Em outras palavras, ele rejeita a ideia de infalibilidade das opiniões populares, demonstrando que crê que, na maioria dos casos, ela está correta. Para Curi (1981, p.162), ao mesmo tempo em que valoriza a expressão popular, atenua o caráter de uma visão romântica que pinta o povo como detentor de verdades absolutas.

Esse provérbio aparece modificado em outra crônica, “Coisas do jogo do bicho”, também parte do livro *Coisas do Reino de Jambom*: “O povo afirma que quem espera sempre alcança. Será verdade? Parece que aí a voz do povo não é a voz de Deus...” (BARRETO, 2001b, p. 1038).

Aqui, serve-se de dois ditados: “o povo afirma que quem espera sempre alcança” e “a voz do povo é a voz de Deus”. No primeiro caso, o provérbio acha-se transcrito literalmente, enquanto que, no segundo, há uma mudança que se processa através da introdução do termo “não”.

Mais uma vez, o autor questiona sua validade em determinadas situações. Ao agir assim, estabelece um diálogo crítico com relação ao saber popular, que se evidencia, por exemplo, na desmistificação da expressão “espera” dissociada do “fazer”.

Ao combater o binarismo que opõe as inscrições culturais europeias à cultura popular, Barreto está combatendo o eurocentrismo e este mostra ser mais um traço pós-colonial em sua obra.

No campo literário, Lima Barreto criticava tanto a mania de imitação, quanto o nacionalismo ufanista e o caboclisto, que conforme já vimos eram alimentados por ideias eurocêntricas. Essa recusa constitui-se em outra forma de ab-rogação na literatura barretiana.

Um dos escritos limanos que melhor descrevem sua opinião sobre a literatura de sua época e sua mania de imitação é o capítulo inicial de sua obra *Os Bruzandangas*, obra que descreve as instituições, hábitos e costumes de um país fictício, descritos por um viajante brasileiro.

A crítica dirige-se, é claro, ao Brasil e suas instituições. Isso pode ser verificado até mesmo no nome escolhido para denominar o país imaginário: Bruzundangas. Três letras contidas nesse nome demonstram sua ligação com o Brasil: B, R e Z. Essas três letras recordam a forma pela qual nossa nação é conhecida no exterior: Brazil.

A análise crítica da literatura nacional da época é feita no capítulo inicial da obra, intitulado “Os Samoiedas”. O autor demonstra-nos quão importante esse tema é por abrir mão da numeração do capítulo, denominando-o de “capítulo especial”.

Após comentar, inicialmente, a respeito da linguagem hermética e passadista que permeia a literatura bruzungandense, Barreto passa a nos relatar os detalhes de uma de suas escolas literárias, a Samoieda.

Nas páginas que se seguem, a crítica dirige-se ao caráter imitativo dessa escola:

Esses poetas da Bruzundanga, para dar uma origem altissonante e misteriosa à sua escola, sustentam que ela nasceu do poema de um príncipe samoieda que viveu nas margens do Ártico, nas proximidades do Óbi ou do Lena, na Sibéria, um original que se alimentava da carne de mamutes conservados há centenas de séculos nas geleiras daquelas regiões.

[...] O príncipe chamava-se Tuque-Tuque Fit-Fit.

[...] era descrito pelos 'samoiedas' da Bruzundanga como sendo uma beleza sem par e triunfal entre as deidades daquela região. (BARRETO, 1985, p. 23).

Além disso, essa literatura possuía um “tempero” especial: “esta Grécia serve para tudo, especialmente na Bruzundanga.” (BARRETO, 1985, p. 23).

Mas, se pretendia criticar a imitação de modelos europeus, como explicar a utilização de uma região da Ásia, como fonte da imitação?

A explicação encontra-se um pouco mais adiante no texto:

[...] quando se conteste no tocante à beleza de tais esquimós, respondem categoricamente que a devem ter extraordinária, pois quanto mais fria é a região mais belos são os tipos, mais altos, mais louros, e os samoiedas vivem na zona frigidíssima. (BARRETO, 1985, p. 23-24).

Comentando a respeito dessa escolha do autor, Elizabeth Gonzaga de Lima (2001, p. 63), em sua dissertação de mestrado intitulada “Avesso de utopias: os Bruzundangas e aventuras do doutor Bogóloff”, tomando por base o texto do livro *Vereda Topical*, de Roberto Ventura, explica que o narrador ironiza as teorias naturalistas do século XIX que tentavam explicar as diferenças raciais com base nas variações climáticas. Segundo a autora, a fonte de inspiração do escritor, nesse caso, são as ideias do naturalista francês Buffon, que em sua *Historie naturelle de l'homme* declarava que os homens mais belos e bem feitos se encontravam no clima mais temperado que se localizava entre 40 e 50 graus de latitude. Tal clima localiza-se na Europa e em algumas partes da Ásia, de onde se originam os samoiedas.

A escolha dos samoiedas serve para desmistificar a crença de que o clima frio produz raças superiores, no caso, as europeias. Ora, os samoiedas vivem num clima extremamente frio, mas não se enquadrariam no modelo de beleza pregado por essas teorias.

A inadequação da imitação literária é demonstrada no episódio do café, em que o narrador assiste à discussão travada entre três dos principais poetas da Bruzundanga:

Abanquei-me e pude perceber que tratavam de ouvir uma poesia do poeta Worspikt. Tratava de lua, de 'iceberg', - descobri eu por uma e outra consideração que fizeram.

Nenhum deles tinha visto um 'iceberg', mas gabavam o espetáculo desse fenômeno das circunvizinhanças dos pólos (sic). (BARRETO, 1985, p. 27).

Embora a referência a três autores lembre claramente a tríade parnasiana (Raimundo Correia, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac), a crítica, nesse caso, tem outro endereço. Segundo Elizabeth Gonzaga de Lima (2001, p. 68), ao mencionar "luar" e "iceberg", Barreto parodiou os primeiros versos de "Antífona" de Cruz e Souza: "Ó Formas Alvas, brancas, Formas Claras de luares, de neves, de neblinas!" O alvo aqui seria, portanto, a escola simbolista. A título de justiça com a memória do principal representante dessa escola, Cruz e Souza, cumpre lembrar que a produção poética desse autor ainda carece de estudos mais aprofundados, que ajudem a esclarecer melhor a importância e o papel dele no universo da literatura brasileira e afro-brasileira.

Com respeito a essa escola, é interessante notar o seguinte comentário de Roger Bastide (apud SODRÉ, 2002, p. 503):

Se há uma poesia essencialmente nórdica, essa será exatamente a poesia simbolista. É necessário procurar as suas origens no 'lied' alemão e sobretudo na poesia inglesa. [...] É, pois, um platonismo inglesado, nórdico, que admiramos na arte moderna. Não são temas simbolistas: o calor luminoso do sol, mas sim o frio límpido da lua; não a cabeleira negra, mas a cabeleira dourada dos nórdicos, ou o outono dos cabelos ruivos; é o cisne e é a neve; é o céu cinza das planícies do Norte.

Ou seja, muitos poetas dedicavam-se a temas que não tinham nada a ver com a realidade nacional. Assim, sua literatura possuía um caráter alienante, que era severamente combatido por Lima Barreto.

O que ele questionava em tais escritores era a importação acrítica de ideias:

Não há como discutir com eles, porque todos se guiam por idéias (sic) feitas, receitas de julgamento e nunca se aventuram a examinar por si qualquer questão, preferindo resolvê-las por generalizações quase sempre recebidas de segunda ou terceira mão, diluídas e desfiguradas pelas sucessivas passagens de uma cabeça para outra cabeça. (BARRETO, 1985, p. 24).

O trecho acima deixa claro que Lima não rejeita totalmente a cópia de modelos estrangeiros. Ele próprio declarou isso: "Longe de mim censurar a

imitação, pois sei bem de que maneira ela é fator de civilização e do aperfeiçoamento individual [...]” (BARRETO, 1995, p. 106). Na prática, sempre buscou modelos estrangeiros nos quais pudesse se basear, conforme atesta carta a Austregésilo de Ataíde, com data de 19 de janeiro de 1921, em que faz comentários sobre uma suposta inspiração machadiana em sua obra: “Que me falem de Maupassant, de Dickens, de Swift, de Balzac, de Daudet – vá lá; mas Machado, nunca! Até em Turguênieff, em Tolstoi podiam ir buscar meus modelos, mas em Machado, não!” (BARRETO, 1961c, p. 256-257).

Portanto, na opinião do escritor, a imitação poderia ter um caráter positivo, desde que, previamente, examinada quanto à contribuição que poderia gerar no trabalho do escritor e quanto à viabilidade de sua implantação em outro ambiente. Ou seja, era necessário adaptar as ideias vindas de fora às necessidades nacionais.

O “tempero” grego empregado pelos cultores da imitação também era alvo das “diatribes” de nosso estudado. No artigo “O destino da literatura”, publicado na revista *Sousa Cruz*, em outubro e novembro de 1921 e parte integrante da obra *Impressões de Leitura*, Lima Barreto dissertou sobre o emprego do modelo grego na literatura. Em sua opinião, nossa literatura não deveria basear-se mais nos ideais arcaicos e mortos da velha Grécia. Dois motivos concorriam para a necessidade desse abandono. O primeiro seria o pouco conhecimento que possuímos a respeito da civilização helênica e como esse conhecimento variava de 50 anos em 50 anos. Em apoio desse argumento, menciona um drama lírico, *Dejanira*, apresentado na Ópera de Paris, em que as personagens gregas apareciam vestidas de colchas de retalhos, obedecendo às últimas descobertas arqueológicas. Outro exemplo apresentado era o das esculturas gregas. Dessemelhante da opinião dos renascentistas, as descobertas mais recentes demonstravam que eram originalmente coloridas. Assim, não havia possibilidade de determinar com exatidão o formato da arte helênica:

A nossa Grécia varia muito e o que nos resta dela são ossos descarnados, insuficientes, talvez para recompô-la como foi em vida, e totalmente incapazes para nos mostrar ela viva, a sua alma, as idéias (sic) que a animavam, os sonhos que queria ver realizados na Terra, segundo os seus pensamentos religiosos. (BARRETO, 1961e, p. 64).

O segundo argumento era que o objetivo da Arte se modificara:

Mesmo que a Grécia – o que não é verdade – tivesse por ideal de arte realizar unicamente a beleza plástica, esse ideal não podia ser o nosso, porque com o acúmulo de idéias (sic) que trouxe o tempo, com as descobertas modernas que alargaram o mundo e a consciência do homem, e outros fatores mais, o destino da Literatura e da arte deixou de ser unicamente a beleza e o prazer, o deleite dos sentidos, para ser cousa muito diversa. (BARRETO, 1961e, p. 64).

Para o autor, conforme já vimos, o contexto histórico reclamava uma literatura militante, que atuasse para a união da raça humana.

Daí se compreende a violenta crítica feita à literatura de Coelho Neto na crônica “Histrião ou Literato?”, datada de 15 de fevereiro de 1918 e parte integrante da obra *Impressões de Leitura*: “[...] ele nunca pode perceber que nós hoje não podemos sentir como a Grécia e que os seus Deuses nos são estranhos perfeitamente e quase incompreensíveis. [...] É homem da moda e não entende uma criada negra.” (BARRETO, 1961e, p. 190).

Em contrapartida a essa literatura imitativa e “chapa branca”, Barreto (1985, p. 20) chama a atenção para a existência de outra espécie em *Os Bruzundangas*: “[...] há a literatura oral e popular de cânticos, hinos, modinhas, fábulas, etc.; mas todo esse ‘folk-lore’ não tem sido coligido e escrito, de modo que, dele, pouco posso comunicar.”

A citação revela o pouco caso com que é tratada a cultura popular. Esse desprezo fica evidente em outra obra do autor, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

O General Albernaz pretende dar uma festa em sua casa e quer encontrar canções de extrato popular para animarem a festa. Ele e Policarpo saem busca dessas canções e brincadeira de extração popular para animá-la. Por indicação de Cavalcanti, noivo de Ismênia, filha de Albernaz, os dois vão à casa de um velho que é descrito como:

Teimoso cultivador de contos e canções populares do Brasil. [...] Era um velho poeta que teve sua fama aí pelos setenta e tantos, homem doce e ingênuo que se deixara esquecer em vida, como poeta, e agora se entretinha em publicar coleções que ninguém lia, contos, canções, adágios e ditados populares. (BARRETO, 2001h, p. 275).

Mas se a maioria dos literatos não dava importância à literatura oral, Barreto agia ao contrário. Na mesma passagem a que acabamos de aludir acima, reproduz através da fala do colecionador uma canção e uma história de extração popular.

A respeito da história narrada na obra, Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (1997a, p. 278) nos informa que ela foi retirada do Caderno de Anotações do escritor, onde se achavam registradas várias lendas que haviam sido copiadas integralmente.

Histórias populares modificadas ou não aparecem em outras obras do literato. Em *Os Bruzundangas*, no capítulo em que trata da literatura imitativa, Barreto faz questão de recontar da sua maneira uma história de origem popular, que intitula “Sua Excelência”. Na coletânea *Mágoas e Sonhos de Um Povo*, que começou a ser publicada em 1919, no semanário *Hoje*, encontramos várias narrativas de origem popular como: “Histórias de Macaco”, “O Príncipe Tatu”, “Contos e Histórias de Animais”. Duas dessas narrativas, as primeiras, confessa, foram fornecidas por uma vizinha, Dona Minervina Correia da Costa. Já na terceira, uma das histórias, cita o autor, é proveniente de Manuel de Oliveira, velho escravo africano, que reside com a família faz muitos anos.

Ao transcrever tais narrativas orais para o registro escrito, reconhece que há perdas nessa transferência: “[...] posso reproduzir [...], embora a reprodução não guarde mais aquele encanto de frase simples e imagens familiares das anônimas narrações da coletividade humana.” (BARRETO, 1985, p. 20).

Dessa forma, a presença da literatura oral na obra barretiana constitui-se em mais um traço pós-colonial.

Quanto ao ufanismo e ao caboclisto, o melhor exemplo da crítica do escritor se encontra na segunda parte de sua principal obra, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Iniciemos pela crítica ao ufanismo.

Na Introdução à edição crítica de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (1997b, p. XIX-XXII) faz referência ao fato de que o brasileiro comum se acostumou a pensar o seu país através de imagens que, curiosamente, são fornecidas por intelectuais. Logo, comprovamos que, no Brasil, a função ideologizante da “cidade letrada” é muito forte.

Depois da Independência, os intelectuais românticos receberam a

tarefa de tentar explicar e dar um rosto homogêneo ao país, dotando-lhe de tradição e história. Para fazer isso, recorreram como uma das fontes aos escritos dos cronistas, sendo o mais importante deles, a Carta de Pero Vaz de Caminha, cujo teor misturava uma ideologia mercantilista de exploração e domínio e mitos de um eldorado ou paraíso edênico. Fez-se, então, uma seleção. Foi retirado tudo que dissesse respeito à exploração colonialista, restando, somente, os mitos, que construíram uma imagem “cor-de-rosa” de país, que embalou o imaginário de seus habitantes.

No início do século XX, porém, muitos autores, dentre eles, Lima Barreto questionaram essa visão, realizando um percurso de Caminha às avessas, isto é, desmistificando o olhar que tínhamos sobre nosso país.

Dialogando com Figueiredo, Silvano Santiago (1982, p. 175-181), no artigo “Uma Ferroada no Peito do Pé (*Dupla leitura de Triste Fim de Policarpo Quaresma*)”, ensaio que faz parte de sua obra *Vale Quanto Pesa*, destaca que o Brasil, a partir da carta de Caminha, sempre foi visto através de um discurso idealista, carregado de uma forte dose de metaforização, que se formou graças à contaminação do discurso leigo pelo religioso.

O exemplo dessa contaminação encontra-se na Carta de Caminha quando se observa a polissemia de termos como “semente”, “plantar” e “terra”. No seu sentido literal, eles são empregados para descrever o cultivo da nova terra. Mas, nesse caso, o homem não é o sujeito da ação; os frutos nascem espontaneamente da terra:

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao convívio com o homem. E não comem senão este inhamé, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. (CAMINHA, 2003, p. 111).

Temos aqui uma perfeita imagem de um paraíso edênico, o homem não precisa suar para plantar, tudo lhe é dado espontaneamente pela terra. Essa imagem correspondia às necessidades da elite brasileira pós-independência, pois retira do cenário a figura do trabalho escravo tanto do negro quanto do índio e sua participação na colheita desses frutos.

Mas logo adiante, aparece o sentido metafórico: “porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar essa gente. E esta deve ser a

principal semente que Vossa Alteza deve nela lançar.” (CAMINHA, 2003, p. 116). Agora, fruto corresponde a resultado; terra, à mente dos indígenas; semente, à mensagem religiosa e lançar, a implantar na mente.

Para Santiago, ao usar a expressão “o melhor fruto”, Caminha marca um determinado significado como o principal e o outro como secundário. Essa marca ideológica da metaforização estará presente daí por diante no texto cultural brasileiro, como se pode observar em escritos de épocas e estilos tão díspares como o *Sermão da Sexagésima*, de Vieira, e *Iracema*, de Alencar.

Essa criação de imagens a partir de um discurso metaforizado é, portanto, uma herança colonial a ser quebrada.

Nesse sentido, a segunda parte de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* funciona como o primeiro discurso de desmetaforização, oferecendo ao brasileiro uma imagem real de sua terra.

Vejamos como isso acontece.

Essa parte da obra inicia-se com a mudança da personagem central para um sítio denominado “Sossego”. O nome escolhido para a propriedade tem um caráter intencional, pois associa o meio rural a imagens que se tinha dele na época: um autêntico paraíso, um lugar abençoado onde imperavam a felicidade e a fartura. E essa era a visão inicial de Quaresma:

Ele foi contente. Como era tão simples viver na nossa terra! Quatro contos de réis por ano tirados da terra, facilmente, docemente, alegremente! Oh! terra abençoada! Como é que toda a gente queria ser empregado público, apodrecer numa banca, sofrer na sua independência e no seu orgulho? Como é que se preferia viver em casas apertadas, sem ar, sem luz, sem respirar, um ambiente epidêmico, sustentar-se de maus elementos, quando se poderia tão facilmente obter uma vida feliz, farta, livre, alegre e saudável? (BARRETO, 2001h, p. 313).

O passar do tempo, porém, traz acontecimentos que se encarregam de derrubar essa imagem idílica e edênica do campo: “[...] as primeiras ingratidões da terra, aquele seu mórbido amor pelas ervas daninhas e o incompreensível ódio pela enxada fecundante.” (BARRETO, 2001h, p. 315).

Desses pequenos contratempos iniciais, a situação evolui para situações mais sérias:

O major apurou o ouvido. [...] Abriu a porta; nada viu. Ia procurar nos cantos, quando sentiu uma ferroada no peito do pé. Quase gritou. Abaixou a vela para ver melhor e deu com uma enorme saúva agarrada com toda a fúria à sua pele magra. Descobriu a origem da bulha. Eram formigas que, por um buraco do assoalho, lhe tinham invadido a despensa e carregavam as suas reservas de milho e feijão [...].

Quis afugentá-las. Matou uma, duas, dez, vinte, cem; mas eram milhares e cada vez mais o exército aumentava. (BARRETO, 2001h, p. 340).

Esse episódio marca o início do processo de conscientização de Quaresma quanto à falsidade do discurso ufanista com relação à terra e sua população: “ele via bem as dificuldades, os óbices de toda a sorte que havia para fazer a terra produtiva e remunerada.” (BARRETO, 2001h, p. 342). A ferroada no peito do pé detona, assim, simbolicamente, o processo de desmetaforização da imagem que Quaresma tinha da terra, que o leva a uma triste constatação, a da falsidade da imagem edênica do campo descrita nos livros de sua biblioteca:

Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encostavam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas d’olhos baixos a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas terras abandonadas, improdutivas, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa bebendo todo o dinheiro que lhe passava pela mão [...]. (BARRETO, 2001h, p. 348).

O golpe final vem com a intervenção mesquinha do poder público local que lhe multa por conta de não ter pagado imposto na venda de seus produtos; multa por detrás qual estava uma vingança por Quaresma ter se negado a tomar lado na disputa política.

Ao mesmo tempo em que o relato desmistifica a visão edênica da terra, faz o mesmo com relação a seus habitantes, denunciando a falsidade da imagem que se fazia do sertanejo no caboclisto.

A desmistificação dessa visão é destacada na reação de Olga, afilhada de Quaresma, que ao visitá-lo, verifica a distância existente entre a imagem idealizada e a imagem real do homem do campo:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros idéia (sic) de que eram felizes, saudáveis e alegres. [...] Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gosto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda a parte, os casais, as famílias, as tribos plantam um pouco, algumas cousas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!... (BARRETO, 2001h, p. 337).

O trecho nos revela as duas visões que se tinha do sertanejo na cidade. A primeira, ligada ao caboclisto, o pintava como “feliz”, “saudável” e “alegre”; a segunda, de cunho negativo, tachava-os de “preguiçosos” e “indolentes”. Olga constata que as duas visões são falsas.

Mais tarde, em conversa com Felizardo, um caipira que trabalhava para Quaresma, a moça descobriu os motivos da pobreza e miséria que imperavam no meio rural:

- Bons dias, 'sá dona'.
- Então trabalha-se muito, Felizardo?
- O que se pode.
- Estive ontem no Carico, bonito lugar... onde é que você mora, Felizardo?
- É doutra banda, na estrada da vila.
- É grande o sítio de você?
- Tem alguma terra, sim senhora, 'sá dona'.
- Você por que não planta para você?
- 'Quá sá dona!' O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.
- 'Sá dona tá' pensando uma coisa e a coisa é outra. Enquanto a planta cresce e então? 'Quá, sá dona', não é assim. [...] Terra não é nossa... E 'frumiga'?... Nós não 'tem' ferramenta... isso é bom para italiano ou 'alamão', que governo dá tudo... Governo não gosta de nós... (BARRETO, 2001h, p. 338)

Pela boca de um sertanejo, Felizardo, o autor apontou, assim, a falsidade da visão do homem do campo apregoada pelo caboclisto. Ao mesmo tempo, criticou aqueles que o acusavam de indolente, sem conhecerem os detalhes de sua vida.

Por fim, é importante salientar que Lima Barreto embora direcionasse boa parte de suas análises e críticas para questões internas, estava atento ao que acontecia na política externa e uma das coisas que despertaram sua atenção foi a crescente influência dos Estados Unidos no Brasil, que denuncia, por exemplo, na crônica “São Capazes de Tudo”, datada de 06 de janeiro de 1919 e

parte do livro *Bagatelas*: “Não há livros verdes ou de todas as cores do arco-íris que possam negar a triste e ignominiosa verdade de que o Brasil [...] está sendo caudatário desavergonhado da América do Norte.” (BARRETO, 1961a, p. 153). Essa crítica prendia-se ao fato do Brasil ter declarado guerra à Alemanha a reboque do vizinho do norte.

À parte dessa crítica que envolve as relações entre Brasil e Estados Unidos, Barreto apresenta-nos no texto sua visão acerca dos americanos e seu papel no mundo:

A sua vaidade patriótica, os seus processos cavilosos e dúplices com os mais fracos, o seu amor ao ‘Kolossal’, a sua estúpida concepção de domínio político ao jeito do defunto Império Romano, a meus olhos faziam da república de Washington um equivalente americano da Germânia de Bismarck.

[...] Wilson ou outro qualquer, quando fala bonito do alto daquele Capitólio-Pele Vermelha, representa um ‘trust’ financeiro ou quem quer que seja, e julga os interesses do mundo através do prisma dos interesses desse ‘trust’.
[...] Ele doura a pílula unicamente e é todo atual e interesseiro como os vendedores de pomada vienense, ali, na Rua do Ouvidor.

É dos nossos dias os generosos propósitos ‘yankees’ com relação a Cuba. Vimos como a América do Norte promoveu traiçoeiramente a guerra com a Espanha; vimos como ela a derrotou; vimos como se apoderou de Porto Rico e das Filipinas; e estamos vendo o que é a independência de Cuba! E o Hawai?

[...] ele têm por todos nós um desprezo rancoroso e humilhante; [...] quando falam em liberdade, em paz e outras coisas bonitas, é porque premeditam alguma ladroeira ou opressão. (BARRETO, 1961a, p. 152-156).

O trecho inicial mostra que Lima tinha consciência do caráter imperialista da política externa americana, que se parecia muito com a do Império Romano. O desejo de expansão imperialista americano está preso a interesses econômicos. Ora, dominação política e econômica eram características da dominação colonial. Logo, verifica-se aqui a implantação de um neocolonialismo por parte dos estadunidenses, que é denunciado por Barreto, que lista exemplos dessa dominação (Cuba, Filipinas, Porto Rico, Hawai). A denúncia de novas formas de colonialismo é uma das formas do escritor pós-colonial auxiliar na descolonização mental e é isso que o autor realiza.

Barreto está atento às “garras” do imperialismo estadunidense que se estendem sobre o Brasil. Ele constata isso na crônica “O nosso ‘ianquismo’”, de 19 de março de 1919 e também parte do volume *Bagatelas*:

[...] todos nós devemos combater essa ingênua tolice dos nossos sociólogos 'ad hoc', e esportivos que nos aconselham a imitar a monstruosa República da América do Norte, até o ponto de levar-nos a sermos, como depois de Rio Branco somos, um disfarçado protetorado dela, situação que chegou à sua culminância atualmente com o 'right honorable' Meia-Tinta no Itamarati. (BARRETO, 1961, p. 185).

Outros textos há que tratam do problema, mas julgamos que esses são suficientes para demonstrar como Lima Barreto se encontrava alerta e tinha uma visão clara acerca da ameaça do imperialismo americano.

Nesse ponto, é interessante observar que não estava sozinho. Martins (1983, p. 416) acentua que José Veríssimo “[...] via na política expansionista dos Estados Unidos um perigo real para o nosso país [...].” Registre-se também a posição de Eduardo Prado que no ano de 1893 lançou um livro intitulado *A Ilusão Americana*, que continha críticas ao desejo expansionista americano.

A opinião de Lima Barreto acerca dos americanos e ingleses levou e ainda leva alguns estudiosos a vislumbrarem traços de xenofobia em sua obra. Exemplo típico desse posicionamento pode ser encontrado no seguinte comentário feito por Bosi (1973, p. 94) em sua obra *O Pré-modernismo*:

É verdade que se apontaram contradições surpreendentes na 'ideologia' de Lima Barreto: o iconoclasta de tabus detestava algumas formas típicas de modernização que o Rio de Janeiro conheceu nos primeiros decênios do século: o cinema, o futebol, o arranha-céu e, o que é mais grave, a própria ascensão profissional da mulher! Chegava, às vezes, a confrontar o sistema republicano desfavoravelmente com o regime monárquico no Brasil. Mas essas contradições também já foram aclaradas: Lima Barreto viera da pequena classe média suburbana e como suburbano reagia em termos de conservadorismo sentimental; poderíamos filiar a sua xenofobia a um natural instinto de defesa étnico-social; quanto à ojeriza pelos homens e pelos processos da República Velha, explica-se ainda mais naturalmente pela aversão às oligarquias que tomaram o poder em 1889. (grifo nosso)

Ao comentar sobre a obra barretiana, alguns estudiosos valem-se desse comentário de Bosi para explicar as opiniões do escritor carioca acerca dos ingleses e americanos, como é o caso da já mencionada Maria Zilda Cury em *Um Mulato no Reino de Jambom*.

Há que considerar, no entanto, qual é o conceito de xenofobia. Se consultarmos o Dicionário Houaiss encontraremos a seguinte definição para a palavra: “desconfiança, temor ou antipatia por pessoas estranhas ao meio daquele que as ajuíza, ou pelo que é incomum ou vem de fora do país; xenofobismo.” (HOAUSS, 2012). O mesmo significado aparece no Dicionário de Português

Contemporâneo da UNESP: “aversão a pessoas ou coisas estrangeiras.” (UNESP, 2004, p. 1448) Mas se consultarmos o verbete “xenófobo” no mesmo dicionário, encontraremos a seguinte definição: “que repele tudo o que é estrangeiro” (UNESP, 2004, p. 1448) (grifo nosso) Já Farhat (1996, p. 975) faz a seguinte definição de “xenofobia”:

Aversão a tudo o que seja estrangeiro, seja na concepção, origem ou tradição. ‘Xenófobos’ detestam todas as coisas – costumes, políticas, idéias, etc. – originárias de fora de seu país. Tendem por isso ao isolacionismo e repudiam a universalização das idéias e o intercâmbio cultural, e mesmo econômico. (grifo nosso).

Vamos examinar então as opiniões de Lima Barreto à luz do conceito que acabamos de ver.

Nesse sentido, utilizaremos o mesmo autor que qualificou o autor como xenófobo, Alfredo Bosi. Notem o comentário que Bosi (1992, p. 267-268) faz a respeito do escritor em sua obra *Dialética da Colonização*:

Há um lugar social vivido conscientemente por Lima Barreto, que lhe dá peso e densidade própria e resiste a diluir-se nas práticas e nos discursos dominantes.

Desse observatório exerce também o seu olhar de crítico da cultura. Não o enganava a falsa oposição, tematizada na ‘belle époque’, entre cosmopolitismo e nacionalismo, degradados tantas vezes em formas sublitterárias de grã-finismo e caboclisto. Ambos os epifenômenos, comuns a culturas de extração neocolonial, são objeto de recusa e enjôo por parte de um homem a quem já se rotulou de xenófobo quando, no entanto, bem se conhecem as suas simpatias pela Revolução Russa e, antes desta, pelo anarco-sindicalismo. (grifo nosso).

O comentário de Bosi contém elementos que repelem uma presumível aversão total de Lima Barreto por tudo que fosse estrangeiro. Se assim fosse, como justificar que nutrisse simpatias pela Revolução Russa de 1917 e concordasse com algumas idéias do anarquismo. Indo mais além, como justificar sua assumida admiração por autores estrangeiros que ele mesmo cita, conforme já visto acima, ou por teóricos como Taine, Guyau e Brunetière. Ou ainda, como explicar, por exemplo, a presença no romance *Clara dos Anjos* de uma personagem como Margarida, uma imigrante russa, descrita pelo autor como detentora de qualidades admiráveis e sua crítica ao xenofobismo que se verifica no romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Mas que dizer do argumento com relação a uma xenofobia

específica em relação aos ingleses e americanos?

Se Barreto tivesse aversão a tudo que fosse inglês, por que confessaria sua admiração por escritores como Swift e Charles Dickens, dos quais reconhece ter recebido alguma influência, como já citado anteriormente? No caso das críticas feitas aos desejos expansionistas dos americanos, estava sendo injusto? Suas considerações eram preconceituosas e descabidas? Ora, a História mostra o contrário.

Outra imagem falsa que se faz do autor é que fosse um nacionalista extremado. Essa suposição não se sustenta quando se examina as críticas que faz a esse comportamento em seu mais famoso romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Lima Barreto é sim nacionalista, mas um nacionalista crítico, capaz de ver os defeitos de seu país, como demonstram as críticas que faz em outra obra, *Os Bruzundangas*.

Um terceiro estereótipo acerca de sua obra é também trazido à tona por Bosi no seguinte comentário acerca da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*: “o ressentimento do mulato enfermiço e o suburbanismo não o impediram, porém, de ver e de configurar o ridículo e o patético do nacionalismo tomado como bandeira isolada e fanatizante [...]”. (BOSI, 1999, p. 318) (grifo nosso) Bosi repete, ainda que com atenuantes, um argumento que, desde início, é levantado por alguns críticos como defeito na obra de Lima Barreto: a vinculação entre seus escritos e uma suposta revolta por não ter alcançado sucesso na sociedade.

Osman Lins, em sua obra *Lima Barreto e o espaço romanesco* faz um comentário muito interessante acerca dessa acusação:

Seríamos, porém, injustos em ver na incompatibilidade de Lima Barreto com a realidade brasileira apenas uma consequência da oblíqua crueldade com que é massacrado, o reflexo do seu ressentimento, a reação de um indivíduo fraudado em suas ambições e por isso odiando, vingativo, mundo e homens. O que se observa, ao contrário, na sua documentação existente, é uma grande cordura em relação aos seus desastres pessoais. No ‘Diário do Hospício’, ocupa-se mais dos outros que de si. Não se observa nas cartas que então expede, animadversão por estar internado. [...] Encontraremos em suas páginas íntimas, expressões de desalento, mas não de autocomiseração. Mesmo as alusões constantes ao problema da cor ou à adoração nacional pelos doutores, embora ligadas a experiências pessoais, voltam-se para fora, para a sociedade que conhece e sobre a qual testemunha. Lima Barreto não combate em seu próprio benefício; os preconceitos e as injustiças despertam a sua ira pelo que são, e não pelo fato de atingirem ‘a ele’. (LINS, Osman, 1976, p. 25)

A essas observações de Lins, acrescentaríamos ainda que se suas críticas fossem apenas fruto de ressentimento pessoal como poderia ter o aguçado olhar crítico cultural que lhe atribui Bosi na citação já mencionada acima?

Diante de tudo, Lima Barreto não pode ser classificado como xenófobo, nacionalista exacerbado ou um escritor cuja obra é apenas reflexo de seus ressentimentos. Também não se pode ir ao outro extremo e pintá-lo como um homem extremamente avançado para sua época. Dentro das limitações teóricas que afetavam a todos os intelectuais daquele tempo, o pensamento barretiano mostra-se bastante inovador em muitos aspectos, conforme já demonstrado nesse trabalho. Por outro lado, é claro que há equívocos em seu pensamento, como se verifica, por exemplo, na importância exagerada que atribui à literatura como fator de mudanças sociais. Mas, em contrapartida, os avanços são mais expressivos que os equívocos.

CONCLUSÃO

Como é do conhecimento geral, a obra de Lima Barreto tem sido alvo de constantes revisitas nos últimos anos. Diversas teorias foram empregadas em seus estudos. No entanto, não se pode dizer que as possibilidades de pesquisa quanto à sua obra estejam totalmente esgotadas. Foi o que percebemos ao estudarmos as teorias pós-coloniais, quando verificamos que a produção literária barretiana poderia ser lida à luz delas. Uma tentativa inicial foi feita em nossa dissertação de mestrado, mas restringiu-se apenas a uma obra, *Os Bruzundangas*. Nesse estudo, concentramo-nos em várias de suas obras e fizemos sua leitura tendo como base algumas das estratégias de descolonização sugeridas pelas teorias acima mencionadas. Ao fazer isso, empregamos uma das estratégias de descolonização sugeridas pelo pós-colonialismo: a releitura.

Tendo em vista o fato de que alguns de nossos leitores poderiam ou desconhecer as teorias pós-coloniais ou ter pouco conhecimento acerca delas, explanamos sobre elas no capítulo inicial. Nele dissertamos sobre o colonialismo e como a dominação mental exerceu importante papel na subjugação física. Nesse aspecto, a literatura serviu como um dos instrumentos de dominação.

Mas se a literatura serviu de instrumento de colonização, o pós-colonialismo demonstrou que, por outro lado, ela também poderia se prestar ao trabalho de descolonização através do emprego das chamadas estratégias de descolonização, que envolveriam dentre outras coisas: a polifonia, o hibridismo, a carnavalização, a narrativa fragmentária e a utilização dos gêneros mistos. No caso da linguagem, destacamos a ab-rogação, que se constitui na negação das normas estéticas e linguísticas oriundas da metrópole; a apropriação, que como o próprio nome sugere utiliza as formas linguísticas metropolitanas de forma diferente do seu emprego original e a reescrita.

No final do capítulo, procuramos demonstrar como a literatura brasileira evoluiu historicamente à luz do critério pós-colonial da diferenciação em relação à literatura metropolitana e como se evolução foi se processando pouco a pouco, principalmente a partir do Romantismo. Demonstramos que, por conta da colonização portuguesa, tornamo-nos importadores da cultura francesa e que essa importação continuou após a Independência. Assim, se houve tentativas de liberação em relação à influência lusitana, continuamos a importar o modelo europeu

via França. Verificamos que sempre predominou em nossa literatura uma tensão entre o localismo (temas locais) e o cosmopolitismo (atração pela cultura europeia), para empregar os termos utilizados por Antônio Cândido. Tensão que o Modernismo buscou resolver através da solução antropofágica, proposta por Oswald de Andrade.

O capítulo dois tratou de estabelecer um contexto histórico do Brasil do início do século XX bem como da intelectualidade daquela época. Vimos como estabeleceu-se uma predominância de uma tendência cosmopolista na literatura, que a levou a ser uma literatura de “perfumaria”, que se concentrava em relatar de forma suave e bem educada somente os problemas das elites. Em contrapartida, havia uma literatura nacionalista de cunho ufanista que falseava a imagem do interior e de seus problemas. Lima Barreto combateu essas tendências literárias e propôs um novo modelo que incluísse todas as classes sociais e seus problemas. Dessa forma, no embate cosmopolitismo x localismo ufanista, não se deixou seduzir por nenhum, mas propôs uma visão realista do Brasil e de seus problemas.

Finalmente, no terceiro capítulo, através da investigação que realizamos na vasta obra deixada por Lima Barreto, inclusive seu Diário Íntimo, e que inclui romances, contos, crônicas e até histórias compiladas de fontes populares, serviu para demonstrar em vários desses escritos a presença de estratégias de descolonização.

No caso da linguagem, verificamos como a postura de crítica do autor à linguagem de caráter lusitanizante empregada pelos autores de sua época, como Coelho Neto, constituiu-se, sem dúvida, em uma ab-rogação ou negação do poder imperial de nossos colonizadores. Verificamos também como ele se apropriou e efetuou transformações na língua do colonizador e que essa apropriação se mostrou menos forte que a ab-rogação.

Quanto às idéias, pudemos constatar como moveu uma batalha incansável às teorias raciais, base de sustentáculo da dominação colonial, o que o levou, também, a questionar o caráter inatacável da ciência, como verificamos em seu romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Percebemos também como se posicionou contra a importação indiscriminada de ideias no campo literário, mas manteve uma posição equilibrada, admitindo que modelos estrangeiros pudessem ser aproveitados.

No que concerne aos construtos negativos e positivos, uma das armas para a dominação mental empregada pelo colonialismo, observamos como se

utilizou de sua literatura para questionar o mito que fazia o povo brasileiro considerar-se como inferior aos povos europeus, através do conto “Miss Edith e seu Tio”, que tivemos a oportunidade de analisar.

Vimos ainda como se posicionou com relação à cultura popular. Que embora não se possa dizer que a apoiava integralmente, demonstrou respeito por ela, chegando mesmo a compilar histórias populares e colocá-las em seus livros.

Notamos que discordou das ideias falseadas acerca do caboclo e do país (ufanismo), que demonstramos estavam ligadas a visões influenciadas pelo olhar estrangeiro acerca do Brasil.

Na derradeira consideração, destacamos como alertou acerca do perigo do neocolonialismo, representado pela interferência cada vez mais forte dos Estados Unidos nos assuntos do Brasil.

Não julgamos haver esgotado todas as considerações acerca do assunto acima citado e que a obra de Lima Barreto merece ainda outras considerações a luz das teorias pós-coloniais, que poderiam ser realizadas em futuros trabalhos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALEX, Anoar. **As ideias sócio-literárias de Lima Barreto**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

ARARIPE JÚNIOR, TRISTÃO DE ALENCAR. **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária** (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures**. London: Routledge, 1999.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

BARBOSA, João Alexandre. **A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo**. São Paulo: Ática, 1974.

_____. **José Veríssimo, teoria, crítica e história literária**. São Paulo: EDUSP, 1978.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Bagatelas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

_____. Clara dos Anjos. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001a.

_____. Coisas do Reino de Jambom. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001b.

_____. **Correspondência**: tomo I. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

_____. **Correspondência**: tomo II. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c.

_____. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Folha de São Paulo, Ática, 1995.

_____. Diário Íntimo. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001c.

_____. **Feiras e mafuás**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d.

_____. Histórias e sonhos. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001d.

_____. **Impressões de leitura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961e.

_____. **Marginália**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961f.

_____. Numa e Ninfa. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001e.

_____. **Os bruzundangas.** São Paulo: Ática, 1985.

_____. Outros Contos. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001f.

_____. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001g.

_____. Triste VASCONCELOS, Eliane (Org.). Fim de Policarpo Quaresma. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). **Lima Barreto: prosa seleta.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001h.

_____. **Vida urbana: artigos e crônicas.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961g.

BARRETTO, Eleonora Frenkel. Mancos e *bizcos*: 'Imperfeições' na linguagem de Lima Barreto e Roberto Arlt. **Eutomia – Revista Online de Literatura e Linguística**, Florianópolis, ano 1, vol. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano1-Volume1/literatura-artigos/Eleonora-Frenkel%20Barreto-UFSC.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura.** Maringá: EDUEM, 2000.

_____. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas.** 3. ed. Maringá: EDUEM, 2009.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **História concisa da literatura brasileira.** 36. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. Introdução. In: **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária (seleção e apresentação de Alfredo Bosi).** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. **Literatura e resistência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. O Positivismo no Brasil: Uma Ideologia de Longa Duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leila (Org.). **do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América.** São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **O Pré-modernismo.** São Paulo: Cultrix, 1973.

BOTELHO, Denilson. **A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

BRAYNER, Sônia. A mitologia urbana de Lima Barreto. In: **Tempo Brasileiro 33/34 – Revista trimestral de cultura.** Abril-junho de 1973. Rio de Janeiro: Edições

Tempo Brasileiro.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil: 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CAMINHA, Pero Vaz de. A carta de Pero Vaz de Caminha. In: CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha / Sílvio Castro**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Educação pela noite**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)**. 2. ed. São Paulo: Martins Editôra, 1964a. v. 1.

_____. **Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)**. 2. ed. São Paulo: Martins Editôra, 1964b. v. 2.

_____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASANOVA, Pablo González. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Trad. Ana Carla Lacerda. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

COLON-. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=colon-&cod=51879>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

COLONIALISMO. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=colonialismo&stipe=k>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

CORBISIER, Roland. Prefácio. In: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo do colonizador**. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CUNHA, Cilene Alves. A fundação da Literatura Brasileira em Noites na Taverna. In: **Itinerários – Revista de Literatura**, Araraquara, n. 22, 2004. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2784/2520>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto**. São Paulo: Cortez, 1981.

DIMAS, Antônio. A encruzilhada do fim do século. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**, v. 2. Emancipação do discurso. São Paulo: Memorial da América Latina; Campinas: Unicamp. 1994.

_____. **Tempos eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909**. São Paulo: Ática, 1983.

FACIOLI, Valentim. República dos Bruzundangas: porque não me ufano de meu país. In: BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1995.

FANON, Frantz. **The wretched of the Earth**. Harmondsworth: Penguin, 1990.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **A voz e o sentido: poesia oral em sincronia**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. Cotidiano e ficção: escrita de vida e de morte. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997a.

_____. Introdução. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997b.

_____. Lima Barreto: a ousadia de sonhar. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997c.

_____. **Lima Barreto e o fim do sonho republicano**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FRANCHETTI, Paulo. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Iracema**. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Brasília, Editora da UnB, 1999.

HOUAISS, Antônio. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

-ISMO. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=-ismo&cod=111106>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

KANT, Emmanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas: Papirus, 1993.

KÖENIG, Marília. **Por uma teoria não-oficial da comunicação**: o jornalismo como tema da obra Recordações do Escrivão Isaías Caminha, de Lima Barreto. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/79421_Marilia.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4.

ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LIMA, Elizabeth Gonzaga de Lima. **Aveso de utopias: os Bruzundangas e aventuras do doutor Bogóloff**. 2001. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

_____. Lima Barreto: o romancista. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

LINS, Ronaldo Lima. O <<destino errado>> de Lima Barreto. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

LOOMBA, Ania. **Colonialism / postcolonialism**. Londres; New York: Routledge, 1998.

MACHADO, Álvaro Manuel. **O “francesismo” na literatura portuguesa**. 1. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. vol. 1. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo do colonizador**. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais a brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Lima Barreto. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

_____. **Prosa de ficção: de 1870 a 1920**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: INL, 1973.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

MOURALIS, Bernard. **As contraliteraturas**. Trad. Antônio Felipe Rodrigues Marques e João David Pinto Correia. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

OAKLEY, Robert J. Triste Fim de Policarpo Quaresma: passado, presente e futuro. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord.

Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

PACHECO, Carlos. **La comarca oral**. Caracas: La Casa de Bello, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 11, n. 30, maio/agosto de 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a15.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.

PRADO, Antônio Arnoni. **Lima Barreto: o crítico e a crise**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: os níveis de fala, um estudo sociolinguístico do diálogo na Literatura Brasileira**. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RESENDE, Beatriz. A opção pela marginália. In: SCHWARCZ, Roberto (Org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: UFRJ; Campinas: UNICAMP, 1993.

RIVAS, Pierre. Paris como a Capital Literária da América Latina. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). **Literatura e história na América Latina: Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991**. Trad. Joyce Rodrigues Ferraz (espanhol), Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos (francês). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ROMÉRO, SYLVIO. **Historia da litteratura brasileira**. Tomo Segundo (1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMUEL, Rogel. **Novo manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Alckmar. Hipertexto. In: ASSIS, Machado. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de Nacionalidade. In: **Antologia de textos fundadores do comparatismo literário interamericano**. 2001. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/assis/massis.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas das letras**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHERER, Marta Eymael Garcia; ALMEIDA, Luiz Alberto Scottto de. Sílvio Romero, um crítico do século XX. **Terra Roxa e Outras Terras – Revista de Estudos Literários**, Londrina, vol. 16, setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a15.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. Lima Barreto, a consciência sob assédio. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**: edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

_____. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**: fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

_____. **Síntese da história da cultura brasileira**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOMMER, Doris. **Ficções de fundação**: Os romances nacionais da América Latina. Trad. Glaucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VELLOSO, Mônica P. **As tradições populares na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**: 3.^a série. São Paulo: Edusp, 1977.

_____. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de

Assis, 1908. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. **Que é literatura? e outros escritos.** São Paulo: Landy, 2001.

WASSERMAN, Renata R. Mautner. Lima Barreto, the text and the margin: on Policarpo Quaresma. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma:** edição crítica. Coord. Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. 1. ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

ZARUR, George. A mãe morena: Nossa Senhora no simbolismo religioso latino-americano. In: **George Zarur – antropologia e economia política.** Disponível em: <<http://www.georgezarur.com.br/artigos/180/a-mae-morena-nossa-senhora-no-simbolismo-religioso-latino-americano>>. Acesso em: 11 jan. 2012.